**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36)

Paulo Manuel Pulido Garcia Zilhão

**São Paulo
2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36)

Paulo Manuel Pulido Garcia Zilhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Leite Hernandez

**São Paulo
2006**

**Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuraram;
Os erros e a fortuna sobejaram,
Que para mim bastava amor comente.**

**Tudo passei; mas tenho tão presente
A grande dor das cousas que passaram,
Que as magoadas iras me ensinaram
A não querer já nunca ser contente.**

**Errei todo o discurso de meus anos;
Dei causa que a Fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.**

**De amor não vi senão breves enganar.
Oh! Quem tanto pudesse, que fartasse
Este meu duro Génio de vingança!**

Luiz de Camões

DEDICATÓRIA

Ao meu Avô, Domingos d'Orta Cano Pulido Garcia, médico, humanista, homem de profunda religiosidade e de bondade ímpar, que granjeou a admiração de todos os que o conheceram e que com ele conviveram, que sempre me quis inculcar valores morais, éticos, de honestidade, de seriedade e de como me comportar perante a vida, e a quem eu deveria ter prestado mais atenção.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Leila Leite Hernandez pela sua cuidada orientação, a sua confiança e o seu incentivo, o meu obrigado e a minha gratidão para sempre.

Às Profas. Dras. Íris Kantor e Tânia Macedo, membros da Banca de Qualificação, pela leitura atenta e pela preciosa colaboração.

Ao CNPq pela Bolsa que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus Pais que, de Lisboa, me enviaram livros inexistentes no Brasil, o que auxiliou de sobremaneira à realização deste estudo.

À Marly Spacachieri pela sua preciosa ajuda para resolver os trâmites burocráticos da Universidade, assim como pelo seu constante incentivo.

Ao Júlio César do Nascimento pela sua inestimável ajuda na diagramação e confecção final deste trabalho.

Ao Marcelo Bogaciovas, meu colega desde a época da graduação, pela sua amizade, incentivo e apoio, durante toda a realização deste trabalho, em particular na fase final.

Finalmente, *the last but not the least*, à Nereide que, durante todo o tempo da realização deste estudo, suportou as minhas indecisões, dúvidas, medos e, acima de tudo, a minha proverbial tendência de deixar tudo para a última da hora.

RESUMO

Este estudo pretendeu analisar a ideologia imperial portuguesa de 1926 a 1936, expressada por Henrique Galvão no seu *Relatório de Huíla* (consequência da sua prática administrativa) e nos seus romances de literatura colonial *O vélo d'oiro* e *O sol dos trópicos*. As textualidades da escrita e da história convergiam para um pensamento que reafirmava a identidade portuguesa e expandia a Nação, incorporando o Ultramar.

Palavras chave: ideologia; império português; Angola; literatura colonial; história.

ABSTRACT

This study intended to analyze the portuguese imperial ideology from 1926 to 1936, expressed by Henrique Galvão in his *Relatório de Huíla* (consequence of his administrative experience) and in his romances of colonial literature *O vélo d'oiro* and *O sol dos trópicos*. The textualities of the writing and of the history had converged to a thought that reafirmed the portuguese identity and expanded the Nation, incorporating the overseas territory.

Key words: ideology; portuguese empire; Angola; colonial literature; history.

ÍNDICE

I. Introdução.....	8
II. Capítulo I – A questão colonial como questão de Estado.....	12
1. Dos Descobrimentos ao 3º Império Português.....	12
2. O 3º Império e a situação das colônias portuguesas em África.....	20
3. A política ultramarina na 1ª República: a administração colonial e o trabalho dos indígenas.....	41
III. Capítulo II – A experiência administrativa de Henrique Galvão.....	49
1. Angola.....	49
2. O Relatório de Huíla.....	56
IV. Capítulo III – Henrique Galvão e a literatura colonial.....	87
V. Considerações Finais.....	117
VI. Referências Bibliográficas.....	120
VII. Anexos.....	129

I. Introdução

A perspectiva deste trabalho refere-se à articulação entre formas de agir e formas de pensar. Em outras palavras, há uma substância social que se entrelaça às formas de pensar. Ambas variam no tempo e no espaço, abrangendo modos particulares de relação entre Portugal e o Ultramar em África e, sobretudo, entre Portugal e Angola.

Este pensamento foi fortemente marcado por uma eficácia prática que pode ser apreendida, por exemplo, quando retomado o *Relatório de Huíla*. Nele Henrique Galvão, embora se propusesse a descrever vários aspectos próprios da administração colonial naquele distrito de Angola, ponderou fatos e acontecimentos em torno de ações administrativas e jurídicas, salientando o maior ou menor grau de adequação à ideologia imperial portuguesa.

A referida ideologia encerrava um nacionalismo que tinha como elementos fundacionais (e recorrentes) os mitos da Herança Sagrada e do Eldorado e as noções de Nação e de Império, resignificadas ao longo de um contexto histórico que teve sua gênese no século XV.

Nesta longa duração, historicamente concebida pela abordagem braudeliana, embora identificando nas escrituras permanências próprias de um pensamento ideológico, o nacionalismo, com aspectos diferenciados de acordo com várias conjunturas, continha imagens do país e dos africanos. Este nacionalismo apresentava-se, por vezes, com predominância do etnocentrismo e, em outras, do racismo, mas sempre convergia para a idéia de uma Nação cuja existência pressupõe a do Império que lhe confere o estatuto de grande potência.

Cabe registrar que este trabalho de pesquisa teve como eixo a busca de identificar a relação entre a prática política colonial e a literatura colonial. Isto implicou em compreender a relação entre o *Relatório de Huíla* e a literatura colonial (tendo como centro de análise *O vélo d'oiro* e *O sol dos trópicos*, de Henrique Galvão), enquanto aglutinante ideológico, reiterando, quase até à repetição

exaustiva, os valores sociais e espirituais identificados como próprios da “mentalidade portuguesa”.¹

Assim, mesmo havendo momentos históricos de reivenção da Nação, mitos e noções integraram, com ufanismo, o passado no presente. Nesse pensamento, as experiências históricas concretas individuais (como a de Galvão) apenas fizeram reiterar a ideologia dominante. Por consequência, a história das colônias africanas foi integrada à história do expansionismo português, da constituição e do desenvolvimento da Nação e do Império. No que se refere à Igreja Católica, sua presença contribuiu para consolidar o *dominium*, ao fixar o povoamento colonial nas regiões ultramarinas e fortalecer o *imperium*, na medida em que suscitava a vassalagem dos povos do além-mar.

É possível afirmar que há entrelaçamentos entre Portugal e as colônias em África, Portugal e Angola e, mais particularmente, entre Portugal e Huíla, presentes nas histórias de diferentes temporalidades e espaços. Como Portugal e o Ultramar tinham ligações que acarretavam heranças que se perpetuaram, se impunha uma síntese, ainda que lacunar, da história do império. Foi este o objetivo do Capítulo I desta monografia, “A questão colonial como questão de Estado”, que recuperou a gênese e o processo de desenvolvimento do império português na África desde a conquista de Ceuta, entendida como marco inicial do “tempo africano”. Com o decorrer do tempo tornava-se cada vez mais evidente como a questão colonial passava a ser uma questão de Estado, característica que se acentuou desde os fins do século XIX, com a ocupação efetiva de Angola, Guiné e Moçambique e, sobretudo, em 1926, com o golpe de Estado de 28 de Maio.

Por sua vez, o *Relatório de Huíla* foi tomado como um documento que refletia a aplicação do projeto português de domínio cultural em um espaço, pragmaticamente tratado como diferenciado, não levando em conta a essência da sua complexa realidade. O olhar de Henrique Galvão mostrou-se externo a Huíla e a Angola, como à África em geral. A importância do relatório enquanto documento histórico de uma política aplicada está, em especial, no fato do seu autor ter sido um

¹ Alguns dados biográficos de Henrique Galvão encontram-se no anexo 1.

português comprometido com a construção e o fortalecimento do império português em África e, é evidente, propagador da ideologia imperial dos anos de 1920 e 1930.

Sob esta perspectiva apresenta-se o Capítulo II, “A experiência administrativa de Henrique Galvão”, que procurou identificar e compreender o pragmatismo de um administrador colonial e a sua articulação com uma ideologia, que apresentava como sua principal metáfora a superioridade cultural dos portugueses, construída e reconstruída desde o século XV. Nela os africanos eram adjetivados como selvagens, animistas, com valores e costumes animais, além de movidos por instintos. Daí carecerem de civilização e de cristianização, o que caberia à burocracia colonial e aos missionários católicos, sobretudo, com a aplicação de um conjunto de instrumentos administrativos e jurídicos.

Se foi verdadeiro que houve objetivos econômicos, também o foi o fato de estarem atrelados para o estabelecimento de uma ligação entre os negros e a terra. Ligação esta também pretendida para os colonos, alargando a noção de Nação de forma a incluir os territórios africanos. A forma como esses objetivos se tornaram (ou não) efetivos foi alvo de críticas por parte de Galvão.

Por fim, o Capítulo III, “Henrique Galvão e a literatura colonial”. Nele, o foco foi a literatura colonial, uma típica construção da colonização de fins do século XIX e do XX. Dois romances de Henrique Galvão, *O vélo d’ouro* e *O sol dos trópicos*, foram tomados como documentos, uma vez que são paradigmáticos da literatura colonial. Eles apresentam uma escrita atrelada à natureza e ao sentido da colonização e expressavam uma ideologia própria do *encontro* entre Portugal e o Ultramar em África. Nos referidas obras, paisagens, personagens e enredo representavam um tempo e um espaço marcados pela hierarquia e pela desigualdade.

Na literatura colonial celebrava-se o predomínio dos portugueses em um espaço que lhes era diverso e adverso. A missão civilizacional era parte integrante de uma “mentalidade” ética, moral, estética e religiosa própria do modo português de estar no mundo.

Faz-se necessário um último registro referente aos conceitos de cultura e ideologia centrais neste estudo. Ideologia é entendida como “um sistema de

representações e de normas particulares e dotado de aparente universalidade capaz de impô-lo à sociedade como um todo, (...)”.² Por sua vez, cultura é definida como “ (...) os modos de viver o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a difusão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os modos de cumprimentar, as palavras-tabu, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeira, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e chorar, de agredir e consolar (...)”.³

² CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de estudos de Cultura Contemporânea, 1978.p.21.

³ BOSI, Alfredo. *Filosofia da educação brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, p. 157-8. In: HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002, p. 61.

II. Capítulo I

A questão colonial como questão de Estado

1. Dos Descobrimentos ao 3º Império português

Existe um consenso geral em torno da data de 1415, a da conquista de Ceuta, como a do início efetivo da expansão marítima, que passou a ter papel decisivo na História de Portugal. Uma das perguntas que vem sempre à mente dos pesquisadores, e dos historiadores em particular, é a de quais foram as condições da expansão além-mar, tendo 1430 como o marco do início das grandes viagens marítimas contornando o continente africano. Poder-se-ia dar um sem número de respostas diferentes: a situação geográfica; a experiência de navegação ao longo da costa, aliada a uma ciência náutica avançada; o desenvolvimento da burguesia; o aumento demográfico desproporcional aos recursos do país; o espírito de cavalaria ou ainda o de aventura.

É interessante ressaltar que, após a sua afirmação como Estado independente no século XII e da delimitação das suas fronteiras no XIII, foi notório o desenvolvimento das atividades mercantis e piscatórias em Portugal. Muitos mercadores portugueses empreenderam viagens até à Espanha, à Flandres, à Inglaterra e à França, para trazerem produtos como têxteis, armas, cereais, especiarias, tintas e cavalos, os quais eram raros em Portugal. Por sua vez, a passagem do antigo sistema feudal para uma economia capitalista teve como marco a partida para alcançar as Índias por via marítima, contornando o impedimento do acesso por terra pelos árabes, de Tânger até Safim, por não ser permitido continuar a abastecer o Reino com as especiarias como a seda e os metais preciosos, que eram fontes de ganhos significativos. No entanto, é possível considerar como sendo quatro as principais razões que levaram os portugueses a se lançarem ao oceano Atlântico e ao Índico, podendo ser sobrepostas e apresentarem diferentes graus de importância. “Correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes)

foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais.”⁴

A idéia de expansão é polissêmica, ocorrendo em diversas épocas como resultado de impulsos diversos e com características históricas específicas, abarcando várias regiões geográficas. Na primeira metade do século XV os portugueses exploraram a costa africana do Atlântico; na segunda a brasileira e a africana do Índico; e no XVI estenderam a rota do Índico ao Pacífico. Dos fins do XIX, desde 1870 até ao início do XX, desdobraram-se no “novo imperialismo”, ou no “imperialismo colonial” em África.⁵

Nesta abordagem, a leitura de Braudel é da maior relevância, sobretudo no que se refere à idéia de “economia mundo” que articula “centro e periferia”, destacando o dinamismo histórico característico das relações entre a Europa, a América e a África.⁶ O conjunto destes fatos apresentou-se como um processo histórico de dinamismo complexo, em especial no que se referiu ao entrelaçamento dos aspectos econômicos sociais, político e ideológicos. Nesta perspectiva pode-se, em outras palavras, lembrar que Ceuta está ligada aos descobrimentos dos arquipélagos da Madeira e dos Açores; aos animadores resultados em relação à pequena feitoria de Arguim que levaram a construir uma sólida base em S. Jorge da Mina; à continuidade da instalação de “portos de trato” nas costas africanas, tanto na atlântica como na índica, possibilitando a consecução da passagem para a Índia e os Descobrimentos.⁷

A partir de então, gradualmente, o Estado tomou-se o grande empreendedor. A função antigamente desempenhada pelos mercadores passou a ser exercida pelos oficiais e pelos feitores do rei; pelos capitães das fortalezas; pelos donatários

⁴ BOXER, Charles R. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras 2002, p. 34

⁵ A expressão “novo imperialismo” foi cunhada por HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 87- 124. Já “imperialismo colonial” europeu corresponde aos anos de 1884 a 1914, segundo ARENDT, Hannah. “Imperialismo”. In: *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 - p. 146-338.

⁶ BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Collin, 2ª ed., 1966, 2v., e *Civilización material y capitalismo*. Barcelona: Labor, 1974, v. I

⁷ A expressão “portos de trato” é utilizada ALENCASTRO, Luiz F. de *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.30.

das capitanias em que foram divididas as ilhas que compunham os arquipélagos da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, e de S.Tomé e Príncipe. Vale destacar que cabia ao rei, e apenas a ele, dar a autorização para o exercício de atividades comerciais. O empreendedor não podia concorrer, a não ser que um favor do rei o admitisse. Nesse momento, navegação, comércio e conquista foram os três fatores que reforçaram a posição de potência naval e comercial de Portugal. A sua imensa e dispersa área conquistada abrangeu, no Mediterrâneo, Ceuta, Alcácer, Tânger e Arzila; na costa africana do Atlântico, Madeira, Açores, Cabo Verde, Arguim, Guiné, Axém, S. Jorge da Mina, São Tomé, Luanda e Benguela; o Brasil; na costa africana do Índico, Sofala, a Ilha de Moçambique e a do Ibo, Quíloa, Mombaça, Melinde, Manda, Baduna, Brava, Marka e Mogadíscio; assim como também na costa asiática do Índico, Aden, Omã, Muscate, Ormuz, Diu, Damão, Bombaim, Goa, Calecute, Cochim, Ceilão, Sião, Malaca e Malabar; no Pacífico, Macau, Nagasáqui, Molucas e Timor.⁸

A vida econômica concentrou-se no litoral e ao longo dos eixos de escoamento dos produtos a serem exportados. Ao mesmo tempo, a atividade governativa do Estado português especializou-se na economia e na política militar ultramarina. Foi uma política com os olhos voltados para o mar e, por isso mesmo, circunscrita à área litorânea e de costas para o interior.

É oportuno lembrar que desde o início do século XV, as condições internas do Reino português apresentavam uma situação basicamente favorável, já que as viagens para o além-mar correspondiam aos interesses gerais da sociedade portuguesa. Para os portugueses foi, sobretudo, uma possibilidade de emigração que lhes poderia trazer possibilidades de uma vida melhor. Já no que diz respeito aos clérigos e aos nobres, a cristianização e a conquista foram missões auto-atribuídas como formas de servir a Deus e ao rei, em troca de recompensas como comendas, tenças, capitanias e ofícios.⁹ Já para os mercadores significou a

⁸ BOXER, Charles R. *O império marítimo português...* op. cit. p.29-216; BARRETO, Luís Filipe e GARCIA, José Manuel (org. e texto) *Portugal na abertura do mundo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990

⁹ Vale lembrar que: tença significa pensão periódica, ordinariamente em dinheiro, que alguém recebe do Estado, ou de particular para seu sustento alimentar; comenda, condecoração ou distinção de ordem honorífica; capitania, espaço territorial delimitado incluindo porto para embarcações sob comando ou chefia designada pelo Rei; ofício, cargo público oficial.

perspectiva de atraentes negócios propiciados pelas matérias-primas obtidas nos territórios ultramarinos, as quais eram revendidas com um bom lucro. Economicamente foi um modo de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham decrescido de forma significativa; para o Rei, mais do que um motivo de prestígio, no sentido amplo do termo, que reforçava a soberania nacional; e, por fim, uma boa forma de ocupar os nobres.

Os Descobrimentos apresentaram-se, portanto, como a solução para diversos anseios nacionais. Desde o antigo sistema colonial, a nação tomou-se: consumidora de escravos, ouro e marfim; de bens coloniais como a malagueta, a pimenta-de-rabo, as especiarias e o açúcar, tributária da riqueza decorrente da venda lucrativa dos mesmos. O expansionismo passou a constituir, desde então, um projeto do Estado ao qual toda a nação portuguesa aderiu, o que explica o fato de ela ter repercutido tão profundamente sobre os mais variados aspectos do cotidiano, cimentados por uma fé inquebrantável em uma identidade mítica do ser português. Senão vejamos: Pressupõe que o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, ‘maneira’ que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa maneira é geralmente qualificada com adjetivos que implicam uma valoração positiva: ‘tolerante’, ‘humana’, ‘fraterna’, ‘cristã’.¹⁰

Não é demais lembrar que a continuidade das navegações teve como marco a passagem além do Cabo Bojador, realizada em 1434 por Gil Eanes, feito de importância primordial para a progressiva descoberta do contorno ocidental da África. Este fato levou à constatação, capital para o processo de “roedura” da costa africana, promovendo a ruptura de um imaginário marcado pela crença de que logo depois do Cabo o mar se tornava tenebroso, repleto de monstros marinhos que tragavam as caravelas. Como decorrência imediata, o mar passou a ser um elemento de ligação, unindo ao invés de separar. Segundo Camões :

Assi fomos abrindo aqueles mares

¹⁰ CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1998.

*Que geração alguma não abriu
As novas ilhas vendo e os novos ares
Que o generoso Henrique descobriu; (...)*¹¹

Esta idéia é de capital importância para se compreender a razão pela qual os Descobrimentos foram tão importantes em termos mundiais, contribuindo para que se constituísse uma nova consciência planetária decorrente da passagem de um “mundo fechado” para um “aberto”. O dobrar do Cabo Bojador, além de ter aberto em definitivo o caminho para a exploração da costa, permitiu que Portugal começasse a instalar “portos de trato” ao longo das orlas ocidental e oriental do continente africano. O primeiro deles, onde foi construída uma fortaleza, foi o de Arguim. A sua função foi tornar possível fazer todo o tipo de comércio, sobretudo o de negros. Por outro lado, veio avivar o espírito das Cruzadas que, já em 1418, havia originado uma Bula Papal na qual se exortava todos os cristãos a se juntarem ao rei português na luta contra o Islão, que guardou uma continuidade com algumas das que se seguiram. “Todos os povos do Ocidente são igualmente cristãos. Aos da península distingue-os o fato de serem fronteiras da cristandade. O seu problema é o da luta contra o Islão em que também estão empenhados, como se de cruzada se tratasse, (...)”¹²

De resto, no que se refere às Bulas Papais relacionadas com o ultramar, elas foram concedidas a Portugal desde o início dos Descobrimentos. De acordo com a conveniência do Papa ou do monarca português, conferiu-se legalidade à epopéia portuguesa, em particular desde a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. De todas elas convém mencionar os principais aspectos das três mais importantes. A *Dum Diversas*, de 18 de Julho de 1452, autorizou o Rei de Portugal a submeter todos os que fossem considerados pagãos ou anti-cristãos o que, como é óbvio, incluía judeus e muçulmanos, podendo torná-los escravos perpétuos, além de confiscar as suas terras e os seus bens, os quais passavam para o Rei de Portugal e para os seus sucessores. A *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, tratou da

¹¹ CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d., Canto V, Estrofe 4 p.186.

¹² LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.93-94.

mundialização articulada à idéia de que os portugueses eram o povo de Cristo, cabendo-lhes a conquista, a colonização e a evangelização dos territórios já encontrados e dos ainda por descobrir, além de lhes permitir subjugar os povos encontrados entre Marrocos e as Índias, mesmo que não fossem islamizados. Já a *Inter Caetera*, de 13 de Março de 1456, reiterou a *Romanus Pontifex*, estendendo a área conquistada "dos cabos Bojador e Não, por via da Guiné e mais além para o Sul, até às Índias", concedendo também maiores poderes eclesiásticos à Ordem de Cristo, válidos para todas as regiões conquistadas e a conquistar.¹³

Na fase henriquina, que durou de 1415 até à morte do Infante D. Henrique em 1460, as naus portuguesas contornaram a costa africana até onde se localiza hoje a Serra Leoa. Em 1474, o herdeiro do trono, o futuro Rei D. João II, tomou a seu cargo a iniciativa de dirigir as navegações com o objetivo precípua de atingir a Índia contornando a costa africana. As navegações passaram a ser acompanhadas de uma enérgica e hábil ação diplomática. No Tratado das Alcáçovas, o mundo a descobrir foi dividido em duas metades, delimitadas pelo paralelo das Canárias, em que o Norte ficou para o Reino de Castela e o Sul para o de Portugal.

Em 1482, D. João II ordenou que Diogo Cão encontrasse a passagem para o Índico. Este chegou ao Cabo de Santa Maria acreditando estar perto do extremo sul da África. Embora equivocado, ele alargou a extensão da costa já descoberta pelas viagens anteriores, chegando próximo do sul da atual Benguela, em Angola. Foi nesta viagem que aportou no local que viria a ser uma das feitorias portuguesas mais importantes para o império colonial, S. Jorge da Mina. Neste lugar construiu-se um forte de onde os portugueses dominaram o comércio de ouro de Bambuk, no Sudão Ocidental e de Akã na Costa do Ouro. Também se estabeleceram os primeiros contatos com o Reino do Congo que durou até 1665, quando foi destruído por tropas portuguesas, africanas e brasileiras.

Todavia, só em 1488 é que Bartolomeu Dias conseguiu dobrar o Cabo das Tormentas e encontrar a ligação entre o Atlântico e o Índico. D. João II, considerando que seria provável por essa rota chegar à Índia, trocou-lhe o nome para Cabo da Boa Esperança, pois esta era a passagem necessária não só para se

¹³ BOXER, Charles R.. *O império marítimo português...*, op. cit., p.37-39.

chegar à Índia, como também para que os portugueses começassem a conhecer a costa oriental da África.

É interessante lembrar que pela mesma época em que Diogo Cão procurou a passagem para o Índico, Cristóvão Colombo propôs a D. João II a realização de uma viagem para a Índia navegando para o ocidente. O projeto baseou-se na idéia da esfericidade da Terra, aceita pela maioria, o que tornava possível chegar à Índia, quer se navegasse para ocidente ou para o oriente. Colombo acreditava que a distância pelo ocidente fosse menor, pois, segundo ele, até aos confins da Ásia ela seria de 180 graus, e cada grau mediria 84 km, mas na realidade eram 229 graus e a medida de cada grau era de 111 km. Como as informações em posse de D. João II eram incompatíveis com as idéias de Colombo, o rei rejeitou a sua proposta.

No entanto, os Reis Católicos, ao fim de alguns anos, aceitaram as idéias de Colombo que, em agosto de 1492, um mês após ter saído das Canárias, encontrou umas terras que pensou serem as grandes ilhas do mar da China, quando de fato eram as Antilhas. No regresso da sua viagem passou por Lisboa e comunicou ao Rei português a sua descoberta, sendo informado que, de acordo com o Tratado das Alcáçovas, as terras pertenciam a Portugal.

Perante a situação criada de a quem pertenceriam as terras por ele descobertas, e a fim de se evitar uma guerra, D. João II e os Reis Católicos entraram em negociações para encontrar uma solução pacífica que agradasse a ambos. O resultado foi o Tratado de Tordesilhas, em 1494, pelo qual o mundo foi dividido em dois hemisférios demarcados por um meridiano imaginário de polo a polo, que passava 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. À Espanha caberiam as terras descobertas a ocidente dessa linha e a Portugal as que ficassem a oriente da mesma. O tratado durou oficialmente até 1777, mas nem sempre foi cumprido por ambas as partes.¹⁴

A idéia inicial foi a de que o meridiano passasse a 100 e não a 370 léguas,

¹⁴ O Tratado de Tordesilhas foi um marco importante na história do mundo, pois pela primeira vez o globo se dividiu, literalmente, entre duas potências, fato esse que só se veio a repetir, resguardadas as diferenças históricas, 451 anos mais tarde, de modo não oficial embora efetivo, quando os norte-americanos e os soviéticos, na Conferência de Yalta, em 1945, dividiram o mundo em duas esferas de influência.

mas o rei português insistiu nas 270 a mais. Este fato levou os historiadores à conclusão de que D. João II já sabia da existência do Brasil. Na verdade, durante a primeira metade do século XV, nas navegações da Guiné para Portugal havia dois obstáculos: os ventos alísios e as correntes do norte e do nordeste. Ambos eram ultrapassados dando-se a volta pelo largo, pois ao se chegar a Noroeste encontravam-se ventos e correntes favoráveis para o retorno a Portugal. É, portanto, plausível a hipótese de que, ao fazerem esses desvios, os navegadores portugueses tivessem avistado o continente sul-americano. Talvez até existissem mapas mostrando a existência das terras que corresponderiam à parte do que é hoje o Brasil.

Uma vez garantido o direito exclusivo dos portugueses navegarem no mar oriental, D. João II mandou logo preparar uma expedição com destino à Índia. Embora ele tenha morrido durante os preparativos, o seu sucessor, D. Manuel I, deu seguimento ao projeto. A frota zarpou de Lisboa, em julho de 1497 e, após passar o ponto até onde tinha ido Bartolomeu Dias, descobriu a foz do Zambeze e a ilha de Moçambique, chegando a Mombaça. Em seguida partiu para Melinde e depois até Calecut, aonde chegou no final de maio do ano seguinte. Vasco da Gama, comandante da frota, tinha instruções para estabelecer relações comerciais com o Samorim que era o senhor daquela área. No entanto, após três meses de negociações, estas foram frustradas por causa do empenho dos árabes em continuar a manter o monopólio comercial nos mares da Índia.

Em março de 1500 saiu do Tejo, com destino à Índia, uma frota formada por treze navios comandada por Pedro Álvares Cabral. O número de navios dava a entender que a idéia era levar para Lisboa a maior quantidade de mercadorias que fosse possível e, caso fosse necessário, fazer guerra. Um mês e meio depois a frota aportou em uma terra nova a que se chamou primeiro de Terra de Vera Cruz, depois Terra de Santa Cruz e, por fim, Brasil.

O império português, em extensão territorial, havia chegado ao seu ápice. Desde então começaram a partir cada vez mais expedições rumo ao oriente, cujo objetivo primeiro continuou a ser o comércio das especiarias. No entanto, pressupondo que os comerciantes árabes dificultassem a ação dos portugueses,

como já ocorrera quando da viagem de Vasco da Gama, os navios iam repletos de soldados e de canhões. Deste modo impôs-se o domínio português naquelas paradas. A superioridade dos navios, do uso da artilharia e da habilidade dos marinheiros portugueses, permitiu a quebra do comércio que os árabes mantinham com os príncipes indianos, chegando-se a bombardear Calecut, como o fez Cabral quando da sua segunda viagem à Índia.

Deste modo, a Coroa portuguesa adquiriu uma nova dimensão: o pequeno Portugal transformou-se na maior potência naval e comercial europeia. No âmbito deste império ultramarino, gradualmente, foi construída uma verdadeira rede de comércio articulando Portugal e as terras da América e das Áfricas.

Nas primeiras décadas do XVI, quando os lucros obtidos na Ásia declinaram, à colonização de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe sucedeu-se a do Brasil ¹⁵. Estes diferentes complexos apresentaram uma articulação entre si, não podendo ser compreendidos na sua totalidade histórica, senão por referência ao anterior. Neste sentido é possível, em síntese, considerar o expansionismo como um processo de natureza genérica, que se apresentou com especificidades próprias e em diferentes momentos históricos.

2. O 3º Império e a situação das colônias portuguesas em África

Faz-se importante ressaltar que durante trezentos anos, desde a conquista de Ceuta em 1415, até à perda do Brasil em 1822, Portugal criou uma ideologia imperial que foi lentamente se cristalizando no âmago da alma lusíada. Ao longo dos séculos XV e XVI, Portugal, devido à aventura planetária dos Descobrimentos, construiu todo um corpo ideológico para explicar a imensidão do seu império de âmbito universal. A missão civilizatória e a cristianizadora entrelaçavam-se aos Descobrimentos, adjetivando os novos mundos, fiel aos sistemas classificatórios dos reinos vegetal, animal e humano. Destacava-se a relevância da absoluta e singular fidelidade do povo português ao ideal cristão de guerra justa contra o “infiel” e o “pagão”. Daí estava fundado e afirmado o mito da Herança Sagrada, ainda que

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz F. de *O trato dos viventes...*, op. cit. p.44-76.

resignificado ao longo dos séculos, em conjunturas históricas específicas.

O referido mito provinha do tempo do primeiro rei português, D. Afonso Henriques, quando este afirmou ter visto Cristo antes de vencer uma batalha contra os mouros, cuja importância foi de tal ordem, que a sua representação foi incorporada na bandeira portuguesa, instituída pela República, cerca de oito séculos mais tarde. Como Portugal lutava contra os "infiéis" pela consolidação da sua existência, acreditava-se que a intervenção pessoal do Senhor era a prova de que um Portugal independente fazia parte da ordem divina e, portanto, eterna, do mundo. A cristianização, ou o espalhar da fé católica, era algo que deveria ser realizado como uma missão divina por um povo escolhido, no caso o português. Esta foi uma forte razão para que os portugueses se tenham auto-atribuído um papel messiânico, de povo eleito em nome de Cristo, tanto que, além da bandeira, a Cruz de Cristo é o símbolo representativo de Portugal mais reconhecido publicamente, inclusive no plano internacional.

Em parte por isso a questão colonial sempre teve uma particular importância na política portuguesa, tanto que, historicamente, o projeto imperial apareceu sempre ligado ao mito da Herança Sagrada. A este, entrelaçou-se o do Eldorado, presente desde o século XV, o qual alimentava a busca constante de terras, cujas riquezas em ouro e pedras preciosas seriam inimagináveis. Ambos os mitos acabaram por se tornar parte integrante do imaginário da nação portuguesa desde a época das explorações ao longo da costa africana, passando pela descoberta e pela colonização do Brasil, até ao imperialismo colonial dos fins do século XIX em África.

Este destino vivido como especificamente português ganha mais clareza nas palavras de Eduardo Lourenço: "Portugal vive-se 'por dentro' numa espécie de isolamento sublimado e 'por fora' como o exemplo dos povos de vocação universal, indo a ponto de dispersar o seu corpo e a sua alma pelo mundo inteiro. A imagem é de Camões, e todos os portugueses a conhecem de cor."¹⁶

Por sua vez, durante o século XVII, se por um lado predominava o sentimento de que o país se limitava a um pequeno retângulo situado na extremidade ocidental

¹⁶ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade...*, op. cit. p.10.

da Europa, ao mesmo tempo se percebia como um grande e vasto império constituído também por territórios em outros continentes, nos quais cumpria a sua missão cristianizadora, associando-a, como quando da descoberta de ouro e pedras preciosas no Brasil, ao mito do Eldorado. Em especial após 1640, livre do domínio espanhol, Portugal construía um novo período de prosperidade. Além disso, a Nação se reafirmava como imperial, ultramarina, mais do que europeia.

O imaginário português, por um processo de inversão ideológica, também integrou a perda do Brasil como um forte sinal de um período de grande decadência, quase ao mesmo tempo em que se voltou para a África, como o caminho que lhe possibilitaria o renascer das cinzas, retomando a missão divina que lhe fora confiada, além de lançar as bases para a criação do terceiro império a partir de Angola, a nova “jóia da Coroa”.

Após o reconhecimento da independência do Brasil, em 1825, uma boa parte dos portugueses acreditava na inexorável decadência do império. Passado o período das lutas liberais, que durou até 1834, o governo pôde voltar-se para a efetividade da colonização dos seus territórios continentais africanos.¹⁷

O ano de 1836 foi emblemático no que se refere à política ultramarina. Nesse ano o governo de Sá da Bandeira, em 7 de dezembro de 1836, em especial pela Carta Orgânica do Ultramar, instituiu governos gerais para Angola, Cabo Verde e Moçambique e, a 10 do mesmo mês, por decreto, proibiu o tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas ao sul do Equador, indo de encontro à deliberação tomada, em 1815, no Congresso de Viena. Por aparente paradoxo admitia, por exemplo, a possibilidade de que, aqueles que eram fazendeiros no Brasil e senhores de escravos em Angola, continuassem com o trato negreiro. Na verdade, a tentativa levada a cabo por Sá da Bandeira falhou em Angola e em Moçambique, por estas colônias continuarem muito ligadas ao continente americano devido ao tráfico negreiro com o Brasil e com Cuba, apesar do governo, por meio dos tribunais, atuar contra os mercadores de escravos.

De todo o modo existia no país uma idéia hegemônica que considerava que

¹⁷ Na Grã-Bretanha, a energia das máquinas a vapor tomou possível utilizar a mão-de-obra feminina e infantil, força de trabalho ainda mais barata do que a dos escravos, pois não tinha que ser sustentada pelos empresários.

o decreto prejudicava significativamente Portugal em termos comerciais, articulada aos argumentos de ordem moral que afirmavam que a escravatura, ao dar ao negro úteis hábitos de trabalho, garantia a sua sobrevivência e a da sua família. Logo, extingui-la significava inviabilizar a possibilidade do negro africano evoluir da selvajaria à civilização. Na realidade, apesar da impopularidade da lei e da resistência à sua aplicação por parte dos colonos, a abolição do tráfico implicou em um revés para a já incipiente economia colonial, pois dele dependiam muitas atividades, pelo que a finalização abrupta dos rendimentos que o mesmo garantia implicava na procura de uma outra fonte de ganhos.

Ainda assim, Sá da Bandeira prosseguiu com a sua política ultramarina escolhendo, em 1838, governadores que tinham por missão dar um novo impulso à colonização dos territórios, de acordo com as necessidades de cada um deles. No caso específico de Angola, pelo decreto de 1 de outubro de 1838, autorizou o governador a organizar uma companhia para a exploração de minas, para que a colônia se valorizasse em termos econômicos. Finalmente, para Moçambique, pelo decreto de 6 de novembro, os “prazos” foram considerados ilegais, devendo ser revertidos para a Coroa.

De qualquer forma, saliente-se que os territórios ultramarinos portugueses passaram a ser foco de uma série de debates, em que foram incluídos projetos para uma colonização mais efetiva, em particular no que respeitava a Angola. Recorde-se que nesta colônia, onde a presença portuguesa datava de quatro séculos, boa parte deles, sobretudo do XVII até à primeira metade do XIX, ligados ao tráfico atlântico para as Américas, apenas uma faixa costeira de cerca de 130 km de largura era ocupada e a linha da costa só era conhecida pormenorizadamente até Benguela. Embora, especialmente a partir de 1838, tivesse havido diversas tentativas de colonização branca nos territórios africanos, em particular no distrito da Huíla ao sul de Angola, de um modo geral elas fracassaram. Segundo Oliveira Marques, houve uma série de iniciativas que começaram com a instalação de um presídio (1839) e feitorias (1840-44) em Moçâmedes; a fixação de pescadores algarvios na baía de Moçâmedes e em Porto Alexandre (1844) e a de emigrantes portugueses vindos do Brasil em Moçâmedes e na Huíla; a fundação da colônia de S. Pedro da Chibia por

colonos vindos da Humpata (1855) e uma outra de alemães e portugueses na Huíla (1857); a fixação de *boers* no Humbe e depois na Huíla e na Humpata (1879). Na realidade, ainda de acordo com o autor, só a colônia de madeirenses que, em 1885 fundou Sá da Bandeira, conseguiu vingar e ter sucesso.¹⁸

Na realidade, considerava-se muito mais interessante emigrar para o Brasil ou para os Estados Unidos, onde as condições gerais de vida eram bem melhores e já existia uma estrutura montada para receber os que para aí queriam ir, do que se tornar pioneiro em uma terra desconhecida onde tudo estava por ser feito. Por isso é que os únicos que iam para África eram, por razões de Estado, os degredados e os militares.

De todo o modo, em várias zonas de Angola o tráfico atlântico custou a ser efetivamente extinto, o que teve um reconhecido papel no desenvolvimento de várias atividades agropecuárias, nas quais se destacavam as importantes culturas do tabaco, do algodão, do arroz, do feijão, da batata-doce, do milho miúdo e, em particular, da mandioca, assim como a caça de animais selvagens e a criação de porcos e galinhas. Todos estes produtos, desde 1845, tiveram uma procura crescente pelos Estados Unidos da América e pelos países mais industrializados da Europa, além de Portugal.¹⁹

Convém ressaltar que o decreto de 10 de dezembro, do governo de Sá da Bandeira, referente à proibição do tráfico, trouxe ainda desdobramentos diplomáticos com fortes repercussões no plano histórico. O decreto foi mantido apesar da resistência para ser colocado em prática. Devido ao pouco controle que a armada portuguesa podia fazer dos navios negreiros, em 1839, o governo britânico, por meio do Bill Palmerston, autorizou os seus vasos de guerra a apresar esses navios colocando-os sob a sua jurisdição.²⁰ Além disso, os comandantes britânicos tinham o direito de explorar as costas dos domínios portugueses, entrando nos

¹⁸ DIAS, Jill. "Angola". In ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *Nova história da expansão portuguesa (vol. X) – o império africano (1825-1890)*, Lisboa: Editorial Estampa 1998, p.142-143.

¹⁹ DIAS, Jill. "Angola". In ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *Nova história da expansão portuguesa (vol. X)...*, op. cit. p.325-328.

²⁰ Na Grã-Bretanha, a energia das máquinas a vapor tomou possível utilizar a mão-de-obra feminina e infantil, força de trabalho ainda mais barata do que a dos escravos, pois não tinha que ser sustentada pelos empresários.

portos se assim o entendessem, para que pudessem aprisionar navios suspeitos de tráfico e, conseqüentemente, afundá-los. Em virtude dos protestos do governo português, em 3 de julho de 1842 foi assinado um tratado entre os dois países que determinou o fim do tráfico de escravos nas possessões de além-mar de ambas as nações; autorizava os navios de guerra dos dois países a abordar as embarcações suspeitas, sendo os escravos encontrados nos navios apreendidos declarados livres e os negreiros julgados segundo as leis dos seus países.

Cerca de alguns anos depois, o governo de Fontes Pereira de Melo, pelo decreto de 23 de Setembro de 1851, criou o Conselho Ultramarino cuja função foi a de auxiliar e de coadjuvar o Ministério da Marinha e do Ultramar, dotando a política ultramarina de instrumentos mais eficazes. Em 1854, Sá da Bandeira, então presidente do Conselho Ultramarino, decretou a abolição parcial da escravatura e, dois anos depois, declarou libertos os escravos pertencentes às câmaras e às misericórdias, deu alforria para os das igrejas e decretou que os filhos dos escravos nasceriam livres. Em 1858, previu-se que todas as formas de escravatura fossem abolidas dentro de um prazo de 20 anos.

No entanto, só cerca de vinte anos depois, em 1871, como conseqüência da guerra franco-prussiana, foi iniciada a década que marcou um processo crescente de disputas pela conquista do continente africano. Desde 1872 que a Grã-Bretanha, pela voz de Disraeli, lançara as bases do que foi o moderno império colonial britânico. No caso de África poder-se-iam encontrar as matérias primas e os grandes mercados, de que tanto necessitavam as grandes potências, que haviam crescido exponencialmente em virtude da Revolução Industrial. Portugal, apesar do seu descompasso económico em relação às outras potências colonizadoras europeias, considerava que, por razões históricas, tinha direito de precedência e, portanto, de reivindicar a posse da Guiné, de Angola e de Moçambique.

A verdade é que, em Moçambique, devido ao início de operações comerciais de duas casas francesas e ao desenvolvimento das relações, tanto de emigração como comerciais, entre Lourenço Marques e o Natal e o Transvaal, aumentaram as expectativas em relação ao desenvolvimento das colónias continentais africanas. No caso específico de Angola, desde o começo dos anos de 1870, houve um sensível

aumento das exportações. Faz-se necessário considerar que, devido à diminuição do número de escravos para o Brasil e para Cuba, ao início da navegação a vapor no rio Cuanza e à criação de uma linha regular de navegação entre a colônia e a metrópole, criaram-se condições para que as operações comerciais e mercantis (incluindo o tráfico atlântico) deixassem de ser ilícitas.²¹ Aliado a este facto, a situação financeira da Metrópole, em parte devido à transferência de capitais do Brasil, melhorara consideravelmente, o que permitiu que o governo, apesar da sua habitual desconfiança em investir nas colônias por pensar ser arriscado, o pudesse fazer sem comprometer a economia metropolitana. Esta possibilidade de desenvolver as possessões africanas fez ressurgir, mais uma vez, o mito do “Eldorado”, fomentado, em grande parte, pela imprensa que não se cansava de se referir à riqueza dos territórios ultramarinos e já alardeava, para Angola, a criação de um “novo Brasil”.

No entanto, para que este sensível desenvolvimento das colônias persistisse, era preciso ter-se uma política colonial que fomentasse e criasse as condições necessárias para continuar e incrementar o referido desenvolvimento. Andrade Corvo, ministro da Marinha e Ultramar entre 1872 e 1877, deu o impulso necessário ao desenvolvimento dessa política, pondo fim aos monopólios comerciais existentes nos territórios africanos, incrementando os meios de comunicação pela construção de estradas, caminhos de ferro e melhor navegabilidade dos rios e pela criação de uma administração colonial de carácter mais civil e, portanto, menos militar.

A fase de exploração e de maior conhecimento do interior do continente tornou-se muito ativa com o protagonismo dos missionários e dos viajantes-exploradores, estes ao serviço dos governos europeus, na maioria das vezes idealizada e patrocinada pelas Sociedades de Geografia.

Em 1875, tendo como exemplo as suas congêneres europeias, fundou-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, que sucedeu à Sociedade Real Marítima e Geográfica (1798-1807), como resposta à exigência de um maior conhecimento do interior do continente africano, sendo os seus dois objetivos iniciais a exploração

²¹ DIAS, Jill. “Angola”. In ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *Nova história da expansão portuguesa (vol. X)...*, op. cit. p.93-94.

científica das províncias ultramarinas e a criação de uma consciência colonial em Portugal.

Com a fundação da Sociedade de Geografia houve um aumento significativo das viagens de exploração. Em 1877, Serpa Pinto, em uma viagem de dezessete meses em que explorou regiões desconhecidas e anotou inúmeras observações, foi de Benguela ao Bié e estudou as regiões do Cuanza e do Zambeze, chegando, em Agosto de 1878, a este rio e daí desceu até às cataratas de Vitória. Então dirigiu-se para o Sul e, pelo Transvaal, foi ter à colônia de Natal.²² No que se refere a Hermenegildo Capelo e a Roberto Ivens, que haviam partido com Serpa Pinto, separaram-se deste no Bié e exploraram o sertão de Benguela.

As explorações africanas haviam-se tornado o meio utilizado pelos países europeus para o reconhecimento do interior do continente pela navegação dos grandes rios, dos seus afluentes e das suas circunvizinhanças. Brazza, em 1880, ao serviço da França, ocupou a margem direita do Congo e, um ano depois, Stanley, dirigindo uma expedição ao serviço da Bélgica, arvorou a bandeira belga na margem esquerda. Assim nasceram as cidades de Brazzaville e de Stanleyville.

Em 1884, Capelo e Ivens recomeçaram os seus trabalhos para investigar o comércio nas bacias do Zambeze e do Congo e, sobretudo, identificar quais as vias comerciais existentes entre Angola e Moçambique utilizadas pelos indígenas. Em outras palavras, a idéia de dominar um vasto território da “costa à contra-costa” já prenunciava o projeto de uma colônia angolo-moçambicana. Então, depois de haverem atravessado a África, chegaram a Quelimane em meados de 1885.

Em 1889, foi organizada em Moçambique outra expedição sob o comando de Serpa Pinto, que levou como imediato Augusto Cardoso. A idéia foi restabelecer o tráfego comercial entre a região do Niassa e a ilha do Ibo, para fazer valer os direitos territoriais portugueses face às pretensões dos britânicos. Como Serpa Pinto adoeceu, a viagem foi concluída por Augusto Cardoso que, no Niassa, recebeu vassalagem de chefes tradicionais africanos, tendo em seguida atravessado a região de Blantyre dirigindo-se ao Chire, ao Zambeze e, por fim, a

²² PINTO, Alexandre da Rocha Serpa. *Como atravessei a África do Atlântico ao mar Índico, viagem de Benguela à contra-costa através de regiões desconhecidas; determinações geográficas e estudos etnográficos*. Londres: Ed. Sampson Low, Marston; Searle e Rivington. 2 vol. s.d.

Quelimane.²³

Estas foram algumas das mais importantes explorações levadas a cabo pelos portugueses, constituindo uma parte essencial do seu processo expansionista, que durante todo o século XIX, sobretudo no último quartel do mesmo, tiveram o seu ápice nas injunções da Coroa portuguesa junto a Bismarck para a organização da Conferência de Berlim, a qual pode ser considerada como o marco do processo da rasgadura da África.²⁴

O pedido de Portugal a Bismarck para a realização de uma conferência internacional, se deveu à oposição, por parte da França, da Bélgica e da Alemanha, ao tratado luso-britânico sobre o Congo, de 26 de fevereiro de 1884, o qual, aliás, não chegou a ser ratificado. Nesse, a Grã-Bretanha reconhecia a Portugal as suas pretensões sobre o “coração” de África, estendendo-se a soberania portuguesa por ambos os lados do Congo por cerca de 70 Km, comprometendo-se Portugal a garantir à Grã-Bretanha a livre navegação no rio e a conceder-lhe a cláusula de nação mais favorecida em termos comerciais.

Realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, a Conferência de Berlim contou com representantes de Portugal, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Países Baixos, Rússia, Dinamarca, Espanha, Itália, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos da América.

As deliberações mais importantes foram: a fundação do Estado Livre do Congo, sendo que Portugal ficou apenas com a margem esquerda da foz do rio Congo; a liberdade de navegação e o livre comércio nos rios Congo, Niger e Zambeze, em particular em relação à foz e à bacia do Congo; a necessidade da ocupação efetiva para a posse legítima dos territórios africanos, o que implicava na existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos ou seja, de presença militar; a proibição do tráfico de escravos; e a partilha do continente. Ainda em relação a esta última deliberação, o artigo 36 do Capítulo VII,

²³ SANTOS, Maria Emília M. “A comissão de cartografia e a delimitação das fronteiras africanas”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *As fronteiras da África*. Comissário Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Cordoaria Nacional, 1997.

²⁴ É interessante notar que a maioria das explorações foi realizada por militares, o que fez com que a maioria dos conhecimentos adquiridos tivesse ficado na posse dos ministérios e academias militares; aliás, só na 1ª República é que o Ministério das Colónias ficou independente do da Marinha.

“Disposições Gerais”, deixava claro que a ocupação efetiva dos territórios africanos poderia ser complementada pela realização, de comum acordo, de um conjunto de tratados para delimitar as grandes zonas do continente. Assim, após a partilha, seguiram-se as conquistas efetivas

A Conferência de Berlim anulava o tratado luso-britânico sobre o Congo. Assim, o governo português, em 1887, insatisfeito quanto às resoluções apresentadas na Conferência de Berlim, celebrou, em 14 de julho de 1887, um convênio com a Alemanha, em que o imperador Guilherme II reconhecia ao rei de Portugal o direito de exercer a sua soberania e a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões de Angola e Moçambique, convênio esse que em termos políticos, para o governo britânico, significou que a aliança secular que ligava a Grã-Bretanha a Portugal sofrera uma ruptura. Convém lembrar que esse convênio surgiu na seqüência da realização de acordos com a França a 12 de maio e com a Alemanha em 30 de dezembro do ano anterior, em que foram fixadas as fronteiras das colônias portuguesas, e em que França e Alemanha reconheceram o direito de soberania e civilização nos territórios que separavam as possessões de Angola e Moçambique.

Deste modo, Portugal protegia-se em relação a um eventual interesse por parte da França e da Alemanha, podendo recriar um “novo Brasil”, sonho acalentado desde a perda deste. Além disso, para os franceses, que ainda não tinham assimilado a ocupação do Egito pelos britânicos, foi uma forma de travar o avanço destes do Cairo até à cidade do Cabo. De resto, Portugal sempre foi beneficiado quando se envolveu com outras potências coloniais que não a Grã-Bretanha, como no caso da arbitragem internacional feita pelo presidente francês, Marechal Mac-Mahon, que, em 1875, lhe assegurou a região de Lourenço Marques.

Assim, a pretensão portuguesa de ocupar os territórios da África central da costa à contra-costa apresentou-se possível de ser realizada sem quaisquer problemas. Este projeto foi apresentado ao Parlamento português, em 1887, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, e ficou conhecido como “mapa

cor-de-rosa”.²⁵ A idéia, além de inexecutável em termos práticos por falta de meios materiais e humanos, era também um erro político, pois contrariava a idéia britânica de ligar a cidade do Cairo à do Cabo por meio de um caminho de ferro.

Mapa cor-de-rosa²⁶

O «MAPA COR-DE-ROSA»

«Unir Angola e Moçambique era uma antiga ambição bem natural num povo que abria os caminhos para a África, Índia e Brasil e que possuía na Costa Ocidental a foz do Limpopo, o delta do Zambeze, o curso do Rovuma.»

MARQUÊS DE LAVRADIO
(« PORTUGAL EM ÁFRICA DEPOIS DE 1851 »)

Na realidade, os tratados realizados com a Alemanha e a França foram a forma de Portugal se garantir de que nenhum destes países tivesse objeções à realização de futuras negociações com a Grã-Bretanha, tal como acontecera quando do tratado luso-britânico de 1884, sobre o Congo. O objetivo de Portugal era que a relação privilegiada com os britânicos não se tornasse exclusiva, não o impedindo de negociar com uma terceira potência colonial que lhe servisse de contrapeso. Embora esta fosse a idéia do governo português ao realizar os referidos tratados, não foi assim que o governo britânico o entendeu, o que levou à

²⁵ Esta expressão advém do fato da região que incluía Angola, grande parte da atual Zâmbia do Zimbábue e de Moçambique, estar pintada de cor-de-rosa, constituindo o mapa anexo ao tratado de 1886 entre Portugal e a Alemanha.

²⁶ AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1962, p. 655.

existência de uma tensão crescente entre ambos os países que culminaria no *ultimatum*.

Para os alemães, o tratado permitiu, com a argumentação de que apenas pretendiam fazer retificações de fronteiras, o alargamento do seu domínio africano pela incorporação de parte dos territórios do sul e do sudeste de Angola e do norte de Moçambique.

No que se refere à Grã-Bretanha, logo que tomou conhecimento de que o mapa estava em anexo ao tratado com a Alemanha, protestou. Afinal, o projeto português constituía um obstáculo para a construção de uma linha férrea do Cairo ao Cabo, idealizada por Cecil Rhodes, para quem a conquista deveria ser ilimitada.²⁷ Este afirmava que se pudesse se apoderaria dos planetas, o que demonstrava claramente as desmedidas ambições do império britânico.

Portugal, entre 1887 e 1889, continuou a enviar expedições para a África. Assim, em março de 1889, o governo entregou a Serpa Pinto o comando de uma expedição para estudar o traçado de um caminho de ferro que, ultrapassando as cataratas do Alto Chire, mantivesse a navegação deste rio e assegurasse a comunicação do Lago Niassa com o mar. Esta expedição foi uma das causas imediatas do conflito com a Grã-Bretanha.

Em novembro de 1889 o governo britânico informou o governo português de que recebera notícias, baseadas na autoridade do bispo anglicano Smithyes, de que os macololos tinham sido atacados por Serpa Pinto, apesar do cônsul britânico lhe ter declarado que o referido grupo etno-cultural estava sobre a proteção da Grã-Bretanha. O Major, que se achava em Ruvo, tinha declarado oficialmente que era sua intenção tomar posse de toda esta região até ao Lago de Niassa e de ocupar as estações inglesas de Blantyre, as quais ficariam sob a proteção de Portugal.

A Grã-Bretanha solicitou então que o governo português se comprometesse a não atacar as estações britânicas do Niassa, do Chire, nem os macololos. Além disso, o governo britânico advertiu que não consentiria ataques a qualquer outro território que estivesse sob a proteção da Grã-Bretanha. A nota entregue pelo governo britânico sobre o incidente havido entre Serpa Pinto e os macololos

²⁷ COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Ed. Cosmos.

significava que a atenção daquele não se desprendera da ação combinada dessa expedição com a de Paiva Couceiro que, em Angola, pelo Bié e pelo Moxico tentava juntar-se à de Serpa Pinto, com o intuito de dar execução ao projeto do “mapa cor-de-rosa”.

Quanto ao governo português, este respondeu apresentando uma versão dos fatos diferente da referida pelos britânicos. Sobre este assunto nenhuma outra comunicação se trocou até ao dia 11 de janeiro de 1890, data do *ultimatum*, quando o governo britânico exigiu do Governo de Lisboa que, até à tarde desse dia, mandasse retirar as tropas portuguesas que se encontravam no vale do Chire, caso contrário a representação diplomática britânica retirar-se-ia de Portugal, o que implicaria no corte das relações diplomáticas entre os dois países. O governo não teve outra alternativa senão a de ceder.

O *ultimatum* foi o fato mais importante da história portuguesa do final do século XIX, acarretando uma repercussão nacional profunda, por um longo tempo. No dia seguinte os jornais deram conta do sucedido, provocando uma onda de protestos e de manifestações de indignação e revolta contra a “pérfida Albion”, em que se chegou a cobrir a estátua de Luís de Camões com fitas pretas em sinal de luto, assim como um boicote geral aos produtos britânicos. Além disso, embora com diferentes posturas político-ideológicas, grandes nomes da literatura portuguesa como Antero de Quental, Eça de Queiroz, Gomes Leal e Oliveira Martins, criticaram com veemência o sucedido, tendo Guerra Junqueiro escrito a “Finis Patriae”, uma poesia que se imortalizou como um libelo acusatório contra a monarquia. Aliás, este poeta conseguiu uma popularidade ímpar quando escreveu, na Ode à Inglaterra, os seguintes versos:

Ó bêbada Inglaterra, ó cínica impudente,
Que tens levado tu ao Negro e à escravidão!
Chitas e hipocrisia, Evangelho e aguardente,
Repartindo por todo o escuro continente
A mortalha do Cristo em tangas de algodão.

Estas palavras que então, eloqüentemente, canalizaram o sentimento de todo o português, mostraram não só o ódio à Grã-Bretanha como, também, um total desprezo pela monarquia, tornando o Rei D.Carlos um personagem muito impopular. A paixão patriótica suscitada pelo *ultimatum* inspirou o compositor Alfredo Keil a compor um hino, cuja letra foi escrita pelo oficial da armada Henrique Lopes de Mendonça, a que se chamou de “A Portuguesa”, adotado pelo povo como Hino Nacional. Como o governo entendia que esse hino era um protesto contra a monarquia, a sua execução foi proibida até 1910, quando da proclamação da República, que o oficializou como Hino Nacional.

O *ultimatum* teve um efeito tão profundo na sociedade portuguesa, que conseguiu catalisá-la, unificando colonialistas e não colonialistas, em torno de um nacionalismo que, paulatinamente, entrelaçava Nação e Império.

Convém que se note que a reação dos portugueses em relação ao *ultimatum* não foi por o governo ter cedido, pois era óbvio que Portugal não se poderia opor ao poderio britânico, mas pelo fato de aquele ter deixado chegar a situação ao ponto a que se havia chegado, em que o país fora humilhado. Por outro lado, a possibilidade de se poder criar um novo Brasil em África pela união dos territórios entre Angola e Moçambique, por “direito de legitimidade histórica” era algo que se encontrava de tal modo presente no âmago do imaginário da sociedade de então, que o ser obrigado a abrir mão do projeto foi algo vivido como mais um fracasso do governo, com a agravante que desta vez havia provocado uma situação que humilhara Portugal e os portugueses. Além disso, desde há algum tempo que existia um sentimento anti-britânico devido a ressentimentos históricos, o qual, sempre que havia disputas sobre a África, era avivado, lembrando, entre outros, o Tratado de Methuen e o enforcamento de Gomes Freire de Andrade.

Pouco depois, em 20 de agosto de 1890, foi assinado um tratado, ratificado por um outro em 11 de junho do ano seguinte, este mediado pela Alemanha, que resguardava a posição de Portugal, não nos termos nem com as pretensões que o governo e os portugueses queriam, mas que lhe permitiu manter a sua posição como país colonizador e com a posse de uma extensa área de territórios na África continental. Convém chamar a atenção para o fato de que, embora os governos de

então e mais tarde parte da historiografia portuguesa, em particular as obras oficiais do Estado Novo (por exemplo João Ameal), apresentarem sempre Portugal como sendo um país perseguido pelos ódios e as invejas das outras potências coloniais, tal não é sustentado pelas pesquisas históricas efetuadas desde os anos de 1970. Portugal, de acordo com o pragmatismo político da época, ignorava tratados segundo as suas conveniências, a maior parte das vezes por imperativos financeiros para não perder a sua credibilidade perante os credores externos.

Ainda como consequência do *ultimatum*, cuja repercussão na política portuguesa em África foi decisiva, reforçando as Resoluções da Conferência de Berlim, Portugal implantou um novo sistema imperial no qual se fixaram fronteiras e foram instaladas burocracias coloniais.²⁸ O governo português procedeu sistematicamente à ocupação efetiva dos territórios e, conforme o Ato Geral da Conferência Internacional de Bruxelas de 2 de julho de 1890, que reiterava o princípio da ocupação efetiva pelo desenvolvimento de serviços administrativos, estruturou um programa político voltado para a institucionalização de uma nova política colonial baseada na criação de um aparato administrativo, legal e financeiro, para todas as suas colônias.

A efetividade deste projeto colonial, chocando-se em várias partes dos territórios africanos com a resistência de grupos etno-culturais, deu ensejo à política da “pacificação” ou “domesticação”, a qual foi realizada por meio de campanhas militares que submetiam os “indígenas”, em nome dos benefícios da civilização ocidental e da propagação da fé cristã. No primeiro caso tomando como modelo os usos e os costumes europeus, que eram os únicos considerados como modelo de civilização e, no segundo, levando a palavra de Deus para converter ao cristianismo aqueles considerados ímpios, evitando que continuassem no caminho das práticas pagãs da feitiçaria.

O problema é que o momento histórico que se vivia era o do final do século XIX e início do XX, e não o de meados do XV e início do XVI, isto é: Portugal não

²⁸ AMARAL, Ilídio do. “Partilhas territoriais tradicionais e coloniais na África ao sul do Sara: jogos políticos africanos no rescaldo de Guerra de 1914-18”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*. III Reunião Internacional de História da África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. 2000.

tinha que se limitar apenas a travar conhecimento com povos estranhos que ainda não conheciam o branco; trocar uma meia dúzia de bugigangas por benesses territoriais estabelecendo-se na orla costeira de “portos de trato” para futuros negócios lucrativos; mostrar que só havia uma religião verdadeira à qual era preciso converter-se; e ter poderio militar suficiente para evitar ou dominar eventuais oposições de populações locais mais recalcitrantes. Portugal, agora, tinha que impor de forma eficaz e efetiva a sua soberania por todo um *hinterland* na sua maioria desconhecido; exercer uma ação missionária para a qual contaria com um numero insuficiente de pessoas e dos meios necessários; e, finalmente, controlar os indígenas por meio de uma máquina administrativa organizada e eficiente. De resto, em 1890, Oliveira Martins descrevia as possessões portuguesas assim: “Estar de arma – sem gatilho – ao ombro, sobre os muros de uma fortaleza arruinada, com uma alfândega e um palácio onde vegetam maus empregados, mal pagos, e assistir de braços cruzados ao comércio que os estranhos fazem e nós não podemos fazer; a esperar todos os dias os ataques dos negros e a ouvir a todas as horas o escárnio e o desdém com que falam de nós todos os que viajam em África – não vale, sinceramente, a pena”.²⁹ Ainda assim, Portugal empreendeu uma série de campanhas militares com o intuito de fazer valer a sua soberania nos territórios africanos que lhe pertenciam. Estas eram necessárias, pois só com o apoio das populações indígenas locais se poderia alargar o raio de ocupação do território para o interior, facilitar a fixação de colonos, desenvolver os meios de comunicação, criar rotas comerciais e arregimentar mão-de-obra barata pelo recrutamento dos indígenas e pela implementação de formas compulsórias de trabalho. Cabe mais uma vez ressaltar que, no que respeita a esta última ação em particular, havia resistência por uma boa parte das populações negras locais, o que implicava, em uma primeira fase, na realização de operações militares para as subjugar, para, numa segunda, se instalar uma máquina administrativa colonial que as controlasse. Não seria possível realizar a ocupação efetiva dos territórios se a isso houvesse resistência por parte dos indígenas e, por outro lado, esta mesma resistência

²⁹ Apud. ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – Cronologia: século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, p. 267. v.2.

acabava por provocar campanhas militares com o intuito de pacificar as etnias que não aceitavam o jugo português.

No que respeita às campanhas de “pacificação”, as mesmas ocorreram nas três colônias continentais africanas: Angola, Guiné e Moçambique. Recorde-se que Portugal, desde meados do século XIX, já tentava impor, nas colônias, a sua soberania por meio de tratados diplomáticos ou comerciais efetuados com as autoridades africanas e, quando estes não eram cumpridos, pela realização de campanhas militares que, por vezes, resultavam em desastres. Assim, caso de Angola, na década de 80 podem se destacar as campanhas que ocuparam o território entre o Cunene e o Cubango e Cabinda, em 1886; Santo António do Zaire, em 1887; o Bailundo e o Ambrizete, em 1888; e o Bié, em 1890. Já na década de 90 houve duas campanhas contra os Hontentotes, em 1893 e 1897; na Lunda, em 1897; e nos Bambos, longos e Harris, em 1900.³⁰ No século XX houve campanhas no Cuamato entre 1904-07 e entre 1914-1915 devido à Alemanha (cuja colônia, a África Ocidental Alemã, fazia fronteira com o sul de Angola) ter incitado as populações locais a rebelarem-se contra Portugal. Em Moçambique, as “pacificações” concentraram-se entre 1853 e 1897, sendo que a primeira campanha com relevo, entre 1889-91, ocorreu contra os Macololos e contou com homens como Serpa Pinto, Azevedo Coutinho e Caldas Xavier, e a mais célebre foi a chefiada por Mouzinho de Albuquerque, no território de Gaza que, em 1895, culminou com a prisão do Gungunhana. Por fim, no caso da Guiné, foram de 1844 a 1915 em especial contra os papéis, tendo-se prolongando até 1930, sobretudo pela resistência, entre outros, dos mandingas, balantas e soninquês.³¹

Em relação à questão administrativa no que diz respeito ao regime de trabalho, recorde-se que, em 1854, os escravos que pertenciam ao Estado e os africanos vindos de outras terras haviam sido libertos. Dois anos depois a medida seria estendida aos que trabalhavam nos municípios e misericórdias e aos filhos de

³⁰ Hotentotes foi o nome dado pelos colonizadores aos khoi khoi.

³¹ PELISSIER, René. *História das campanhas de Angola: resistências e revoltas (1845-1941)*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1997. 2 v.; *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 1984. 2 v.;

História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936). Lisboa: Estampa, 1987.

mães escravas. Em 1868 foi apresentado ao Parlamento um projeto de decreto para abolir a escravidão, promulgado apenas no ano seguinte, o que fez com que se reduzisse em dez anos a data prevista para a extinção da escravidão conforme um decreto de 1858. Por esse decreto, os escravos tornavam-se libertos, ou seja, deviam continuar trabalhando para os seus senhores até 1878, sendo estes obrigados a pagar pelos serviços. Sete anos mais tarde, em 1875, um decreto extinguiu o estado de liberto, embora o antigo liberto fosse obrigado a prestar os seus serviços durante dois anos, o que levou algumas pessoas a considerarem este decreto como sendo o primeiro código de trabalho dos indígenas. Finalmente, em 1878, em função da efetiva extinção da escravidão, promulgou-se o “Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias de África”, que era uma espécie de código de trabalho que consagrava a liberdade de trabalho, o qual foi muito contestado por António Enes, que viria a ser o autor do “Código de Trabalho” de 1899, por não mencionar o princípio da obrigatoriedade do trabalho.

Este código, ao contrário do de 1878, incluía uma cláusula que tornava o trabalho obrigatório para os indígenas, pois, em função do desenvolvimento económico dos países vizinhos, era imperioso aumentar a produtividade nas colónias o que poderia ser feito pelo trabalho daqueles. De acordo com o exposto no código, o trabalho civilizava os negros, além do que era sua obrigação moral fazê-lo. Dele ficavam isentos os que tivessem sustento próprio, os empregados, os maiores de sessenta anos e os menores de quatorze, os inválidos, os doentes, as mulheres e outros africanos que fossem proeminentes no local onde habitavam. Ressalte-se que, ao contrário do que era anteriormente praticado, estava legalmente proibido que o trabalhador fosse obrigado a comprar os produtos do patrão, assim como que este lhe guardasse parte do salário. O princípio do trabalho forçado, que o “Código de Trabalho” de 1899 propôs, continuou a vigorar na República e a sua aplicação foi revogada em 1926.

Ainda relacionado com a questão administrativa, há que se ter presente que os códigos administrativo, civil e penal eram aplicados em todas as colónias, embora houvesse os necessários ajustes em relação aos usos, aos costumes e às tradições locais, que regiam alguns povos e as suas relações internas.

Para que se tenha uma idéia dos meios utilizados pelos governos locais com o intuito de pôr em prática os códigos que regulavam a administração colonial, mostra-se a seguir um exemplo dos mesmos. Em julho de 1906, o governador geral de Luanda emitiu uma circular, publicada no Diário de Governo da Colônia, para os Governadores de Distrito e Chefes de Concelho do Distrito de Luanda, na qual constava um *Questionário acerca dos usos e costumes gentílicos da província de Angola*, que deveria ser usado para se ter um melhor conhecimento das populações locais. Na introdução daquela circular afirmava-se que os “indígenas pertenciam a uma civilização muito inferior e diferente da nossa” e que, embora houvesse livros relativos a Angola, ainda não se tinham os dados necessários para uma “melhor avaliação” das populações locais que habitavam a província, a fim de que as mesmas fossem devidamente administradas.³²

O questionário constava de oitenta perguntas divididas em dez partes, cujos títulos eram, respectivamente: “dos povos em geral; do governo político; da organização guerreira; dos direitos civis; do julgamento dos crimes e delitos; dos recursos econômicos; das principais cerimônias; das crenças e superstições; de diversos usos; e da linguagem”. Em seguida, indicam-se as perguntas mais significativas relativas a cada uma das partes acima referidas, para que se tivesse uma idéia sobre as informações acerca dos indígenas em que o governador de Angola, Eduardo Costa, considerava serem relevantes para o funcionamento adequado da máquina administrativa da colônia.

Na primeira parte do questionário procurava-se identificar quais os povos que viviam na circunscrição, a sua índole, o seu poderio e a sua quantidade; na segunda, quais eram os direitos dos chefes indígenas sobre a vida dos seus súditos e sobre a propriedade, e quais os rendimentos daqueles; na terceira, qual o seu sistema de guerrear, a sua índole guerreira e o armamento usado; na quarta, quais os seus costumes matrimoniais e a sua relação com os filhos no que respeitava à propriedade e à herança, assim como em saber como os indígenas consideravam os brancos e os mestiços; na quinta, qual o tipo de julgamento e de punições para quem cometesse algum delito contra as leis por eles praticadas na sua comunidade;

³² Circular aos Srs. Governadores de Distrito e Chefes de Conselho do Distrito de Loanda, de 23 de julho de 1906, publicada no Diário de Governo no. 30 de 28 de julho de 1906. (anexo 2).

na sexta, qual a sua principal ocupação: o comércio, a agricultura ou a criação de gado (e, neste caso, que tipo), assim como e com que moeda comerciavam os seus bens; na sétima, que tipo de cerimônias se praticavam de acordo com as diferentes ocasiões, entre outras, a de casamento, a de declaração de guerra e a de investidura dos chefes; a oitava, se acreditavam em algum ente supremo, qual a sua relação espiritual em relação às manifestações da natureza e à fauna que os rodeava, assim como se possuíam e quais eram as suas tradições orais em relação à sua história; a nona, os modos de trajar, os seus instrumentos musicais e as formas das cubatas (habitações); e a décima, qual a língua que eles falavam, devendo-se neste caso anotar, com a grafia portuguesa, as palavras mais utilizadas com o respectivo significado. O final do questionário apresenta uma advertência lembrando que, durante a sua aplicação, ele poderia ser ampliado se ocorressem situações que o mesmo não previa.

Note-se que a circular, ainda que aparentemente revestida de um caráter meramente informativo, trazia no seu bojo a importância que representava o aprofundamento do conhecimento prévio do “outro”, a fim de que este pudesse ser melhor colonizado. A aplicação do questionário implicava que era preciso realizar uma política orientada para transformar gradualmente os costumes e os valores dos africanos, justificada como missão civilizadora e cristianizadora da qual o povo português se julgava auto-atribuído.

Um outro exemplo sobre o modo como era feita a administração está presente em um decreto publicado em 20 de outubro de 1906, no referido Diário de Governo da Colônia, que diz respeito à questão da cobrança do imposto indígena de cubata, o qual era composto por dez artigos.³³

Antes de entrar no mérito do decreto propriamente dito, tem-se um preâmbulo em que se fazem alguns considerandos que pretendem justificar a razão da sua publicação. Assim, informa-se sobre a conveniência financeira, para a província de Angola, do estabelecimento de um imposto de cubata, a exemplo do que já acontecia em quase todas as colônias inglesas e francesas e, também, na Guiné, em Moçambique, em Timor e até no distrito do Congo da referida província de

³³ *Decreto da Direcção Geral do Ultramar, de 13 de setembro de 1906*, publicado no Diário de Governo no. 42, de 20 de outubro de 1906. (anexo 3).

Angola, lembrando-se que a aplicação deste tipo de imposto não é nova, pois já havia sido realizada no passado. Finalmente, explica-se que o imposto se justifica, pois reduz as despesas que o Estado tem com o policiamento e o desenvolvimento das regiões ocupadas, mas que “também é perfeitamente legítimo como tributo significativo de verdadeira e efectiva submissão das tribus indígenas á nossa civilização por obrigar o indígena ao trabalho para obter os recursos necessários ao seu pagamento”.

Após o preâmbulo, o primeiro artigo decreta o imposto sobre todas as cubatas em Angola e, o segundo, qual o valor máximo a ser pago, mas informando quais as cidades em que este é diferente. O terceiro artigo explicita que o pagamento pode ser feito em gado ou em gêneros, de acordo com as diversas localidades, sendo os valores a serem atribuídos a ambos fixados pelo governador geral. O quarto permite que, na impossibilidade de se saber quantas são as cubatas existentes na região, o imposto incida sobre o chefe indígena, podendo ser pago em gado, gêneros ou dinheiro. O quinto diz qual é a autoridade competente para fazer o arrolamento das cubatas, indicando que, salvo as exceções indicadas neste artigo, a cobrança deve ser feita pelos chefes indígenas a quem caberá uma comissão do total recolhido. O sexto informa que o não pagamento do imposto não tem desculpa e que é punido com prisão ou trabalho compelido, embora se proíba a prática de violências contra quem não cumprir a sua obrigação e, de acordo com o artigo sétimo, se elas ocorrerem o infrator será punido de imediato. O oitavo artigo regulamenta quais as autoridades a quem compete fazer cumprir o decreto e, o nono, que a colocação em prática do pagamento de imposto seja feita de modo gradual, a fim de se evitar situações graves de confronto. O décimo e último artigo revoga toda a legislação anterior em contrário ao agora em vigor.

Pela análise do decreto verifica-se que, para os indígenas, a questão dos impostos e do trabalho estavam entrelaçadas, uma vez que os impostos eram revertidos em formas de trabalho compulsório. Além disso, o Estado legalizou, tanto a obrigação de trabalhar como a de pagar impostos de acordo com a missão civilizadora de que ele se auto-atribuí.

3. A política ultramarina na 1ª República: administração colonial e o trabalho dos indígenas

Um conjunto de aspectos torna possível apresentar duas considerações. A primeira refere-se a como os mitos da herança sagrada e do Eldorado, a partir da história, foram resignificados e reafirmados. A segunda, por sua vez, aponta para um imaginário que apresenta a continuidade como sua principal característica específica. O exemplo paradigmático é o do Hino Nacional português. Embora os seus versos tenham sido escritos em um momento particular da História de Portugal, o do *ultimatum*, refletem outros desafios passado, que suscitou uma exacerbação do sentimento de patriotismo e a construção de uma identidade nacional. Convém, a seguir, registrar a letra do Hino:

Hino Nacional

Heróis do mar nobre povo
Nação valente e imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria sente-se a voz
Dos teus egrégios avós
Que hão de guiar-te à vitória!

Refrão

Desfralda a invicta bandeira
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu!
Beija o solo teu jucundo
O oceano a rugir de amor;

Refrão

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar.
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar.
Contra os canhões marchar!

E o teu braço vencedor
Deu mundos novos ao mundo!

Refrão

Saudai o sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco de uma afronta
O sinal do ressurgir.
Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm
Contra as injúrias da sorte.

Refrão

A leitura do primeiro verso salienta a idéia de que o português é um povo de sentimentos nobres, próprios da civilização ocidental e da sua fé cristã, católica, a ponto de traduzirem a vocação marítima na criação de um vasto império. Por sua vez, o segundo verso apresenta Portugal como uma nação impulsionada por um heroísmo, forte o bastante para levá-la a enfrentar todos os perigos próprios de uma grande missão imperial. Quanto aos outros seis versos que completam a primeira estrofe, respondem à decadência e à saudade, dois sentimentos subjacentes ao imaginário português, conclamando à identificação das glórias do passado por “entre as brumas da memória”.

Na segunda estrofe três idéias se sobressaem. A primeira é a afirmação da bandeira como símbolo-síntese, em que o vermelho representa o sangue derramado em gloriosas lutas, e o verde a cor da esperança que se sobrepõe vencedora à decadência. A segunda é o amplo significado da esfera armilar que se refere ao caráter universal do império português remetendo, ainda que de forma tácita, a um desenvolvimento tecnológico e prático da arte de marear, amplo senso, e aos

conhecimentos etnográficos, etnológicos e culturais, próprios da diversidade dos povos dos novos mundos que o mar permitira unir. Por fim, como decorrência das duas anteriores a Europa é conclamada a exaltar a imortalidade de Portugal “à terra inteira”.

A terceira e última estrofe incita os portugueses a crer que o futuro será promissor, pois, tal como no passado, os ultrajes enfrentados só fazem fortalecer a luta pelo ressurgimento de um Portugal glorioso.

Quanto ao refrão, que finaliza cada estrofe convoca todos os portugueses a pegarem em armas para defender a pátria, como uma missão a ser necessariamente vitoriosa.

Concluindo, é oportuno reiterar que é no âmbito deste imaginário que se apresenta a imagem do povo português, e os valores presentes nas diversas formas de prática política, em diferentes conjunturas históricas.

Retomando o contexto histórico, faz-se necessário salientar que os governos da República, tal como durante a Monarquia, continuaram a considerar as possessões ultramarinas como parte integrante da Nação do ponto de vista constitucional, apenas criando o Ministério das Colônias. Em particular em relação à administração colonial, se passou praticar uma política de descentralização.

A autonomia que foi dada às colônias, com o intuito de que elas se desenvolvessem com mais celeridade, estava presente na Constituição de 1911, no artigo nº. 67, relativo à administração das Províncias Ultramarinas, que determinava que o regime a predominar nestas deveria ser o da descentralização, com leis especiais “adequadas ao estado de civilização de cada uma delas”. Apesar de ter sido outorgada às colônias essa autonomia, esta não mudou o regime de trabalho dos indígenas, pois o primeiro regulamento sobre o assunto era, praticamente, a cópia do de 1899.

Em agosto de 1914 publicaram-se as Leis Orgânicas para as administrações civil e financeira das colônias, as quais estabeleciam as bases da autonomia administrativa e financeira de cada colônia, e o estatuto civil e criminal dos indígenas de acordo com os seus usos e costumes, embora estes devessem ser “progressivamente modificados com o intuito dos aperfeiçoar”. Estas leis estavam

perfeitamente de acordo com o cerne da missão civilizadora da qual os europeus, em relação aos indígenas, se pensavam investidos. Relembre-se que esta ideologia foi de toda a época do imperialismo colonial dos fins do século XIX. Assim, se fazia presente em todos os Estados europeus que possuíam colônias e protetorados espalhados pela África, onde “ocorreram as aplicações das políticas coloniais assimilacionistas ou de diferenciação consideradas as variações administrativo-jurídicas próprias da dominação de cada metrópole europeia”.³⁴ No que se referia ao regime de trabalho, o Decreto nº. 951, de 4 de outubro, manteve no geral o Regulamento de Trabalho de 1911, ou seja, estabelecia a obrigatoriedade moral e legal do trabalho como meio do indígena se sustentar. Caso resistisse poderia ser “intimado e compelido a fazê-lo (art. 94)”. Se ainda assim não obedecesse poderia ser punido com trabalho correcional em obras públicas do Estado, dos Municípios, ou mesmo servindo a particulares. Em síntese, reiterando a idéia de que o indígena era “uma criança grande”, “os indígenas... devem ser ‘corrigidos moderadamente’, como se fossem menores”³⁵.

Não obstante algumas particularidades, a administração republicana manteve uma orientação política caracterizada pela ausência de rupturas em relação à sua antecessora monárquica. A particularidade foi a descentralização que constava na Constituição de 1911 e as Cartas Orgânicas de cada colônia a serem elaboradas em consonância com as Leis Orgânicas, levando em consideração com aquelas o estado de civilização atribuído aos indígenas de cada possessão ultramarina. As Cartas foram promulgadas no segundo semestre de 1917, mas a sua aplicação não se efetivou em virtude do golpe que levou Sidónio Pais ao poder, o qual as anulou. No entanto, após a queda deste, em maio de 1919 elas tornaram a entrar em vigor.

Nessa mesma conjuntura se criaram, pela primeira vez, dois comissários da República, um para todos os domínios ultramarinos da África Ocidental (Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe) e o outro para Moçambique. A eles, com a assistência de um Conselho Superior da sua presidência, foram atribuídos latos poderes que incluíam, entre outros, o de tomar medidas legislativas e o de praticar

³⁴ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005. p.107-108.

³⁵ ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – Cronologia: século XX*. Lisboa:Editorial Estampa, 1979, p. 105. v.3.

atos de administração, sendo da sua competência a elaboração e a promulgação das respectivas Cartas Orgânicas Provinciais. Pelas Leis de 7 e de 20 de agosto de 1920, nas quais foram expressas as suas respectivas atribuições, as referidas autoridades passaram a chamar-se Altos Comissários, tendo então sido nomeados Norton de Matos para Angola (este, entre 1912 e 1915, havia sido governador desta colônia) e Brito Camacho para Moçambique. Com isto acentuou-se a tendência oficial para a descentralização.

Esta primeira experiência com Altos Comissários não foi satisfatória, exceto, em parte, no caso de Angola, devido à atuação de Norton de Matos. Este realizou obras públicas importantes como a da renovação do Caminho de Ferro de Luanda e o prolongamento do de Moçâmedes até Sá da Bandeira, o início da construção o porto do Lobito, a construção de edifícios públicos e casas para os funcionários da administração colonial, além do melhoramento da rede de estradas. Este conjunto de atividades criou condições que levaram ao aumento do número de colonos, assim como melhorou os salários, os serviços de assistência e os regulamentos de trabalho dos indígenas. Aproveitando a possibilidade da autonomia financeira e administrativa, além de amplos poderes, que a Lei 1005 de 7 de agosto de 1920 conferia ao Alto Comissário, Norton de Matos, que era um homem com grandes ambições em termos de matéria colonial e, de certo modo, um visionário, exorbitou nas suas funções contraindo vultuosos empréstimos internacionais com o intuito de criar uma colônia que fosse um portento econômico, a antiga idéia da criação de um “novo Brasil”. Porém, devido à falta de apoio financeiro da Metrópole, que aliás também se encontrava em dificuldades financeiras, e devido à falta dos necessários quadros administrativos para desenvolver a sua política colonial, deixou a colônia à beira da bancarrota, o que o transformou em alvo de acérrimas críticas e de uma campanha lançada política e pessoal contra ele, obrigando-o a demitir-se do cargo.³⁶

O pouco sucesso do regime dos Altos Comissários não se deveu à má idealização ou aplicação do projeto, tanto que, o que se realizou em relação à organização e ocupação efetiva e à colonização, em particular em Angola, deu os

³⁶ ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África ...*, op. cit. p. 143. v.3.

seus frutos. De resto, conforme se acabou de mencionar, a ação de Norton de Matos, apesar do grave problema financeiro que deixou como legado do seu governo, foi importante por ter lançado as bases do desenvolvimento futuro dessa colônia. O problema foi que a descentralização, que em termos práticos se pensou ser a mais adequada para uma administração eficiente e efetiva, careceu de uma eficaz fiscalização financeira por parte da Metrópole. Entretanto, foi só em 1926, que se adotaram providências dignas de nota.

Em outubro desse ano, sob o pretexto de que as bases orgânicas em vigor até então não tinham impedido que se houvesse instalado nas colônias a desorganização administrativa e financeira, promulgaram-se novas bases em que, pela primeira vez, aparece a denominação “Império Colonial Português”. Elas, em traços gerais, afirmavam o regime de autonomia administrativa e financeira, mas com uma melhor fiscalização por parte da Metrópole. Além disso, foram definidas as respectivas competências da metrópole e das colônias em relação ao legislativo e ao executivo, e restringiu-se o poder dos Altos Comissários, cujos poderes foram ainda mais reduzidos quando, em março de 1928 se introduziram algumas modificações na legislação de 1926, assim como nas Cartas Orgânicas de Angola e Moçambique, que vigoraram até 1930.

No entanto, só em 8 de julho de 1930, com a Publicação do Ato Colonial, foi que as normas anteriores ficaram fortalecidas, substituindo, na íntegra, o Título V da Constituição de 1911.

Por sua vez, no que se refere ao trabalho indígena um dos pilares do sistema colonial, em dezembro de 1928 foi aprovado um novo “Código de Trabalho Indígena”, em substituição ao de 1926, que estabeleceu a proibição do trabalho forçado por parte dos particulares, embora o admitisse para fins de necessidade pública. Ainda quanto aos indígenas, em fevereiro do ano seguinte foi aprovado o novo “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas” para a Guiné, Angola e Moçambique.

Por fim, um necessário registro sobre a política de assimilação, outro aspecto fundamental da colonização portuguesa em África. Tinha por princípio a conversão gradual do africano em português uma vez obedecidos os seguintes requisitos: “o

seu objetivo final consistia em trazer os Africanos e Timorenses *não civilizados* para a civilização europeia e para a nação portuguesa, mediante uma transformação gradual nos seus costumes e nos seus valores morais. (...) Logo que os indígenas se considerassem europeizados eram-lhes garantidos, em teoria, os direitos de qualquer cidadão português”.³⁷

³⁷ MARQUES, A. H. De Oliveira. *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias* 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988 v.3, p.534.

Regiões Etno-Lingüísticas em Angola ³⁸

GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA

Carta nº 1

A – BAKONGO – KIKONGO
B – AMBUNDU – KIBUNDU
C – OVIBUNDU – UMBUNDU
D – LUNDA – TCHOKWÉ
E – NGANGELA – TCHINGANGUELA
F – NYANYEKA – OLUNYANYEKA

G – HELELO – TCHIHELELO
H – AMBO – TCHIKWANYAMA
I – XINDONGA
J – BALUBA – TCHILUEA
L – POVOS NÃO-BANTOS

³⁸ LIMA, Mesquitela. "Angola : uma perspectiva sócio-antropológica". *África hoje*. Lisboa, VII, no. 43. p.79-81, 1991. In: BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História. 2 v. Niterói: 2002.

III. Capítulo II

A experiência administrativa de Henrique Galvão

1. Angola

Angola situa-se na costa ocidental da África, ao sul do Equador, aproximadamente entre os paralelos 4 e 8 e os meridianos 11 e 24, com uma superfície total de 1.246.700 km quadrados. Inclui, ao norte o enclave de Cabinda e, à sua volta no sentido horário, encontrava-se o então Congo Belga, a Rodésia do Sul e o Sudoeste Africano. As suas fronteiras, tal como se conhecem hoje, foram definidas em Setembro de 1928.

A população negra era composta por oito importantes grupos com a mesma ascendência etno-linguística de raiz bantu e por mais dois não bantu.³⁹ A sua dispersão pelo território angolano variava de acordo com o clima e as condições do terreno. Na sua maioria, os diversos grupos viviam da agricultura, mas também do pastoreio, da caça, da pesca e do comércio.

No que respeita à diversidade cultural os referidos grupos apresentavam especificidades, embora para os aparatos administrativo e jurídico coloniais eles fossem considerados, no essencial, caracterizados pela homogeneidade.

Faz-se relevante ressaltar que; “(...) as especificidades existem, mas terão de ser procuradas para cada lugar e momento da colonização, sobretudo, reconhecer que as dinâmicas que acompanham essa colonização não resultaram simplesmente do impacto de um ‘luso’ abstracto e idealizado sobre um ‘trópico’ ainda mais abstracto e sempre subalternizado, o objecto e não o sujeito confundindo natureza e cultura”.⁴⁰

³⁹ FREUDENTHAL, Aida Faria. “Angola”. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, António de Oliveira. *O império africano: 1890-1930. - Nova História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001. p. 259-468; NOA, Francisco. *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, 2002.

⁴⁰ NETO, Maria da Conceição. “O luso, o trópico...e os outros (Angola c.1900-1975)”. Comunicação apresentada na II Reunião Internacional de História da África. In: Estudos Afro-asiáticos.32 Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Março de 1988, p. 231.

O governo da colônia era exercido por um período de quatro anos por um governador geral, nomeado pelo Conselho de Ministros e dependente do Ministro das Colônias, podendo ser prorrogáveis de acordo com a Carta Orgânica do Império. O governador tinha poderes legislativos e executivos e sob a sua presidência funcionava o Conselho de Governo nomeado pelo próprio governador.

Angola encontrava-se dividida em quatorze Distritos, os quais eram governados por um governador de distrito. Por sua vez os Distritos eram divididos em Intendências subdivididas em Concelhos de 1ª, 2ª e 3ª classe e Circunscrições que, por sua vez eram divididos em Postos Civis. No caso do distrito da Huíla existia a Intendência da Huíla, em que existia um Concelho de 1ª classe, um de 2ª, dois de 3ª e três Circunscrições, com um total de 20 Postos Civis; a do Cunene com três Circunscrições e um total de 13 Postos Civis; e a de Moçâmedes, com um Concelho de 1ª classe, um de 3ª e uma Circunscrição, com um total de 8 postos Civis.

Após as resoluções da Conferência de Bruxelas de 1890 em que, dentro do princípio da ocupação efetiva, formulado na Conferência de Berlim de 1885, se obrigou ao desenvolvimento de serviços administrativos nos territórios africanos, era imperativo que a ocupação dos territórios africanos fosse efetiva. A exacerbação que o *Ultimatum* havia provocado, aliada a uma situação econômica frágil e à necessidade da procura de novos mercados, contribuiu para a realização dessa tarefa. Tornou-se pois primordial a implantação de estruturas econômicas e administrativas e jurídicas que levassem a cabo essa tarefa. Este processo foi precedido e concomitante à ação militar como resposta aos movimentos de resistência dos indígenas que não aceitavam a soberania portuguesa. Também houve alterações nas áreas do direito e da justiça relativas, em particular, à regulamentação do trabalho indígena, no caso de Angola, em nome de se construir um “novo Brasil”.

Na realidade, o território angolano estava escassamente explorado para o interior, uma vez que a maior parte da ocupação se havia realizado na orla costeira, portanto no sentido norte-sul. Por outro lado, embora várias rotas para o interior já fossem conhecidas devido a inúmeras viagens realizadas por exploradores, viajantes, missionários e comerciantes, em todas elas, por razões diversas, a

constante disputa com os outros países, sobretudo a Alemanha e a Grã-Bretanha, pela definição das fronteiras dificultava a penetração com o intuito de impor a soberania. Ou se corria o risco de se invadir território estrangeiro ou se encontrava resistência à ocupação, por vezes patrocinada por essas mesmas potências coloniais.⁴¹ Acrescente-se a questão da precariedade da ocupação pela colonização branca nas zonas mais interiores, pelo menos até após a 1ª Grande Guerra, quando militarmente a colônia já se encontrava quase toda ocupada e as fronteiras praticamente definidas. Este fato é fácil de se compreender ao se observar quando foram realizadas as campanhas militares mais importantes no período de 1890, data da resolução da Conferência de Bruxelas, até 1926, fim da 1ª República: 1890-1904 (Planalto Central); 1891-1915 (Humbe); 1904-1915 (Ovambo); 1913-1919 (Congo e Dembos); 1902 (Seles); e 1917-18 (Amboim).

A sucessiva e contínua ocupação do território angolano por colonos e por forças militares, em geral, obedeceu a cronologias diferentes. Ela foi realizada com violência, impondo uma progressiva perda de autonomia por parte das sociedades indígenas, seguindo-se a instalação de uma máquina administrativa colonial. Esta, em relação aos indígenas, obrigou-os às formas de trabalho compulsório e ao pagamento de impostos *per capita* e de cubata, criando atritos permanentes. Esta situação durou até ao fim do império colonial com períodos de maior ou menor intensidade conforme as situações ou a zona do território.

No período que foi de 1890 até 1910, data da implantação da República, uma plêiade de homens, que mais tarde foram considerados os próceres do moderno colonialismo português, a chamada “Geração de 90”, formularam uma política colonial que se assentava nas campanhas de “pacificação”, na descentralização administrativa e na existência de poderes quase discricionários para o governador de cada colônia, além da criação de leis próprias para cada território ultramarino. Não por acaso os homens que pugnavam e propunham estas idéias comandaram campanhas em África, foram Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Eduardo Costa, e António Enes que foi comissário régio em Moçambique e o autor, em 1899, do Código de Trabalho para os Indígenas que vigorou praticamente até 1926.

⁴¹ COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1998.

Para a República, implantada em 5 de outubro de 1910, e de acordo com o futuro Presidente da República Bernardino Machado, as possessões ultramarinas continuaram a ser consideradas um patrimônio tão sagrado como a Pátria-Mãe. O que o novo regime fez foi o criar uma política ultramarina baseada na descentralização, em que era importante incrementar e estimular a colonização das colônias africanas, em particular Angola e Moçambique, e dar autonomia para que elas se governassem. Assim, logo em agosto de 1911, se criou o Ministério das Colônias desvinculado do da Marinha, como o fora até então, e, de acordo com o artigo 67º da nova Constituição, na administração predominaria o regime de descentralização com leis adequadas ao estado de civilização de cada uma das colônias. Estas, a Lei Orgânica da Administração Civil e a Lei Orgânica da Administração Financeira, no entanto, só foram aprovadas em 1914, tendo sido revistas em 1920 quando, em conjunto com os princípios descentralizadores já existentes nas leis, se assentou a descentralização política na existência de governadores assistidos por um Conselho Legislativo e um outro de Governo fiscalizados pelo governo de Lisboa, além de se admitir a criação do cargo de Alto Comissário se necessário fosse.

Como foi dito, até à República os governadores das províncias ultramarinas só podiam efetuar ações executivas em situações de emergência, pois o poder colonial estava centrado na Metrópole, pelo que as políticas econômica e administrativa não estavam sob a alçada do governador. Porém, até em decorrência das próprias campanhas militares nas colônias, o governador passou a ter um maior poder legislativo e financeiro do que anteriormente. Esta situação permitiu que, durante o primeiro governo de Norton de Matos (1912-15), a administração civil fosse expandida pelo território, criando um aumento considerável do número de funcionários públicos, em especial os que exerciam a sua autoridade sobre as populações locais. A idéia daquele foi realizar uma colonização moderna em Angola, aumentando a produção de diversos produtos para exportação, incentivar produtores independentes dando-lhes terras em seu nome para que elas não lhes fossem expropriadas, promover a colonização europeia pela distribuição de terras férteis e ricas aos colonos e, o que foi inviável devido à forte oposição dos colonos,

liberalizar a da mão-de-obra indígena. Aliás, falar-se em liberalização no que respeita à mão-de-obra indígena de então é um sofisma, pois só excepcionalmente o trabalho efetuado pelo africano era considerado livre. Na realidade, o êxito e a continuidade dessa política tinha que ter apoio material e financeiro por parte da Metrópole, o que não acontecia devido à instabilidade política que aí se vivia e, também, devido à guerra que então dilacerava a Europa. Todos estes fatores acabaram por quase neutralizar a ação administrativa que se pretendia praticar, além de ter fomentado a corrupção por parte daqueles que lidavam com o recrutamento da mão-de-obra indígena e com a cobrança de impostos.

A questão da relação do poder colonial no que respeita ao trabalho dos indígenas, convém ser comentada. É preciso saber qual era essa política em termos de legislação e como ela foi aplicada sobre as populações locais pela administração colonial.

Os códigos administrativo, civil e penal, mais a legislação aprovada nas cortes, salvaguardados os ajustes necessários em função da população do território onde seriam aplicados, vigoravam no império como um todo. Quando as teses do darwinismo social se tornaram hegemônicas no pensamento português, estabeleceu-se uma clara diferença entre “civilizados” e “indígenas”. Em 1899, entrou em vigor um novo Código de Trabalho para os indígenas (em substituição do de 1878), em que a prestação de trabalho por parte do indígena passou a ser uma obrigação moral. Além disso, uma vez que esse trabalho era assalariado, ele passou a ter de pagar impostos, que eram uma importante fonte de renda para a metrópole.

A implantação da República, em termos práticos, pouco alterou o Código de Trabalho de 1899, a não ser pela existência de um “direito indígena” que, teoricamente, deveria ser aplicado aos negros das colônias de acordo com “os usos e costumes” de cada etnia. Em 1911, o Código de 1899 foi ligeiramente alterado para, mais tarde, em 1914, ser revogado pelo Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas das Colônias sendo, de acordo com as idéias do novo regime republicano, um pouco mais moderado. No entanto, a situação era ainda tão aviltante que, em 1925, um relatório do sociólogo americano Edward Ross sobre as condições de trabalho em algumas zonas de Angola, obrigou o então governador de Angola

Norton de Matos, entre outras medidas, a proibir os castigos corporais, a instituir os contratos de trabalho com salário e a prazo e a nomear inspetores para fiscalizar a aplicação destas medidas.

Quando do 28 de maio de 1926, a situação financeira de Angola era altamente deficitária, em parte devido à política económica empreendida por Norton de Matos, em função dos seus poderes como Alto Comissário (entre outras medidas o ter gerido o Orçamento da colônia e o ter negociado empréstimos junto dos mercados financeiros). Assim, o novo poder instituído, por intermédio do ministro João Belo, resolveu fazer alterações, publicando as Novas Bases da Administração Ultramarina, seguidas pelas Cartas Orgânicas para todas as colônias. Nestas, as alterações mais importantes foram: o regime autónomo administrativo e financeiro das colônias passou a ser mais fiscalizado pela metrópole; definiram-se as competências da metrópole e da colônia em termos de matérias legislativa e executiva; e restringiram-se os poderes dos Altos Comissários.

No que respeita à política referente aos indígenas, o novo ministro fez aprovar, no mesmo ano, O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas que, ao contrário dos anteriores, garantiu a lei da liberdade de trabalho para os indígenas. Este Estatuto foi revogado por um outro em fevereiro de 1929, embora tivesse mantido a essência do primeiro.

Por sua vez, no que se refere à questão missionária no contexto geral da História de Portugal, ela sempre teve uma importância capital estando atrelada ao mito da Herança Sagrada. A evangelização, como obrigação e imperativo moral dos portugueses perante os outros povos não cristãos, com momentos de maior ou menor intensidade, sempre fez parte do ideário português desde os Descobrimentos. No entanto, apesar de em Angola sempre ter havido uma ação missionária por parte dos dominicanos, franciscanos e jesuítas, na virada do século XIX para o XX ela era quase inexistente em função da extensão do território e das necessidades.

Na realidade, a Igreja pouco fazia para incentivar a ação missionária católica, o que permitiu que várias missões protestantes se instalassem no território angolano, em particular em lugares onde nunca haviam estado os missionários

portugueses e tão pouco havia alguma autoridade colonial. Esta situação permitiu que os missionários protestantes ingleses e franceses instigassem os indígenas contra os portugueses, e a de que alguns pregassem contra as violências de que eram vítimas as populações locais por parte dos colonos e da administração colonial. Assim, incentivou-se o estabelecimento de missões católicas em Angola que, apesar dos poucos resultados evangelizadores, sempre se mostraram úteis na questão educacional e como interlocutores entre as autoridades e os indígenas. Só quando da criação do Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas, por ocasião da reforma da política colonial levada a cabo por João Belo em que foram extintas as missões civilizadoras laicas, é que se lançaram em Angola as bases da Igreja Católica, a qual se tornou da maior importância na ajuda a implantar o regime colonial.

A situação de Angola, quando do Movimento do 28 de maio de 1926, era desesperadora nos mais variados sentidos: as finanças, devido ao governo de Norton de Matos, estavam praticamente na bancarrota e os credores externos ameaçavam a integridade da colônia; as atividades encontravam-se quase paradas; e a fome e a miséria rondavam a população que se revoltou com a situação. No início de maio de 1926, o coronel de engenharia Vicente Ferreira, antigo ministro das colônias, foi nomeado o novo Alto Comissário. Este continuou o governo de Norton de Matos, seguindo o fomento da economia, o povoamento e a ocupação administrativa, embora com maior controle em relação às finanças e à execução. Este saneamento financeiro exigiu o sacrifício da população, acabando por provocar contestações por parte dos colonos, que Vicente Ferreira não soube controlar, o que levou à sua exoneração em 2 de novembro de 1928.

Em fevereiro de 1929 foi nomeado para o cargo de Alto Comissário o comandante Filomeno da Câmara, que já havia governado Angola em 1918-19, o qual ia governar com o apoio da situação política decorrente do 28 de maio, que ele, aliás, tinha apoiado. O novo Alto Comissário remodelou a Fazenda e restabeleceu os fundos das circunscrições do tempo de Norton de Matos, o que permitiu o desenvolvimento da rede de estradas e o conseqüente progresso de muitas povoações. No entanto, uma sublevação da guarnição militar de Luanda, a 20 de

março de 1930, destituiu-o unilateralmente, ação esta que teve como efeito a extinção do cargo de Alto Comissário.

O governo metropolitano nomeou então como governador, apenas para pôr a situação em ordem, o tenente-coronel Bento Roma, que foi substituído pelo almirante Sousa Faro, o qual chefiou o governo durante um ano. Para o substituir foi nomeado o coronel Eduardo Viana, o qual apenas executou as ordens ditadas pelo ministro das colônias, uma vez que já se vivia uma época de grande centralização administrativa. Havia chegado ao fim a política autônoma das colônias e da descentralização em relação a Lisboa.

Na verdade, desde o estabelecimento das Bases Orgânicas da Administração Colonial e das Cartas Orgânicas, em 1926, que a política colonial era cada vez mais controlada e fiscalizada pela metrópole. No seguimento destas foi publicado o Ato Colonial em 1930 e, em 1933, a Carta Orgânica do Império Colonial Português que consistiu na adaptação da Constituição às colônias e na Reforma Administrativa do Ultramar. A publicação destes diplomas, junto com a extinção do cargo de Alto Comissário e a crise provocada pela quebra da Bolsa nos Estados Unidos, alterou de modo significativo a administração ultramarina como um todo e em particular a de Angola.

Esta colônia passou a ser governada por um governador geral, nomeado pelo Conselho de Ministros, com poderes legislativos que lhe permitia emitir Diplomas Legislativos e Portarias, e executivo que o autorizava a expedir Despachos e Ordens. Administrativamente, Angola dividiu-se em treze Distritos, cada um dirigido por um governador de Distrito.

2. O Relatório de Huíla

O objetivo deste capítulo da Monografia é compreender as questões referentes à política colonial, em particular aos serviços administrativos e às medidas referentes aos indígenas no âmbito de um projeto assimilacionista.

O Relatório de Governo de Henrique Galvão refere-se ao período em que este governou o distrito de Huíla por um período de 5 meses, entre 4 de fevereiro e

26 de junho de 1929, após ter deixado de exercer as funções de chefe de gabinete do Alto Comissariado, cargo com que de início chegara a Angola. O relatório tem doze capítulos agrupados em duas partes, seguidas por um “Anexo ao Relatório”. A primeira parte, “O Meio”, é constituída por dois capítulos e a segunda, “O Governo”, pelos dez capítulos restantes, cada um deles se referindo a um assunto e os seus respectivos desdobramentos.

No decorrer da leitura do relatório existem dois pontos dominantes: a crítica constante ao modo como se exercia a política colonial no distrito da Huíla em particular e na colônia de Angola como um todo; e as realizações que a administração de Galvão levou ou tentou levar a efeito e que se mostravam em discordância em relação à prática corrente.

Logo no início do 1º capítulo do Relatório de Huíla, Galvão afirmou: “não temos uma doutrina colonial, nem um espírito colonial, nem um método colonial”.⁴² (p.3) Para ele, “esta falta de uma doutrina colonial resulta em grande parte da ausência de uma Política Colonial”, (p.3-4) pelo que “a falta de uma e outra, eliminam, de entrada, a possibilidade de idéias coloniais práticas e eficientes”. (p.4) Segundo ele, Angola ficava à mercê das idéias dos seus governantes, as quais não se encontravam ligadas a uma idéia única em que estivessem compreendidas os destinos do império colonial português. Assim, ainda de acordo com Galvão, cada ministro das colônias tinha a sua idéia própria para governar as possessões ultramarinas, a qual não era transmitida ao governador que, por sua vez, também tinha idéias próprias, pelo que não era de admirar que este fenómeno se repetisse por toda a escala hierárquica até ao mais simples amanuense. Esta situação “permite que tudo seja possível – até bons governos!”, (p.4) observou Galvão com ironia.

No entanto, ainda segundo este, não bastava ter uma política coesa e lógica que começasse no governo central e que corresse toda a cadeia hierárquica, se não se levasse em consideração o meio e para quem se ia governar: “a conquista moral do Meio, a certeza da sua colaboração e a garantia do seu apoio, acima de partidos, simpatias ou malquerenças pessoais e de intrigas sem interesse, são condições

⁴² Neste capítulo, os números que aparecem entre parêntesis à frente das citações são referentes à respectiva página da obra que está sendo mencionada.

essenciais de sucesso para aqueles que aceitaram ou desejaram a tarefa de governar”. (p.9-10) Significa dizer que “moral” para o autor era um conjunto de aspectos relativos aos costumes, às regras de conduta, aos valores e aos preceitos da religião católica. Esta noção fundamentava o “dever” e o “direito” de Portugal nos âmbitos interno e externo de cada território africano.

Conforme se pôde constatar pela crítica inicial que Galvão fez da ausência de uma política colonial, verifica-se que ele tinha uma vasta visão do conjunto do império como um todo. Para ele os interesses nacionais tinham que ser postos acima da política, das paixões e dos interesses pessoais.

Esta crítica que o autor fez em relação à política colonial como um todo, mas de um modo particular no que respeita a Angola, foi o mote de uma conferência que ele proferiu a 13 de janeiro na Sociedade de Geografia de Lisboa.⁴³ Aliás, no opúsculo publicado com a conferência, por baixo do nome do autor está a referência de que o mesmo havia sido governador de Huíla. Na mencionada conferência existiam duas idéias articuladas: a de que Angola era a mais portuguesa de todas as colônias e de que era preciso exercer uma ação nacionalizadora nessa colônia. Para Galvão “põe-se novamente (...) o problema da Nacionalização de Angola, como de há muito se vem pondo o da nacionalização do nosso Império Colonial”, (p.5) o que significava que a questão não era só em relação a Angola, mas a todo o império. Claro que a ênfase foi dada àquela que se considerava, parafraseando o que os britânicos diziam sobre a Índia, a “Jóia da Coroa”. Esclareça-se que, para o autor, “entendemos por Nacionalização, a Ação de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colônias, na situação de componentes dum grande nacional”. (p.5)

Esta idéia derivava da complexidade das relações da política externa e da opinião pública portuguesa com as políticas anglo-transvariana e alemã, que se tornaram mais difíceis entre 1899 e 1902 devido à guerra anglo-boer.⁴⁴ No entanto, para Henrique Galvão, prevaleciam noções ideológicas que desembocavam na afirmação da Nação imperial portuguesa: “temos (...) uma Missão, uma finalidade

⁴³ GALVÃO, Henrique. *Nacionalização de Angola (conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de Janeiro de 1930.*; Lisboa: [autor], 1930. (anexo 4).

⁴⁴ COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública (1899-1902).* Lisboa: Ed. Cosmos, 1998.

Mundial a alcançar na ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro de uma concepção Imperial, que não tem significado militarista, que tantas vezes anda ligado às idéias de imperialismo, mas sim o da constituição pacífica duma unidade moral e económica, entre o Portugal da Metrópole e o Portugal de Além Mar. Esse pensamento imperial que se formou, não só por motivos de ordem geográfica, mas também por uma ação política que os limites da nossa finalidade europeia tinham imposto (...)”. (p.6) Com estas palavras o autor chamou a atenção para o fato de que só existia um Portugal, fosse ele metropolitano ou não, e de que esse Portugal tinha uma missão a cumprir perante o mundo, até porque “temos (...) um Passado de heroísmo e Civilização a honrar, um património espiritual de língua, de cultura e de gênio cristão, a defender e a manter (...)”. (p.7) Por isto tudo “(...) é necessário cuidar da nacionalização das nossas Colônias. É o nosso Dever, é o nosso interesse – é ainda (...) o nosso Direito”. (p.8)

Estas palavras, proferidas quando da conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, foram as mesmas utilizadas por Henrique Galvão no discurso da inauguração da 1ª Exposição Colonial Portuguesa que ele organizou, realizada no Palácio de Cristal, na cidade do Porto, a 16 de Junho de 1934, o qual foi publicado em um opúsculo com o título de “No Rumo do Império”.⁴⁵ De notar que esta publicação tinha, logo a seguir à capa, a fotografia do Ministro das Colônias, Armindo Monteiro, seguida de um texto manuscrito pelo próprio que dizia que “a Exposição Colonial do Porto será a glorificação da obra portuguesa construída para além dos mares” (p.1) e, mais adiante, que “a colonização portuguesa há de ficar como um das mais nobres e vastas realizações dos tempos modernos”. (p.1)

Parece importante chamar à atenção deste fato, para que se possa ter presente do quanto eram importantes para Galvão as idéias defendidas por ele, a ponto de repetir as mesmas palavras em uma conjuntura politicamente diferente daquela em que elas haviam sido usadas pela primeira vez. De resto, foram várias as partes do texto da conferência utilizadas no discurso de inauguração da Exposição.

⁴⁵ GALVÃO, Henrique. *No rumo do Império*. Homenagem da Litografia Nacional do Porto, no dia da inauguração da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 16.06.34. (anexo 5).

Todo esse ideário do orgulho nacional peculiar das explorações africanas, do exacerbamento do sentimento nacional como resposta ao *ultimatum*, e de diversos outros acordos feitos pelas potências coloniais européias com o intuito de se apropriarem das colônias portuguesas, e que inspirou a República, foram retomados pelo Estado Novo para a criação de uma mística imperial. Vale dizer que a ideologia nacional e imperial, desde 1926, resignificou alguns valores presentes em símbolos como a Bandeira e o Hino.

No seguimento do seu relatório, Henrique Galvão fez uma descrição pormenorizada do distrito no que se referia às populações branca e indígena, à pecuária e à agricultura, chegando a cinco conclusões, em que a mais interessante foi a de “que o planalto da Huíla, sendo como é, uma região com excepcionais condições para a fixação de europeus, deve ser organizado no sentido da constituição duma grande Colônia Portuguesa, que pelo seu caráter, atividade e forma social, seja praticamente, realmente, um prolongamento de Portugal”. (p.22) Aliás, esta idéia de que todo o império deveria ser construído à imagem e à semelhança da metrópole, assim com a de que todo o indígena se deveria converter em um metropolitano, foi a pedra angular de toda a colonização portuguesa durante o Estado Novo e o eixo central do processo de assimilação. Apesar de todas as críticas que o autor fazia ao modo como a política colonial era aplicada no império, o ideário de que este era algo uno e indivisível que espelhava a imagem da existência de um mundo português como um todo, independente de raças ou credos, foi uma idéia recorrente que seria repetida até à exaustão. Tanto que logo em seguida, ao se referir à questão de como governar a Huíla, Galvão afirmava que era preciso desenvolver aquela região que era tão “(...) portuguesa como as mais portuguesas da Metrópole (...)”. (p.22)

É necessário registrar que a minoria européia que habitava a Huíla era, na sua maioria, composta por portugueses, mas, também, por boers e europeus de outras nacionalidades.

Ao fazer a sua apreciação do que significava governar a Huíla naquele momento e reclamando da falta de uma doutrina colonial, o autor dizia que “(...) em face das atribuições que lhe são facultadas, o Governador dum Distrito é, sem

dúvida, uma das mais tristes personagens da administração de Angola”. (p.22) No seu entender isso ocorria devido ao fato de que “as suas (do Governador) atribuições (...) foram, pouco a pouco, sendo eliminadas pela centralização dos serviços, à medida que em Loanda medrava um Terreiro do Paço, pletórico de funcionários graduados, que, em grande parte, pouco ou nada conheciam da Colônia”. (p.23) Além disso, “(...) os Governadores de Distrito desta Colônia foram reduzidos à função de *Caixas do Correio*: nem ação administrativa, nem ação disciplinar – pouco mais do que a capacidade de assinar uma correspondência formal e sem outro interesse que não seja o de agüentar a máquina granizenta que finge impulsionar Angola”. (p.23) Finalmente, todos os serviços, obras públicas, caminho de ferro, fazenda, correios, agricultura, pecuária, colonização, instrução, negócios indígenas, administrativos, entre outros, se correspondiam diretamente com Luanda, sem que sobre eles o Governador tivesse qualquer interferência, o que tinha como resultado que “(...) todos são mais ou menos governadores – com exceção do Governador” (p.24) e, caso este quisesse fiscalizar algum desses serviços, seria acusado de “invadir atribuições”. (p.24) Conclui Galvão que se uma situação destas já seria lamentável na Metrópole, “(...) avalia-se o que seja numa Colônia quatorze vezes maior, com correio de 15 em 15 dias, meios de comunicação difíceis, ou num Distrito cuja sede fica a 1.200 km de distância de Luanda, e que se estende para o interior a uma distância que não é possível cobrir em menos de 45 dias de viagem”. (p.25)

Aqui se têm duas críticas muito recorrentes no relatório e que sempre foram feitas ao modo como se administravam as colônias. A primeira era a de se governar as colônias com a “mentalidade da Metrópole”, mais precisamente com a de Lisboa, e o preencher a máquina administrativa da colônia com pessoas que não faziam a mínima idéia do que era a África, ao invés de para isso, dentro do possível, se aproveitar os colonos, cujo conhecimento do território e das suas necessidades seria muito mais útil para o bom funcionamento dos serviços e para o desenvolvimento da colônia. A segunda era a da excessiva centralização dos serviços e respectivos centros de decisão na capital das colônias em primeira instância e, em segunda, em Lisboa, mais precisamente no Terreiro do Paço que era onde ficava o Ministério das

Colônias. Essa centralização teria se tornado um dos maiores empecilhos para o rápido desenvolvimento das possessões ultramarinas portuguesas.

Após a apreciação do meio no qual teria de governar, Galvão passou à descrição do seu governo, enumerando as suas realizações. No entanto, iniciou por fazer uma análise da situação que encontrou, criticando ironicamente o estado das coisas, e perguntando como é que seria possível levar a cabo uma colonização “bem feita” em função do modo como esta se realizava.

Logo no início discordou que os impostos alfandegários e os impostos indígenas fossem a maior fonte de recolhimento das colônias. Ao contrário observou que “a criação de serviços centrais (...) reduziu as circunscrições a células burocráticas e *guichets* de cobrança do imposto indígena”, (p.29) levando, por exemplo, à paralisação da construção de novas estradas. Como o território ainda não estava suficientemente ocupado e não havia conhecimento real da situação local por parte de Luanda, a centralização, no caso das obras públicas, estaria fadada ao insucesso. Segundo o autor “imaginou-se um Todo constituído sem se saber se as partes estavam formadas”, (p.30) ou seja, “pôs-se o problema ao invés: em lugar de se partir duma formação de parcelas para a formação do Todo, deu-se uma expressão ao Todo inexistente, para dominar parcelas vazias”. (p.30) Para Galvão, o mesmo sucedeu com os outros serviços, o que resultou em um aumento espantoso das despesas sem se recolher receita. No caso específico das obras públicas, a entrega a Luanda de todos os serviços criava “(...) todo o abismo que separa um disparate do bom senso”. (p.31)

O autor ponderou que “é certo que podia ser acusado de invadir atribuições e ir um pouco além das minhas, mas não é menos certo que estávamos em Huíla para governar, e nenhum diploma oficial me obrigava a conformar-me com o papel exclusivo de figura mais decorativa do Distrito”. (p.32) Assim, por exemplo, no que dizia respeito ao excesso de burocracia em termos de papelada, o autor afirmou: “(...) planeámos a extinção pura e simples dum certo número de papéis inúteis: Relações, Boletins, Relatórios, enfim, todos os espécimens que a burocracia tem inventado para justificar escreventes e que estão, em Portugal, praticamente

destinados, sem que ninguém os leia, à poeira dos arquivos ou ao esquecimento de gavetas misteriosas”. (p.40)

Em função do que ia observando, uma vez que não era suposto que só ficasse no cargo os cinco meses que ficou, o autor elaborou um programa para os dois primeiros anos de governo. No capítulo do relatório relativo aos serviços administrativos, o autor expôs algumas ações realizadas por vários administradores de diversas circunscrições, mencionando os relatórios que eles lhe enviavam, elogiando-os ou criticando-os sempre com a sua fina e irônica observação. Por exemplo, ao se referir ao administrador da circunscrição do Baixo Cunene, o autor registrou com alguma acidez: “realizaram-se, durante o nosso governo, os trabalhos seguintes, que, apesar de importantes, poderiam ter sido mais brilhantes, em resultados e eficiência se a circunscrição não tivesse, como estava, entregue a um chefe, cuja craveira intelectual e falta de senso, o não recomendavam para o lugar”. (p.55) Ou ainda, ao se referir a um outro administrador, disse que “no Humbe, onde a presença dum administrador de idade já avançada, e sem as qualidades mais elementares para realizar uma vida de ação mais profícua, trouxe durante muito tempo os trabalhos paralisados”. (p.58)

No que dizia respeito às suas relações com Luanda e o Alto Comissário, a crítica passou a ser, além de irônica, ferina. Afirmou o autor que “Luanda e o seu Alto Comissário, chegaram a dar a impressão de que os irritava haver alguém que quisesse sinceramente trabalhar (...)” (p.61) Logo em seguida acrescentou que “e como não nos resignássemos a viver na posição de boneco decorativo, encarregado apenas de dar vivas ao Sr. Alto Comissário, embora tivéssemos feito todo o possível, com lealdade e amizade, para lhe criar um sólido ambiente de prestígio e respeito – e com uma persistência só igual à que ele em Luanda usava para o destruir – a nossa situação no Palácio, não devia ser das mais brilhantes. Quantas vezes não nos lembrou a velha recomendação de Talleyrand : *Et surtout, Messieurs, pas trop de zèle!*”. (p.61)

Sobre a questão administrativa convém lembrar, de novo, a conferência já mencionada sobre a nacionalização de Angola. Repetindo uma idéia que já havia estado presente logo no início do Relatório, Galvão ressaltou que “em Portugal não

havia, como ainda não há, uma Doutrina ou um Pensamento Colonial”. (p.12) Em seguida, a respeito da liberdade governativa dos Altos Comissários, asseverou que trazia como consequência “(...) uma administração que, em Angola, se pode muito bem definir através da sua instabilidade, ausência de idéias, crises, e que apenas manifestou caráter uniforme, contínuo e ativo, no delírio da personalidade que tem sido o fator comum dos seus Altos Comissários”. (p.12) Mais adiante, para que se pudessem confirmar as suas palavras, o autor observou que “não foi tomada nenhuma medida governativa de importância (e por medidas de importância entendo todas as que se destinam a exercer uma ação geral e profunda na vida da Colônia) que não tivesse que ser em Boletins sucessivos, e mais de uma vez, alterada, emendada, refundida, retificada, esclarecida ou suspensa. O fato verifica-se 48 vezes nas páginas do Boletim Oficial, no espaço de 11 meses!” (p.20-21) Ao final das suas várias críticas o autor afirmou que “creio que não é necessário acrescentar mais nada, nem fatigar mais a paciência de V.Exas. para dar a nota do quilate da administração de Angola”. (p.21)

Continuando o seu Relatório, o capítulo imediato tratou da situação financeira do Distrito, no qual se pode ler que “a situação financeira do Distrito da Huíla era um reflexo da vida financeira da Colônia”. (p.65) Logo em seguida acrescentou que “Angola debate-se com uma crise financeira já muito antiga, agravada constantemente com novas desordens, desorientações, instabilidade de pessoas e idéias, e um hábito de improvisar, que não pode deixar de ter más consequências”, (p.65) concluindo que “a vida financeira da Colônia é, por consequência, difícil em toda a parte”. (p.66) Para o autor o descalabro e a desorganização financeira era de tal ordem que, no seu entender, “é tudo feito a olho na direção dos Serviços da Fazenda” (p.66) e o orçamento da Colônia é um “(...) exemplo de ignorância e desorganização financeira”. (p.66)

Mais adiante, confirmando a situação calamitosa das finanças de Angola, o autor informou que “a situação financeira do Distrito que nunca tinha sido brilhante, era então vergonhosa” (p.67-68) e que “o Estado chegou a ser tratado, no requerimento dum comerciante, por caloteiro relapso, e era-o de facto”. (p.68) Segundo Galvão, “entretanto, o Governador, sem quaisquer atribuições que lhe

permitissem corrigir este estado de coisas, reduzido a chamar a atenção de Luanda para o fato e sujeito a todas as manifestações de irritação, de que Luanda é pródiga, quando a apoquentam, de pouco mais tempo podia dispor, do que do necessário para receber as reclamações de toda a gente que lhe ia pedir dinheiro”. (p.68) Deste modo o autor deu uma idéia do que era a situação financeira da colônia mais importante do império, apresentando em seguida o seu plano de saneamento. Este tinha como metas o aumento das receitas, a redução das despesas e a proteção do funcionalismo e das classes pobres.

Sobre a aplicação deste plano, na parte sobre as respostas a pedidos e autorizações feitas ao governo de Luanda ou ao Alto Comissário com o intuito de aumentar as receitas do Distrito, o autor teve comentários como: “ainda assim se governa em Portugal!” (p.70) ou “e é assim que às vezes se governa!” (p.73) Estes comentários denotavam a opinião negativa que Henrique Galvão tinha dos governantes como um todo e em particular dos que governavam as colônias. De resto esta sua opinião está patente quando, ao tratar neste capítulo do quesito da redução de despesas, ele advertiu: “(...) o Estado gasta anualmente quantias fabulosas com o transporte de funcionários importados da Metrópole, que não têm, às vezes mais habilitações literárias e técnicas que os portugueses nascidos em Angola, e que são, geralmente, repudiados e vencidos pela concorrência da Metrópole, sempre que procuram ser funcionários públicos”. (p.74) Para o autor, além deste desperdício de dinheiro, que por si só já era grave, ainda havia o problema da falha que essa atitude representava em termos de colonização, pois “enquanto os colonos estabelecidos há muitos anos arrastam uma vida miserável, por falta de auxílio e proteção, o Estado gasta rios de dinheiro com os serviços de colonização, que lhe impingem para Angola indivíduos falhados e sem as mais elementares condições para serem colonos”. (p.74-75) No fim deste capítulo o autor fez a síntese do que foi realizado em matéria de saneamento financeiro.

O capítulo que analisa a questão indígena é muito interessante, pois mostra a visão que Henrique Galvão tinha sobre a função que os povos africanos deveriam ter no império colonial. Disse o autor que “a discussão sobre as questões indígenas, que passou dos gabinetes coloniais para as chancelarias e que, insensivelmente, se

têm transformado, ou numa arma ofensiva das ambições coloniais de certos países, ou num motivo de desenvolvimento para certos idealismos abstratos sem outra atividade, tem perdido muito o sentido das realidades e constituído uma origem de embaraços econômicos que os polemistas parecem muito longe de considerar”. (p.130) Segundo ele “sendo nós o país colonial que, incontestavelmente, nas suas relações com os indígenas, mais justificadamente pode exhibir triunfos, temos sofrido os mais inconcebíveis ataques(...)”. (p.131)

Repare-se que o autor condenava que a política colonial fosse discutida fora do respectivo ministério e muito menos em termos de política externa, pois isso só fazia a opinião pública mundial criticar de forma desmedida o colonialismo português. Além disso, desviava a atenção da realidade colonial como um todo, o que poderia causar sérios prejuízos econômicos aos territórios em causa. Para ele, cada país sabia qual a melhor política indígena a ser aplicada nos seus territórios, sem idealismos e de acordo com a realidade vivida nas colônias, sendo o caso português exemplar nesse assunto.

De todo o modo, no relatório, Galvão definiu qual a política indígena a ser aplicada na Huíla, como ela deveria ser realizada e porquê. Escreveu: “num Distrito enorme como o da Huíla, habitado por uma população indígena heterogênea nas qualidades, costumes e valores econômicos, de fraquíssima densidade de população (0,988 por km) e cujas riquezas mais importantes e produtivas são a criação de gados e a Agricultura, os problemas económicos são sempre difíceis e dependentes da colaboração indígena”. (p.133) E continuou: “daqui resulta como primeira indicação, base de toda a Política Indígena a seguir no Distrito, que todas as medidas governativas sobre este ponto devem tender a assegurar cada vez mais intensamente uma eficaz colaboração das raças indígenas.” Por fim, concluiu afirmando: “as questões indígenas têm por consequência uma importância capital, resolvidas como têm de ser dentro dos deveres que nos impõem a nossa missão civilizadora e da finalidade económica que pretendemos alcançar”. (p.133)

Desta introdução referente ao Distrito da Huíla ficou-se a saber que a questão do gado e da agricultura dependia de sobremaneira dos indígenas, pelo que a colaboração destes era imprescindível. No entanto, e aqui se retornou de novo

aquela idéia quinhentista e camoniana, sempre recorrente na História de Portugal, da missão civilizadora como um dever sagrado de Portugal.

O autor passou, então, a descrever o que se deveria procurar fazer em termos da política indígena. No ponto que respeita ao “Aperfeiçoar e desenvolver a Pecuária Indígena”, ele chamou à atenção de que “dispondo o Distrito de regiões privilegiadas para a criação e tratamento dos gados, sendo já notável o desenvolvimento Pecuário no Distrito e estando as aptidões dos indígenas, e até as suas predileções, de harmonia com estes caracteres, pois a maior parte se dedica a apascentar gados, está naturalmente indicado que seja esta indústria, que exige poucos braços e grandes extensões de terreno, a que mais atenções deva merecer”. (p.136) Assim concluiu que “o seu desenvolvimento é, só por si, a solução de todo um grande problema de mão de obra”. (p.136)

Verifica-se na realidade que a idéia era aproveitar as aptidões dos indígenas para tratar do gado, desenvolvendo a pecuária no Distrito.

No ponto seguinte, “Movimentar e tornar utilizável para a produção a riqueza dos Indígenas”, o autor destacou que “(...) as riquezas que são propriedade dos indígenas, salvo alguns produtos como a cera, o mel, pequenas quantidades de mantimentos, etc, não são utilizáveis para o Comércio e não rendem. Está nesse caso a riqueza Pecuária que é a mais importante. Os seus bois nascem, envelhecem e morrem – e só em casos excepcionais são vendidos. É sempre com muita relutância que o indígena se desfaz de qualquer cabeça de gado”. (p.136-137) Concluiu sugerindo que “para alcançar este objetivo julgamos interessante favorecer o estabelecimento de casas comerciais no interior (devidamente fiscalizadas para evitar abusos que seriam contraproducentes) e que despertando no indígena a cobiça por objetos que o tentam, conduziriam naturalmente à mobilização dos seus bens para com eles adquirirem moeda para os pagar”. (p.137)

Está claro que, o fato dos indígenas serem reconhecidos como bons pastores, não implicava que eles vendessem o gado, o que dificultaria o abastecimento de carne na região. Por outro lado, se houvesse casas de comércio no interior nas quais eles se sentissem tentados a comprar objetos que lhes interessassem, eles venderiam o seu gado para terem o dinheiro necessário para efetivarem a dita

compra. A idéia de Galvão revelava algo sintomático nas relações coloniais: o branco comerciante tinha que ser fiscalizado por algum poder superior, governamental ou policial, para não enganar e roubar o negro; o indígena era alguém que agia em função da cobiça e deixava-se levar pela tentação, não pensando com a razão ou, no mínimo, atuando como uma criança.

Em seguida, no terceiro ponto “Aumentar as necessidades do indígena no sentido de o levar, voluntariamente, a procurar o trabalho dos europeus”, Galvão advertiu: “é o fim essencial dos impostos. Infelizmente em Angola desde que se compreendeu que o rendimento do Imposto de Indígena era avultado, foram sendo perdidas de vistas suas características políticas . O imposto que é um dos elementos mais interessantes na condução de uma boa política indígena, passou a ser agradavelmente arrumado no orçamento das receitas, sem mais preocupações. Não há em Angola uma política inteligente do Imposto Indígena, que poderia resolver um certo número de problemas que tão trabalhosamente andam sendo torneados, como sucede por exemplo, com o da emigração”. (p.137) Depois de mencionar diversas vicissitudes ocorridas em relação ao Imposto Indígena o autor concluiu que “evidentemente que não são apenas as necessidades criadas pelos impostos que podem bastar para conseguir levar os indígenas a procurar o trabalho dos europeus. Os impostos são unicamente um dos bons agentes a empregar para conseguir esse fim e não dispensam a colaboração de outros a que nos vamos referir”. (p.140)

Deste modo, a colonização tinha dois aspetos básicos: as formas de trabalho compulsório, assalariado, e a cobrança de impostos. Ambos deveriam convergir, no mínimo, para que as colônias fossem auto-sustentáveis.

No seguimento do capítulo que analisava a Política Indígena, Galvão, no ponto sobre as “Questões Atuais”, teve uma parte dedicada à “Mão de obra” na qual se referiu ao problema do Regime de Trabalho. A primeira referência surgiu ainda a propósito das necessidades de mão de obra no Distrito, quando o autor observou que “a questão põe-se inteiramente entre a organização dum regime de trabalho em que o bom senso se substitua às fórmulas teóricas dum humanitarismo de palavras e a valorização das faculdades morais e materiais de trabalho do indígena. Quanto à primeira, porque o espírito dos últimos diplomas sobre trabalho indígena, sendo

profundamente anti-econômico, porque o preto não interpreta a proteção em matéria de trabalhos senão como uma *espécie de obrigação de não trabalhar*, também é altamente imoral porque não permite desenvolver entre os indígenas a idéia de que o trabalho é a mais alta expressão da dignidade humana e não uma forma de castigo que ao seu sentimento de justiça não pode senão ter o aspecto duma violência. Quanto à segunda parte porque, ao contrário duma velha sentença absolutamente infundada, os pretos trabalharão e serão elementos de produção tão preciosos como os brancos, quando os ensinemos e estabeleçamos entre eles um valor profissional”. (p.155-156)

O que Galvão pretendeu demonstrar foi que o trabalho dignificava o ser humano. No caso dos indígenas salientou que, além de lhes dar dignidade e de os valorizar moral e materialmente, ainda fazia com que eles fossem economicamente produtivos, o que na prática era o que interessava mais. No entanto, o governador de Huíla advertia que não obstante devesse haver um regime de trabalho, este deveria ser orientado para proteger e coibir abusos em relação aos indígenas, e não os obrigar até porque era preciso que eles tivessem bem presente a tal noção de que o trabalho era algo que dignificava e não um castigo. O autor afirmou que o verdadeiro humanitarismo estava nesta atitude e não em palavras que, embora belas, demonstravam uma falta de senso da realidade. De resto, ainda segundo o autor, os indígenas, ao contrário da velha idéia de que seriam indolentes por natureza, podiam perfeitamente trabalhar e produzir desde que lhes fossem incutidos os valores necessários para tal.

A questão das “formas teóricas de um humanitarismo de palavras” a que o autor se referia não está bem explícito neste texto, porém retorne-se à já mencionada conferência para se compreender a quem ele se dirige. Afirmava: que “(...)referir-me-ei ainda a certas ações das cobiças que pesam sobre as nossas colônias e cujas intrigas se desenrolam, sobretudo, na Sociedade das Nações. Tem servido de pretexto a questão do trabalho indígena”. (p.14) Aqui Galvão apontou a quem ele se quis referir e foi mais longe na sua catilinária, dizendo que, do total das 54 nações com assento naquele organismo internacional, “(...) 45, em nome de princípios de humanitarismo, de doutrinas mais ou menos discutíveis e sem

confirmação que valha, e de ideologias complicadas, confundem, ou permitem que se confunda, a questão do trabalho indígena”. (p.14) Para ele existia um *complot* internacional em relação às questões coloniais e em particular em relação a Portugal. Perguntava o autor “que obscura intriga se passa pois no seio da Sociedade das Nações e no rumo que estão levando as questões coloniais? A resposta não é difícil, sobretudo depois de observadas as tendências doutrinárias e políticas dos paladinos que nos agridem: por um lado, a Rússia, evidentemente, dentro do seu plano macabro de destruição da Civilização européia, por outro lado as cobiças dos povos sem colônias e ansiosos de expansão, por outro lado ainda – quem sabe? – talvez as combinações de algumas nações coloniais, que, ou pretendem novas zonas de influência e ocupação, ou querem apenas defender as suas colônias, por um conluio contra as nossas”. (p.15)

Note-se que das hipóteses levantadas por Galvão, excetuando a última que com o correr dos anos perdeu todo o sentido, as outras duas com algumas *nuances* e combinadas entre si, foram usadas pelo Estado Novo como uma das argumentações para manter o império colonial.

Na verdade o autor era a favor do trabalho obrigatório, não forçado, por não considerar que os indígenas, na sua esmagadora maioria e por razões diversas, quisessem trabalhar por livre e espontânea vontade. Além do mais, Angola como um todo e em particular a região sul onde ficava Huíla, precisavam se recuperar e desenvolver economicamente, portanto não era exequível que se desse aos indígenas a opção de só trabalharem caso o quisessem.

Ao se referir ao regime de trabalho destacou a questão da mão-de-obra, revelando: “Não compreendemos legislação de trabalho, ou outra qualquer, que não considere o estado social, os costumes e os caracteres morais dos povos a que se destina. Enferma sobretudo deste mal toda a legislação que diz respeito ao direito indígena aos regimes de trabalho”. (p.159)

Adiante perguntou: “Trabalho voluntário ou compelido? Pomos de parte a questão do trabalho não remunerado, a não ser em casos muito raros de trabalhos públicos com o aspecto duma forma de imposto, por nos parecer questão arredada

no conceito geral e a que de fato constituiria uma violência e uma imoralidade incompatível com os processos de qualquer povo colonizador”. (p.160)

Em princípio, como se pode verificar, Galvão era contra qualquer forma de trabalho compulsório, em nome de “princípios humanitários”. Porém, a sua observação dos indígenas de Huíla levou-o a considerá-los, em geral, não afeitos a procurar trabalho, já que as suas necessidades eram “facilmente satisfeitas, razão pela qual se entregam em massa à vadiagem, vivendo do trabalho das mulheres e dos menores”. (p.160)

Em seguida destacou:

“1º Que as necessidades do indígena ainda não são de molde a levá-lo a procurar voluntariamente o trabalho.

2º Que mesmo no caso dum aumento sensível destas necessidades, o número dos que procurarão no Trabalho a sua satisfação, será por muito tempo ainda, bastante reduzido. É uma observação corrente, nos anos flagelados pela fome, em que temos visto pretos a braços com as mais duras necessidades de alimentação e que não procuram trabalhar, apesar de exortados a fazê-lo pelas autoridades.

3º Que os indígenas do sexo masculino em idade de trabalho, uma vez que não sejam compelidos a trabalhar, se entregam em massa à vadiagem, vivendo do trabalho das mulheres e dos menores.

4º Que o indígena interpreta trabalho voluntário como *obrigação de não trabalhar*. Os conceitos morais que a lei inscreve em sentido contrário, apenas servirão, uma vez ensaiados pelas autoridades, para o pôr em estado de desconfiança contra o branco, a quem atribuirá o dolo duma promessa de proteção à vadiagem, não cumprida”. (p.160-161)

Em síntese, a posição do autor era francamente a favor de que todo o indígena fosse obrigado a trabalhar e fazê-lo era um imperativo de ordem moral, isto é, um mecanismo de assimilação. Articulava-se a esta razão, a escassez de mão-de-obra, que era uma questão econômica reconhecida por Galvão como justificadora do trabalho compelido.

Por fim, neste capítulo dedicado à política indígena, o autor referiu-se às missões religiosas, enumerando as existentes, dizendo que elas faziam o que podiam com os recursos que tinham, que lhes faltava pessoal e que “os missionários, atualmente, em exercício, são na sua maioria veneráveis relíquias, cujas possibilidades de trabalho missionário se encontram diminuídas pela idade”. (p.163) Ele também destacou que “outro aspecto impressionante nas missões é a falta de missionários portugueses. A maioria são franceses, alsacianos, belgas e alemães, da ordem do Espírito Santo. São muito raros os portugueses”. (p.163)

Embora no relatório as suas palavras em relação às missões fossem brandas, estranhando apenas a pouca falta de missionários portugueses, quando se referiu a este assunto na sua conferência o tom foi muito mais duro e crítico. Afirmou o autor que “Angola está pejada de missionários estrangeiros (...) a população missionária mundial, que era em 1905 de 832.0000 almas, aumentava em 1918 para 10.645.000 e em 1923 para 12,964.000. Ao mesmo tempo, como se não fôramos a 4ª Potência Colonial do Mundo, o número de missionários portugueses descia de ano para ano, a ponto de hoje ser irrisório”. (p.13) Mais adiante lembrou que “tive a honra de governar o distrito da Huíla, onde estão instaladas oito missões religiosas e 85% do seu pessoal é estrangeiro. Todas as diligências que fiz – e não foram poucas – para povoar com pessoal português as missões religiosas existentes, e outras que tinha planeado criar, fracassaram inteiramente...porque não havia missionários portugueses”. (p.14)

Para Galvão esta situação não era admissível para um país que tinha uma vocação missionária histórica, além dos perigos que ela representava para Portugal. Como ele mesmo dizia, lembrando a sua experiência governativa na Huíla, “do outro lado da fronteira sul de Angola, tinha a União Sul Africana, com pessoal nacional e bem apetrechadas, contra a nossa missão portuguesa, servida por pessoal estrangeiro, as missões do Tondoro (em Frente do Cuangar) (...)” (p.14) concluindo que “estas Missões dispunham de catequistas indígenas, que vinham freqüentemente ao território português – e certamente, não para pregar aos nossos indígenas o amor por Portugal”. (p.14)

Sobre a questão da colonização, o autor, no relatório, também fez críticas ao modo como os respectivos serviços funcionavam, ao mesmo tempo em que sugeriu algumas idéias para o seu bom funcionamento. No início do capítulo ele fez referência a um artigo que escreveu para um número especial do Boletim da Agência Geral das Colônias, a convite feito pelo Alto Comissário a todos os governadores de distrito. O referido artigo era sobre a colonização nos planaltos e o autor não sabia que fim o mesmo levou.

O artigo, além da habitual “verve”, mordacidade e ironia que caracterizava os escritos de Galvão em termos dos assuntos coloniais, era longo, pelo que apenas se faz a transcrição das partes que parecem ser as mais significativas para o assunto em questão, e as que demonstram as idéias, regra geral recorrentes, que o autor tinha sobre o colonialismo.

O autor afirmou que “da Angola que foi Costa de África, Calvário de Condenados e pousio de aventuras de negreiros, principia a pensar-se que também pode ser terra de brancos e que, o que ontem foi vasadoiro de falhados e criminosos, pode amanhã ser, de facto, um prolongamento de Portugal”. (p.209) Nesta frase tinha-se um retrato histórico do que havia sido Angola até, praticamente, ao presente momento, mas lembrando que a situação, que fora negativa para a imagem da colônia, era perfeitamente passível de ser modificada. Além desta idéia, surgiu, mais uma vez, a de que as colônias eram um prolongamento natural da Pátria Mãe. Tanto assim o era que, logo em seguida, considerou “(...) resulta já hoje, entre uma porção de portugueses, (...) a convicção de que Angola é realmente uma Colônia habitável, (...) onde se pode ir sem perder de vista os campos suaves de Portugal nem, tantas vezes, a fisionomia da nossa terra”, (p.209) concluindo que “a colonização de Angola que era até há poucos anos uma idéia praticamente irrealizável, (...) a colonização começou a ser uma idéia absorvente, perfeitamente gerada, isenta dos maiores obstáculos, que até então se lhe tinham posto: os receios e a ignorância sobre as coisas de África”. (p.210)

Conforme se nota, o autor defendia o envio de metropolitanos para as colônias como forma das colonizar, entendendo-se que a colonização estava ligada à nacionalização e, portanto, ao crescimento econômico do território. Porém, para

ele havia uma hora certa para o fazer, uma vez que uma política de colonização não poderia ser feita a esmo, sem diretivas e fins definidos e que “simplesmente, não têm sido felizes nos seus processos (...) nem inteligentes nas suas realizações, os homens que ultimamente têm orientado e dirigido este magno problema da nossa moderna economia colonial”. (p.210)

Então ele explicou que “os planaltos de Angola, e sobretudo este Planalto da Huíla, que é, em tantos pontos, uma clara imagem da nossa terra metropolitana, são realmente regiões eleitas para a fixação de europeus e podem amanhã ser, de facto, os prolongamentos de um Portugal, cuja unidade moral e económica não se restrinja ao Terreiro do Paço e arredores, prolongamentos que hoje, de facto também, apenas são lugares comuns a visionários políticos”. (p.210) Uma vez mais ressaltou a imagem de Portugal como sendo único e indivisível, isto é, que as colônias eram o prolongamento do Portugal continental, e criticou os políticos que se encontravam em Lisboa que, via de regra, pouco mais viam que além do Terreiro do Paço.

No entanto a grande crítica surgiu em relação ao tipo de colono que a metrópole enviava para Angola. Em primeiro lugar porque “simplesmente aqui, como em toda a parte, não será com miséria que se poderá colonizar”. (p.210) Depois porque “trazer emigrantes pobres, sem um vintém no bolso, apenas amparados com promessas que a própria pobreza colônia não pode cumprir, é juntar ao número dos miseráveis que já cá estão e que nas mesmas condições vieram, mais unidades trágicas, inúteis e embaraçosas”. (p.210) Então concluiu que “o que se fez nos últimos anos, sobretudo nos dois últimos anos, não foi só um erro político imperdoável – foi também uma impiedade sem coração”. (p.210) Além do mais, como “Angola é pobre, muito pobre, em capitais, não é com gente pobre também, que se levantarão as sua riquezas”. (p.211)

Suguiu o autor que a melhor maneira de levar o emigrante para Angola era com o auxílio do Estado, pois este “(...) pode prestá-lo sem agravo nem dificuldade de maior – defendendo-o do engajador, dos consulados, das repartições públicas, garantindo-lhe assim um pequeno capital que ele vai consumir inteiramente na viagem ao Brasil, até o seu desembarque em Angola e teremos aqui um emigrante

com probabilidades de triunfar”. (p.211) O autor ao fazer esta afirmação referia-se ao fato de que, quando alguém queria emigrar, gastava todas as suas economias com a papelada burocrática e com os agenciadores de trabalhadores, além do dinheiro com a passagem. Esta, porque as pessoas continuavam a emigrar para o Brasil pensando que este país ainda era a “árvore das patacas,” saía cara, mais cara do que a para Angola. Uma vez feita a sugestão, Galvão concluiu que “não sei se é a Colonização que convém a Angola – mas é incontestavelmente a que convém ao emigrante, sem lesar a Colônia”. (p.211)

Recorde-se que a base de toda a emigração foi sempre a de tentar melhorar a vida e era por egressos das populações urbanas ou rurais. Além disso, o que os emigrantes almejavam era ir para aquela terra que eles viam como o Eldorado que ia pôr fim à sua vida difícil, quando não mesmo miserável. Foi com base nesta premissa que se deu a maioria da emigração para o Novo Mundo, em particular para o Brasil que, no caso dos portugueses, era o país considerado como a “árvore das patacas”. Aliás, a imagem do “brasileiro”, aquele português emigrante que voltava a Portugal muito bem de vida, soberbamente descrita e ironizada por Eça de Queirós em diversos artigos escritos para jornais e os quais mais tarde foram compilados nas suas obras *Ecos de Paris*, *Cartas de Inglaterra* e *Prosas Bárbaras*, continuava muito presente no imaginário lusitano. Portanto, ninguém, em sua sã consciência, pensava que ia emigrar para ficar pior do que estava, muito mais se era o próprio Estado que fomentava essa emigração, a não ser que o fizesse por motivo de guerras, epidemias, perseguição política ou religiosa.

Nesta perspectiva Galvão, de forma indignada, refere-se ao fato de que as famílias eram atraídas por promessas ilusórias, isto é, por um conjunto de regalias, e que em Huíla acabavam por ter as suas vidas repletas de carências. Verifica-se a existência da habitual idéia de Angola, válida também para todas as outras colônias, como uma extensão natural da metrópole, que apresentava uma necessidade imperiosa de se colonizar. No entanto, segundo Galvão, era preciso que esta fosse baseada em critérios econômicos, de um modo que não se prejudicasse mais a já depauperada economia angolana.

Depois “deste artigo que resumia as nossas intenções sobre as tentativas de Colonização feitas no Planalto”, (p.211) o autor fez algumas considerações sobre a falta de resultados práticos das tentativas de colonização, sobre a lei criada para o efeito e sobre o quase nada que o governador podia fazer em relação ao assunto. Assim sendo, apresentou os seus pontos de vista sobre como se deveria organizar o serviço de colonização na Huila, “para que a Colonização não seja uma Mentira (...)” (p.215) e para que se parta “(...) de uma idéia de inteira harmonia entre a lei e os seus objetivos, entre a execução e a finalidade”. (p.215)

De acordo com o autor, existiam três maneiras para estabelecer novos colonos: pela colonização livre; pelas grandes companhias de colonização; e pela intervenção direta do Estado. A primeira era a mais vantajosa e interessante, contudo a mais difícil de estabelecer; a segunda seria no momento a melhor forma de o fazer, mas até então o Estado não a tinha posto em prática; a terceira só deveria ser feita se o Estado tivesse “(...) alcançado uma perfeita harmonia entre os recursos de que dispõe, os processos de que vai servir-se e o fim a que se destina”, (p.220) caso contrário estaria fadada ao insucesso. Como Angola estava em más condições financeiras dever-se-ia dar prioridade aos colonos que dispusessem de um pequeno capital (embora não se devesse desprezar os que não dispunham de capital), evitando-se o número de miseráveis já existentes.

Tanto as críticas como as sugestões apresentadas no Relatório sobre a sua administração enquanto Governador da Huila, foram reiteradas na conferência que Galvão proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa, quase um ano após ter assumido aquele cargo. O mesmo se pode dizer em relação às conclusões a que o autor chegou em ambos os documentos, se bem que no primeiro, até por uma questão pessoal que Henrique Galvão tinha com o Alto Comissário, elas tenham sido mais ácidas e cáusticas do que as da conferência. No entanto, as idéias básicas referem-se aos mesmos temas.

Em relação aos assuntos do relatório comentados neste trabalho, as conclusões a que o autor chegou na conferência foram as de que Angola precisava: de uma administração arrumada e subordinada a um critério rigorosamente nacionalista; uma sólida e inteligente coordenação entre os interesses econômicos

da metrópole e de Angola; da subordinação da política indígena a princípios e pensamentos nacionais; de medidas tendentes a atrair e fixar famílias portuguesas de colonos; e de que todos os atos de governo conduzissem ao enaltecimento de Portugal e ao corroborar a indissolubilidade que une Angola à Mãe Pátria.

No final da conferência Galvão lembrou com ênfase algumas das palavras do escritor Aubrey Bell registradas no seu livro *Portugal of Portuguese*, palavras essas que o autor tornou a repetir no seu “No Rumor do Império”. Não restam dúvidas de que Henrique Galvão foi um homem convicto e coerente com as idéias em que acreditou e as proposições que defendeu.

A questão de a colonização ficar a cargo dos colonos portugueses foi um aspecto fortemente defendido por Galvão, que considerava que esta seria a melhor forma de manter o império, de estreitar as relações entre a metrópole e as colônias, além de facilitar a civilização e a propagação da fé cristã junto aos indígenas. De tal modo Galvão considerava que o assunto era importante, que fez publicar, em maio de 1936, quando desempenhava o cargo de Inspetor Superior da Administração Colonial, uma obra de sua autoria, intitulada *O povoamento europeu nas Colônias portuguesas*, a qual estava dividida em cinco partes: “Considerações gerais”; “Novas circunstâncias do Povoamento Europeu em África”; “O problema demográfico da Europa e o povoamento das Colônias Africanas”; “Considerações gerais sobre o povoamento europeu nas Colônias Portuguesas”; “O aspecto atual dos fatores de que mais depende o povoamento europeu nas Colônias”; e “Soluções para o nosso problema de povoamento”.

O autor começou por afirmar que a colonização africana tinha de enfrentar várias dificuldades, entre as quais “a estabilidade de velhas doutrinas que as circunstâncias do nosso tempo transformaram em preconceitos, e que ainda dominam, anacronicamente, o espírito de muitas tentativas e planos”, (p.3) o que levava, implicitamente, à “(...) falta de concordância entre as medidas e as realidades atuais do ambiente político, econômico e espiritual de África”. (p.3) Ao que parece Galvão se referia ao fato de que ainda havia, nos países colonizadores, quem pensasse com a mentalidade e de acordo com as idéias do final do século XIX, pelo que as políticas delineadas e praticadas para a colonização africana

ficavam defasadas da realidade do continente. Esta crítica é típica do autor, pois a sua experiência africana já lhe tinha mostrado o quão erradas estavam as políticas aplicadas por Portugal em relação a Angola.

Em seguida, Galvão fez uma afirmação interessante demonstrativa da mentalidade da época, em que as potências coloniais tentavam encontrar razões científicas para justificar a colonização. No entanto, em nome de razões históricas que para ele eram indiscutíveis, não englobou nesse grupo nem Portugal nem a Espanha. Segundo o autor: “O conjunto de regras, leis, princípios e doutrinas, que constituem a ciência a que se chama Colonização pode ser considerado como criação recente. Com exceção de Portugal, cuja obra colonizadora iniciada nos princípios do século XV, teve, desde o começo, o espírito humano e o sentido colonizador que caracterizam a colonização moderna – e da Espanha, cuja colonização é menos antiga, mas que também dispôs de métodos próprios e originais – todos os países que se lançaram na tarefa colonizadora, só depois do século XVIII definiram princípios e regras que excediam o espírito da simples exploração comercial em terras distantes”. (p.3) Note-se que o que autor se referia ao fato dos portugueses terem sido os primeiros colonizadores do mundo moderno e os únicos que sempre puseram os interesses espirituais e humanos acima dos comerciais. Galvão afirmava que todos os outros países colonizadores deveriam aprender com Portugal que, por sua vez, não teria que receber lições de ninguém sobre essa matéria.

O autor se viu explicando que, as diversas regras e idéias que surgiram quando do início da colonização africana por parte dos impérios coloniais, embora defasadas com o tempo continuavam a ser aplicadas, o que fazia com que os governantes “(...) proclamando o *que foi*, enganam-se sobre o *que é*”. (p.4) Assim era necessário que, até para por uma questão de soberania e devido à missão civilizadora, se fizesse um estudo prévio do povoamento africano, o qual visasse “(...) as realidades do ambiente que as determinam”. (p.5)

Finalmente, nesta primeira parte, o autor tratou do regime de terras, dos caracteres do meio emigratório, da emigração dos homens e da emigração dos capitais, como condicionantes do povoamento europeu em África. Além do mais, o

povoamento interessava, especialmente, à Europa, “(...) aonde os excessos demográficos procuram colocação nos países novos”. (p.6)

No começo da segunda parte, referente à demografia, o autor lembrou a saturação dos países acolhedores da emigração proveniente da própria Europa, até por estarem a sofrer os efeitos econômicos decorrentes da quebra da bolsa de Wall Street, fator agravado pela pouca população existente em África. Por outro lado, como o modo como a Europa se vinha defendendo, nos últimos cem anos, do aumento exponencial da sua população, era a emigração e a colonização, sendo esta para Galvão uma “forma especial de emigração”, a situação só se agravaria. Então o autor, até para explicar que uma emigração entre países europeus não resolveria os seus problemas, descreveu a situação populacional da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália, da Polônia, da Espanha e de Portugal, concluindo que este “(...) é, na Europa, o país da emigração por excelência.” Para Galvão “dir-se-ia que a sedução das terras distantes foi herdada pelas gerações que provieram do século XV”. Tinha-se aqui mais uma vez, ainda que subliminarmente, a idéia de que a herança histórica dos Descobrimentos continuava viva na alma portuguesa.

O autor, após descrever o problema demográfico da Europa, expôs qual a situação atual nos países tradicionalmente acolhedores da emigração européia, como forma de demonstrar que a única alternativa que restava aos europeus era o emigrarem para a África. Argumentava que o clima não era um óbice para o povoamento da África, até porque esse fato não fora impeditivo do povoamento do Brasil, além do que “esta tem mesmo sobre o Brasil a vantagem de dispor de mão de obra própria e apropriada para os primeiros trabalhos de estabelecimento”. (p.15)

Para o autor, o verdadeiro problema que se punha era o excedente demográfico europeu e era este que tinha de ser resolvido. Como a África “não é ainda um continente para receber as fortes correntes de emigração que a Europa precisa constituir para aliviar o peso do seu problema demográfico – mas é um continente onde podem viver, fixar-se e prosperar os europeus”. (p.17) Em seguida Galvão explicou que se poderia fazer o povoamento pelo subsídio das correntes de emigração, sendo este quantitativo, por vezes desordenado ainda que acudindo às necessidades do homem; ou o puramente colonizador, que era qualitativo,

específico e tinha por fim valorizar o território em proveito de todos. No entanto, ele afirmava que era preciso que os países coloniais estivessem dispostos a aceitar essa “missão salvadora da Europa”, devendo cada um deles preparar o seu território com os respectivos colonos para receber essas vagas de emigrantes que já não conseguiam ir para as Américas.

Assim, em face do exposto, Galvão concluiu que a Europa deveria considerar seriamente a emigração para a África como a solução dos seus problemas demográficos; e que, como este continente ainda não estava economicamente preparado para tal, caberia aos países coloniais prepará-lo para isso.

Verifica-se que, portanto, a colonização de África, para Henrique Galvão, era a solução para o problema do excesso de população que afligia a Europa e para os respectivos problemas econômicos a ela relacionados. Mais do que a melhor solução, ela era a óbvia e a lógica, pois, geograficamente, a África não ficava tão longe como as Américas ou a Oceania. Além do que, ao permitir que os povos europeus emigrassem para lá, os países metropolitanos estariam a cumprir uma missão humanista e altruísta.

Na verdade, sob essa idéia o que estava em causa era o ter mão-de-obra minimamente qualificada, uma vez que a braçal como o próprio autor afirmou, já existia de sobra no continente, para o desenvolvimento econômico das colônias. Atrelado a este estava a exploração das riquezas existentes nas colônias, que proporcionariam um maior progresso à metrópole.

Na terceira parte da publicação Galvão observou que as colônias portuguesas haviam sido colonizadas de modo oficial, sob a orientação do Estado, ou de modo livre por meio da emigração, se bem que a segunda não tivesse sido a forma recorrente. No entanto, devido às sucessivas crises econômicas dos últimos anos, essa emigração estava quase parada, pelo que “(...) impõe-se uma revisão e aperfeiçoamento dos métodos de colonização branca dirigida de forma a conduzir o problema ao máximo das soluções possíveis”. (p.20)

Segundo o autor, embora Portugal tivesse “(...) uma legislação copiosa, síntese das melhores doutrinas e das mais santas intenções (...)”, (p.20) o problema é que se legislava muito e se realizava pouco, e consumia-se em burocracia o

espírito que deveria transformar-se em ação. Por outro lado, reiterou que em Portugal, nos últimos cem anos, tinham-se preparado burocratas em vez de homens de ação, o que com que “(...) o homem completo de Bergson – aquele que é simultaneamente capaz de pensar como homem de idéias e de agir como homem de ação é, entre nós, *avis rara*”. (p.21) Para ilustrar o que as suas palavras não eram pura teoria, ele lembrou uma “frase admirável de precisão e de verdade” que Salazar proferira, em 1929, a qual dizia que “a falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a execução, fizeram da vida administrativa do país uma mentira colossal”. (p.21) Esta mesma frase já havia sido lembrada por Galvão na sua conferência sobre *Nacionalização de Angola*, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de janeiro de 1930 indica dois fatos: a crença e a coerência do autor em relação às suas idéias; e a sua admiração por Salazar até então.

Esta análise que Galvão fazia da falta de homens de ação e do excesso de burocratas que emperrava a máquina governativa colonial, ia de encontro às suas críticas, próprias de um homem de idéias e de ação.

Após a apresentação das razões que, no seu entender, não encorajavam a colonização branca nas possessões ultramarinas, em particular em Angola e Moçambique, o autor se perguntava se só a legislação fora o entrave ao bom sucesso da referida colonização, concluindo que não, pois “houve deficiências de realização mas houve também erros de doutrina e de métodos”. (p.22) Para ele, “desprezamos todos os ensinamentos de quatro séculos de colonização, esquecemos os frutos de uma experiência que se formou em todos os meios e climas, entre todas as raças e todas as circunstâncias (...)”, (p.23) quase que só lhe faltou parafrasear Camões, dizendo que os portugueses entre gente remota haviam edificado o reino que tanto sublimaram.

Esta apreciação de Galvão era típica da sua maneira de ver os problemas. Ele invocava, como sempre, ao quatro séculos de experiência colonial, não levando em consideração as diferentes conjunturas históricas em que essa colonização se deu, já sem falar que a situação de Portugal perante o mundo vinha, drasticamente, mudando para pior desde o segundo quartel do século XVI. Aliás, uma das razões

pela qual o autor invocava sempre os quatro séculos de colonização, algo que vinha sendo feito amiúde desde o tempo de Sá da Bandeira (1836) e com maior ênfase a partir da Conferência de Berlim de 1885, atingindo o seu ápice com o *ultimatum*, é porque, à época, como Portugal não tinha nem poderio político, nem econômico e muito menos militar em relação às outras nações coloniais européias, era o único argumento passível de ser invocado.

O autor refere-se, em seguida, à tendência dos portugueses quererem copiar os exemplos de colonização de outros países, em particular o inglês. De acordo com ele, existiam logo à partida duas diferenças capitais que invalidavam o bom sucesso da aplicação do sistema de colonização dos ingleses para as colônias portuguesas. A primeira é que para eles, dentro da sua política colonial, a emigração era mais um elemento para completar o conjunto organizado na dependência dos interesses do Império, ao passo que para os portugueses a emigração era um agente único de uma política de povoamento. A segunda é que as verbas despendidas pelos ingleses eram astronômicas em comparação com as portuguesas. Perante isto, o autor afirmou que de fato Portugal nunca destinou à sua colonização os recursos financeiros necessários, mas isso não impediria que se pudesse fazer o povoamento europeu das colônias. De resto, para ele, esse argumento, assim como o da escassez de população, era improcedente, pois “não somos nós, portugueses, que os poderemos aceitar como bons, depois de termos colonizado o Brasil – longe de um sistema de essência financeira e dispondo apenas de dois milhões e meio de habitantes”. (p.27-28)

Galvão apresentou aqui a argumentação de que se foi possível colonizar o Brasil, que era muito maior e tendo à época Portugal menos de metade dos habitantes dos daquele momento, qual seria a dificuldade para fazer o mesmo com Angola e Moçambique. Esta argumentação de que se poderiam criar novos Brasis, em especial em Angola, vinha sendo utilizada desde o tempo de Sá da Bandeira (1836). Por outro lado, parece que o autor queria, mais uma vez, ressaltar a capacidade portuguesa de construir impérios coloniais, a qual seria fácil, até pela tal tradição histórica de quatro séculos. Diga-se de passagem que estes argumentos

foram, durante todo o Estado Novo, repetidos exaustivamente como sendo uma das razões que justificariam Portugal manter um império

Por fim, Galvão concluiu que “a colonização sistemática organizada pelo Estado conforme as idéias que modernamente têm dominado, exige sacrifícios financeiros e implica riscos de ordem moral, cuja forma pura de realização só os países de grandes recursos financeiros podem aplicar – e mesmos estes sem bastantes probabilidades de êxito”. (p.31-32) Assim impunha-se uma reforma no modo como Portugal efetivava a sua colonização, sendo para isso “(...) necessário estudar quais as novas circunstâncias, as novas realidades, dentro das quais o problema do povoamento se debate e adaptar-lhes a formula tradicionalmente portuguesa que o resolverá segundo cremos”. (p.32)

Resumindo as idéias gerais expressas pelo autor nesta parte da obra verifica-se que o mesmo era um defensor tenaz da política de colonização das colônias, em particular Angola e Moçambique, por metropolitanos; que o Estado devia criar leis apropriadas para que a mesma se realizasse com êxito e o mais rapidamente possível; que Angola era a colônia a que se devia dar a prioridade de colonização por ser a mais rica, a com o clima mais ameno, além de geograficamente ser a mais próxima da Metrópole; e que Portugal tinha a obrigação histórica de o fazer, até por ser essa a sua missão.

No que se refere à quarta parte do seu escrito, Galvão afirmou que, para o povoamento europeu da África ser bem sucedido, “(...) é necessário criar a esses colonos condições económicas, morais e espirituais para que se instalem – o que é relativamente fácil – mas também para que vinguem – o que é bastante difícil”. (p.33) Isto se devia ao fato de que, na sua opinião, os emigrantes só deviam ir para a África uma vez que os colonos estivessem bem assentados, pois estes precediam os emigrantes, existindo dois tipos de colonização: a livre e a dirigida. De resto, recorde-se que esta mesma idéia já havia sido expressa no seu relatório.

Prosseguiu enumerando algumas regras básicas para se ter êxito na colonização, sendo duas delas fundamentais. A primeira era ser feita uma boa seleção de colonos, em particular no que respeita aos agricultores, pois nem sempre estes triunfavam na sua área, em virtude da vida rural da metrópole não ser igual à

da colônia, aplicando-se o mesmo em relação aos pescadores. Se ambos fossem instalados com êxito e nos locais apropriados, automaticamente o pedreiro, o carpinteiro, o professor e todos os outros apareceriam, formando-se deste modo uma colônia que teria sucesso e seria produtiva, evitando-se os erros cometidos no passado. Uma outra regra basilar referia-se aos regimes de distribuição de terras a serem usados que se podiam resumir a quatro: o da *grande concessão*; o da *concessão gratuita e condicionada*; o da venda; e o *homestead*. No entanto, o autor admitia que não havia uma formula universal para a distribuição de terras, pois isso dependeria sempre do modo como as metrópoles decidiam administrar as suas colônias.

No caso português a legislação que regulava a distribuição de terras era “(...) confusa, incaracterística e por vezes contraditória”, (p.40) pelo que era preciso defini-la com clareza. Primeiro havia que lembrar que a colonização podia ser livre, quando os colonos procuravam uma terra para se assentarem sem recorrerem à ajuda do Estado, ou dirigida quando era este que tomava a iniciativa da mesma.

De acordo com o Relatório de Huíla, Galvão considerava que, no primeiro caso, as terras só deviam ser concedidas aos colonos de acordo com o que dispusessem de capital. A questão de o autor dar preferência aos que têm dinheiro era, como se disse anteriormente, para evitar a proliferação de mais miséria nas colônias, o que fazia todo o sentido quando se pensa que a idéia era desenvolver as colônias em termos económicos. No caso da colonização dirigida a terra seria entregue gratuitamente ao colono pelo Estado, junto com uma casa, alfaias, sementes e gado, para que ele pudesse iniciar de imediato uma pequena lavoura. Existia ainda a possibilidade da colonização por ação de grandes companhias concessionárias de terras, a quem se dariam facilidades de acordo com o número de colonos que instalassem.

Deste modo, o autor apresentou quais seriam as opções que existiam para a distribuição de terras, assim como qual o tipo de colonização que se deveria procurar e estimular. Conforme se pôde observar, ele era a favor de que se devia fazer o máximo possível para atrair os portugueses para as suas colônias, pois só assim se poderia levar a cabo a missão de que Portugal estava investido desde que

se lançara na aventura dos Descobrimentos. Nesta perspectiva tratou do tema das missões religiosas.

O autor era da opinião que elas fossem instaladas junto às concentrações de colonos ou, caso fosse possível, que os colonos se instalassem junto das missões. Ele justificava esta idéia dizendo que “a Missão é, em muitos casos, uma casa de lavoura, uma oficina, uma farmácia”. (p.60) Além do que “os missionários são geralmente práticos de agricultura, cujos conselhos são, por vezes, utilíssimos”. (p.60) Para o autor, a tarefa primordial das Missões era a evangelização dos indígenas, no entanto, ele não via razão para que a ação dos missionários não fosse estendida aos colonos.

Conforme se pode observar, após a leitura do que se escreveu, Henrique Galvão tinha idéias claramente definidas tanto sobre o império colonial Português como sobre o colonialismo de uma forma geral e, em função disso, sobre a forma como se deveria administrar esse Império. No entanto, não era por acaso que isso acontecia, pois ele era um apaixonado e um estudioso das possessões portuguesas africanas, em particular de Angola, ao ponto de se considerar um português-africano. A sua trajetória de vida, desde que pisou pela primeira vez terras africanas, ficou marcada por estas, tendo aquelas “Terras de Feitiço” o deixado apaixonado por “O Sol dos Trópicos”.

É interessante lembrar que Henrique Galvão foi para a África pela primeira vez na condição de deportado político para Moçâmedes, em Angola. Mais tarde, com a patente de tenente foi nomeado chefe de gabinete do então Alto Comissário de Angola, comandante Filomeno da Câmara. Pouco tempo após a sua chegada foi destinado por este para exercer o cargo de governador do Distrito da Huíla. Depois da sua exoneração deste cargo foi Diretor de Exposições e Feiras Coloniais, organizando, no Porto, a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, em 1934. Então foi promovido a capitão e, um ano depois, Diretor da Emissora Nacional e, por fim, Inspetor Superior da Administração Colonial. Durante este período, assim como depois, escreveu contos e romances quase todos ligados à África, em particular a Angola, além de livros sobre caça e etnologia. Viajou por todo o império colonial e, de acordo com a mentalidade vigente na época, da existência de um Portugal

multicontinental e pluriracial, levou a voz da Emissora Nacional a todo o lugar onde existiam portugueses, incluindo o Brasil e a América do Norte.

Portanto, o Capitão Henrique Carlos Malta Galvão tinha motivos de sobra para perorar e opinar sobre os destinos do Império, pois ele tinha uma autoridade que era mais do que moral, ele, como diria Luís de Camões, tinha “um saber de experiência feito”. Possivelmente, nunca se saberá, se muitos dos seus conselhos tivessem sido escutados e acatados, a história das colônias portuguesas tivesse sido outra. Melhor ou pior não se sabe, mas certamente teria sido diferente.

IV. Capítulo III

Henrique Galvão e a literatura colonial

Os romances *O vélo d'ouro*, de 1933 e *O sol dos trópicos*, de 1936, foram trabalhados como documentos nesta pesquisa, ambos considerados como partes da literatura colonial portuguesa da primeira metade do século XX.

O que se pretendeu com a análise de ambos os romances foi identificar duas vertentes: uma que relaciona a literatura ao projeto colonial do Estado Novo, no qual estava implícita a vocação imperial e missionária; e a outra referida ao encontro do colono com esse mundo novo de diferentes culturas e paisagens próprias de espaços ocupados por outras gentes.

Para compor o ambiente onde eles acontecem, assim como para criar os seus personagens, Galvão utilizou-se da sua experiência como soldado, viajante, explorador, caçador, naturalista, etnologista e governante, aliada à antiga tradição do século XVI, dos relatos de viagem de Fernão Mendes Pinto e João de Barros. Mas, sobretudo, da mística imperial relacionada às viagens, aos descobrimentos e às conquistas, traduzidas por Camões.

Dentro do espírito reinante na época, os seus escritos, fossem eles de ficção ou não, traduziam uma ideologia imperial própria do Estado Novo, consolidando mitos, preconceitos e pré-noções de cem anos após a perda do Brasil, ainda marcados pelo desencanto. Em Portugal cada vez mais se criara uma mentalidade colonial e, ao mesmo tempo, o seu Império ultramarino era uma extensão da Nação. Nesse *corpus* ideológico, Nação e Império eram apresentados como intercambiáveis. Os portugueses reforçavam a sua missão auto-atribuída de povo colonizador, desbravador e intrépido, com vocação missionária, portador da Fé e da Civilização a todos os recantos do Império. Estas idéias, explícitas ou implícitas, encontravam-se, em variados graus e em diferentes intensidades nos escritos de Galvão, sendo os romances a expressão dessas idéias.

Porém, por serem obras articuladas ao contexto da colonização desde o Estado Novo, revelavam como Portugal sobrepôs a sua cultura às demais em África,

tornando predominantes seus valores éticos, morais e religiosos. Também é oportuno lembrar que foram as instituições que fizeram cumprir um conjunto de leis próprias do Estado Novo, legalizando os mecanismos e instrumentos necessários para garantir a continuidade da colonização efetiva e sistemática dos territórios africanos. Por sua vez, a literatura colonial que se desenvolveu (sobretudo às expensas da Agência Geral do Ultramar, mais tarde Agência Geral das Colônias), guardou e foi um importante meio, junto com as exposições universais, para a difusão de um ideário civilizacional. Nesse sentido, foi e continua a ser um “documento de cultura”, na conhecida expressão de Walter Benjamin.

Antes da análise do romance *O Vélo d'ouro* em sua extensão, vai-se dar uma idéia, em traços muito largos, do seu enredo. O personagem Rodrigo, habituado a uma vida confortável, embora medíocre, em Lisboa, cansado do seu dia-a-dia, resolveu dar uma guinada na sua vida e partir para a África, mais precisamente para o planalto da Huíla, em Angola.

Logo aqui se repara que Galvão escolheu para ambientar o seu romance, um lugar que ele considerava conhecer bem, pois havia sido governador da Huíla (1929), o que traria mais realidade e mais verossimilhança ao romance. Por outro lado, ele próprio era um feroz crítico dos que falavam sobre a África com ar de conhecedores, em particular os governantes e os políticos, sem nunca lá terem estado. Mas, nem por isso, ele foi exceção. Seu olhar, em todos os sentidos foi o de um escritor do centro do grande Império português para o qual o negro e a África eram objetos de uma grande missão civilizatória que levaria luz às trevas.

O protagonista escolheu Huíla, pois lá vivia Vasco, um primo seu, o que lhe facilitaria a vida. Ele partiu imbuído do espírito dos antigos viajantes, de enfrentar lugares inospitavelmente desafiadores, esperando encontrar uma terra acolhedora aonde poderia viver aventuras inesquecíveis, deixando para trás Luísa, a sua amada. Agindo com coerência em relação a uma aventura apresentada como celebração colonial parte à procura de fortuna. Subjacente a esta idéia do emigrar à procura de riquezas estava presente o mito do Eldorado, em que os portugueses, um povo com uma tendência à diáspora, emigravam com o intuito de melhorar as suas condições de vida.

Assim, Rodrigo se lançou, nos planaltos africanos com atração e repulsa à procura do almejado vélo de oiro, que lhe permitiria modificar a sua vida. A sua odisséia é cheia de peripécias, na qual ele foi tomando contato com aquela terra e as suas gentes e criando laços de pertença. Finalmente, embora não tivesse conseguido alcançar o seu fito de encontrar o ouro pretendido e, após ter perdido a sua amada, Rodrigo decidiu estabelecer-se em África, que para ele era o mesmo que estar em qualquer outro lugar de Portugal.

A presença da idéia de que tudo era Portugal e tudo era português, não importava em que parte do Império as pessoas se encontrassem, está bem presente, ainda que dela fizesse parte “o mato” como um dos elementos que alimentava o exotismo como aspecto fundamental dos territórios africanos. O que o autor destacava, por meio do personagem, era a idéia do Portugal pluricontinental tão acarinhada pelo Estado Novo, ou seja, a nacionalidade não era definida pelo espaço geográfico.

Nesta literatura os diálogos e as observações dos personagens ao longo do romance, permitiam entrever diferentes concepções de África, próprias dos metropolitanos e dos colonos que lá viviam. Esta forma de se imaginar a si e aos outros oferecia aspectos caros ao Estado Novo para a criação de uma mentalidade colonial e imperial.

Para o protagonista do Vélo d'oiro, África não era um continente desconhecido pois “fora lá que o meu avô juntara a fortuna” (p.5) e “palpitava-me que era aí que a fortuna me havia de sorrir de novo”.(p.6) Além disso, “a África, que tantos encaravam como triste purgatório de condenados e desacreditado pousio de aventureiros, nunca a imaginei eu senão como uma Terra de Promissão, generosa, hospitaleira, libertadora – o País misterioso e tentador, onde luzia o Vélo d'Oiro das minhas quimeras e dos meus anseios”. (p.6) De tal modo ele tinha esta idéia de que a África era um Eldorado aonde iria fazer fortuna, que, após decidir partir para lá, “visionei diamantes, tesouros escondidos – e passaram-me pela cabeça as riquezas fabulosas das ‘Minas de Salomão’”.(p.10) Pouco depois, a propósito do seu embarque para Angola, “e navegava mar fora, como Lusíada raça”, (p.14) lembrava os navegadores da época dos Descobrimentos.

Nota-se, pelo caráter pedagogicamente doutrinário da obra, que o protagonista apresentava uma idéia habitual sobre África, como um lugar de provações e sofrimentos, mas para quem não pensava assim, era a terra do futuro. Aqui se tornou evidente a idéia do mito do Eldorado, quando se mencionou a Terra da Promissão, no sentido em que ia permitir que o Rodrigo encontrasse o seu vélo de ouro, que ele imaginava ser algo como as míticas minas do rei Salomão. Por outro lado, surgiu a comparação da sua aventura com as dos navegadores quinhentistas, como uma forma da exaltação da raça portuguesa, que saíra à conquista de novos mundos, com a nobre missão de ajudá-los a evoluir.

Nas primeiras horas após o desembarque em Moçâmedes, enquanto aguardava transporte para o interior, Rodrigo resolveu dar uma volta pela cidade no seu primeiro contato com a terra e as gentes locais. Observou “apenas um ou outro negro de tronco brunido por transpirações violentas, com serapilheiras sórdidas em volta dos quadris, ou pretas com os filhos às costas e enfusas na cabeça, passavam em ar de mandria, silenciosamente”.(p.19)

Esta descrição do primeiro contato com a população local era reveladora da idéia revestida de exotismo que o branco metropolitano tinha acerca dos negros e de suas terras. Eles eram vistos como selvagens, pois andavam seminus e apenas cobertos com o mesmo material com que se faziam os sacos de batatas. O olhar repleto de preconceito em relação aos outros levava a julgá-los indolentes pelo aspecto como andavam: com mandria que era com indolência e silenciosamente por andarem descalços. Esta idéia que se tinha sobre os negros justificava a missão civilizadora, a qual tinha como meta a assimilação dos negros aos usos e costumes dos brancos.

Também foi nesse primeiro contato que Rodrigo verificou que a cidade, ao cair da tarde quando o calor já diminuía, ficava com uma “fisionomia européia” (p.21) com “as suas casas algarvias” (p.21) e que “afinal tudo aquilo era enternecedoramente português – português da província”.(p.21) A idéia refletida nesta imagem era a de que, como já foi dito várias vezes, Portugal e as colônias eram uma só unidade, mas que tudo lembrava a Metrópole como se as pessoas de

lá não tivessem saído, o que reforçava aquela idéia, mais tarde imortalizada por um fado, de uma casa portuguesa com certeza.

A idéia de que todos eram portugueses, independentemente do lugar de nascença, foi reiterada adiante quando o personagem Rodrigo se referiu aos filhos de um antigo companheiro de colégio, o Pompílio, que havia encontrado em Moçâmedes, “dois portugueses de África, brancos e sadios como se tivessem nascido na sua aldeia de Trás-os-Montes”.(p.23) Pompílio, em resposta à observação feita por Rodrigo de que havia ficado um pouco desiludido com as primeiras impressões da terra, logo lhe deu uma lição de patriotismo dizendo que Moçâmedes tem “um selo de Raça”, (p.24) lembrando-lhe os esforços feitos por todos aqueles que construíram aquela terra, e que “só quem vem cá abaixo pode compreender e sentir, bem no fundo da alma, o orgulho de ser português!” (p.25) Depois, ao se referir à beleza da cidade, terminou por dizer que “acho-lhe todas as belezas e sinto que isto está tanto em Portugal como se ficasse na outra banda do Tejo”. (p.25) Rodrigo, então, pensou nas palavras de Pompílio e teve a impressão que de fato estava em uma terra portuguesa “remexida e amassada pelo esforço de muitas gerações heróicas, que tinha a marca, o sinete indelével da Raça”. (p.26)

Verifica-se a existência de um apelo constante à História de Portugal e à identidade, ressaltando-se nela os que com o seu sacrifício e a sua abnegação construíram esse magnífico império, além da questão da Raça. O relembrar constante do passado era para fazer valer o direito histórico que Portugal tinha em relação às suas possessões além-mar, as quais só lhe podem pertencer devido à raça especial que eram os portugueses, à sua capacidade para levarem a cabo uma tal obra. De resto, a questão da raça que foi muito enaltecida nos Lusíadas, sempre foi um ponto importante para criação da mística imperial e, talvez por isso mesmo, o Estado Novo instituiu o dia da morte de Camões, 10 de Junho, como o dia da Raça.

Ao se encontrar com o seu primo Vasco na estação do Lubango e durante a sua viagem para a Umpata onde ele vivia, Rodrigo fez, várias vezes, referências ao como tudo era parecido com a Metrópole: “chegara outra vez a um cantinho de Portugal”; (p.27) “aquela paisagem abençoada, onde sangravam telhados vermelhos

do Minho e pastavam rebanhos suaves da Beira”; (p.28) “aquelas mulheres de lenços garridos e (...) e aqueles homens bisonhos (...) eram puras manchas da vida portuguesa das aldeias”;(p.29) “era a Umpata – o mais português de todos os povoados de Angola, a aldeia de colonos da Madeira”. (p.30) Todas estas comparações serviam para dar a idéia de que se estava em África, mas não se sentia como se assim o fosse, tal a semelhança do ambiente com qualquer recanto da Metrópole. Há que se ter presente que este romance, além da sua função implícita que era distrair, tinha uma outra de matiz ideológico, que era o de convencer o leitor a emigrar para a África, a fim de efetivar uma colonização do território que se tornava imperiosa, sendo para isso necessário que se mostrasse o território como um Éden e não como um Inferno.

Uma vez já em casa do seu primo Vasco, o Rodrigo travou conhecimento com o negro Mandobe que lhe “dava a impressão duma máquina bem organizada, ou de um excelente animal de corrida”, (p.35) mas “não me causou o Mandobe a impressão desagradável que senti ao ver os primeiros negros que encontrei em Moçâmedes, todos iguais, todos incaracterísticos, sob a vestimenta sórdida que os civilizados lhes impunham”. (p.36)

Convém lembrar que as opiniões do protagonista, Rodrigo, refletiam as do autor do romance, Henrique Galvão, idéias generalizadas e pré-concebidas sobre a África e os negros. A primeira impressão que o Rodrigo teve sobre Mandobe foi a que a maioria dos brancos tinha sobre os negros, pois estes, por serem considerados não civilizados quando não mesmo selvagens, eram vistos como seres muito mais próximos dos macacos que dos humanos. Por outro lado, a sua segunda impressão sobre o mesmo negro, já reflete a opinião de Galvão que, embora fosse a favor do processo de assimilação, era contra o não respeitar certas tradições culturais dos negros, particularmente as que se referiam às vestimentas, além de considerar uma violência gratuita e desnecessária obrigá-los a se vestirem como os europeus, a não ser que a ocasião o permitisse.

Na continuação da narrativa, o Rodrigo, ao referir-se à história que Mandobe contava sobre a sua aventura que o levava até ao vélo d’ouro, relatou que a certa altura este encontrara “rastos frescos de *bushmen*, indígenas primários” (p.39) e,

mais adiante, disse que “os *mucancalas* são povos errantes”, (p.44) o que demonstrava que os brancos faziam distinções entre os negros, sob a luz da etnologia. Assim, não os consideravam todos iguais, pelo simples fato de terem a mesma cor de pele. Aliás, esta diferenciação era apresentada, em muito maior grau, quando feita pelos próprios indígenas entre eles, mas neste caso por razões históricas e culturais. Este aspecto está presente quando o Vasco explicava ao seu primo as características dos *muncacalas*, dizendo: “são quase inofensivos (...) pertencem a uma raça primária, cheia de cobardias e fraquezas, são povos errantes, enfezados, pequeninos e repelentes, de olhos oblíquos e encovados, os malares salientes, esquálidos, duma cor amarelo-torrado, são tímidos e espantadiços”. (p.47) Esta explicação mostrava um outro critério subjacente às opiniões dos brancos sobre os negros, que variavam de acordo com as etnias avaliadas.

Quando estavam a discutir a sua empreitada o Vasco disse para o seu primo que “por muitos anos que agente cá labute na agricultura nunca há de levantar a cabeça nem ganhar que baste para voltar a Portugal”, (p.51) ao que o seu filho João de imediato retrucou que “também aqui é Portugal! Há muitos que por cá nasceram e que são tão portugueses como nós!”. (p.51) Mais uma vez surgiu a questão de que, independentemente do local físico onde se encontravam as pessoas, tudo era Portugal. Era a afirmação da portugalidade. Porém tinha-se aqui um dado novo que apareceu na voz do Vasco, que era o voltar a Portugal. Na realidade, muitos dos colonos não tinham essa idéia de que as colônias fossem o mesmo que a Metrópole, pois eles tinham ido para lá com a mentalidade característica do emigrante: encontrar a “árvore das patacas” para fazer fortuna e regressar à sua terrinha. Além disso, o descaso com que o governo em Lisboa, na maioria das vezes, lidava com os problemas das colônias raiava a displicência e mostrava o desconhecimento total das realidades locais, ocasionando uma revolta surda, quando não prática, por parte dos colonos. Galvão sabia muito bem disso e, portanto, pôs na fala do Vasco aquele comentário, embora fizesse de imediato o contraponto na resposta do João ao seu pai, pois era essa a idéia na qual Galvão acreditava verdadeiramente. Tanto que assim o foi que o Rodrigo, como o narrador

da história e representando o pensamento de Galvão, quando se deitou naquela noite, disse que "parecia que estava num quarto duma aldeia de Portugal". (p.52)

Uma vez decidida a data da partida, Rodrigo escreveu a primeira carta para a sua amada Luisa na qual dizia que pela primeira vez se sentia em liberdade, pois "é aqui, verdadeiramente e em plena exuberância, uma coisa que existe, que se sente e que se goza!" (p.55) Tinha-se nesta observação a glorificação da África em função do seu espaço vital e da sua exuberância, esta subentendida em termos da flora e da fauna, que ele ia, tal como os antigos viajantes, explorar. Mais adiante se referiu à desaprovação da mulher e do filho do Vasco por esta aventura, comparando-os aos "velhos do Restelo da nossa largada". (p.57)

A carta para a sua amada e a menção ao velho do Restelo eram duas idéias influenciadas pelo espírito camoniano, embora de matizes diferentes. No que respeita à carta, porque Camões também fora para a Índia deixando para trás um grande amor a quem dedicou poemas. Neste sentido, o poeta estava presente, subliminarmente, como um componente na narração, até porque, na cabeça do Rodrigo, ele ia partir para uma epopéia. Já no caso do velho do Restelo se tinha uma menção clara ao Canto V de "Os Lusíadas", em que surgiu esta personagem como representante de quem era contra a aventura, a ousadia e, implicitamente, o progresso. Ele personificava o espírito retrógrado que não acreditava no futuro radioso.

O Rodrigo iniciou a escritura do diário da viagem e, por ocasião de um acampamento noturno, entre o deslumbrado e o medroso referiu-se a "uma escuridão pesada, densa, escuridão africana em que se ocultam as vidas e os mistérios do mato". (p.65) Esta idéia que os europeus tinham a respeito de a África ser um continente escuro quer pelas suas populações quer pela noite que aparecia mais cedo do que na Europa, e misterioso pela extensão das suas savanas e devido aos animais, em particular os de grande porte, era uma idéia que vinha desde a época dos Descobrimentos e que ficou para sempre no inconsciente coletivo dos europeus. Aliás, devido a uma subversão de idéias, sempre se aliou esse mistério ao atraso de civilização, pelo menos do modo como esta era entendida pelos europeus, das populações africanas.

Mais adiante, em uma outra carta, Rodrigo contou à Luisa que, uma das negras que seguia na expedição juntamente com o seu marido, ao entrar no rio para encher uma lata de gasolina com água fora subitamente abocanhada por um jacaré e sumira nas profundezas do mesmo. A cena em si mesma havia impressionado o Rodrigo em particular, mas o que mais o impressionara tinha sido a atitude do marido da vítima. Este, após constatar que a mulher tinha servido de refeição para o crocodilo, encolheu os ombros e concluiu que tal sucedera porque ela “tinha a *malandra* no corpo!” (p.69) e, em seguida, “foi tratar-nos da ceia na plena convicção de que o jacaré tinha levado a Rosa, porque alguma ela tinha feito”. (p.69) Esta confrontação que o protagonista teve com o modo como o negro encarou a morte da mulher, ia contra todos os princípios da religião católica que era praticada pelos portugueses na sua grande maioria. A naturalidade com que a morte foi aceita pelo negro, considerando que a mesma foi merecida, pois a sua mulher estaria com o diabo no corpo, deixou estarecido o Rodrigo, uma vez que o esperado para ele seria lamentar a perda, ainda mais por causa do modo como a mesma se deu. De resto, uma das razões pela qual todos os povos colonizadores enviaram missionários e instalaram missões nos territórios por eles colonizados, foi por pensarem que, uma das etapas principais e das mais importantes para civilizar os indígenas, era a da conversão ao cristianismo, pois consideravam as crenças destes como pagãs.

No desenrolar da aventura os dois primos acabaram por encontrar uma branca, a Estela, que matara um homem que a tentara estuprar, resolvendo dar-lhe guarida. A propósito da situação da mulher branca em África, o autor, conhecedor da realidade africana no que respeitava a esse assunto, resolveu expressar as suas opiniões pelas observações do protagonista. Um dos problemas da colonização africana foi, principalmente no início, a falta de mulheres brancas que quisessem emigrar para a África. Galvão já havia se referido ao assunto na sua obra *Em terra de pretos* na qual ele escrevera uma crônica em que dizia que Angola era o paraíso das quarentonas que, embora tivesse um tom jocoso e irônico, mostrava o reduzido

número de mulheres brancas e mais velhas na colônia e as situações provocadas por isso.⁴⁶

Contava Rodrigo, ao referir-se à história da Estela, que “por toda a parte a perseguiram os desejos violentos dos homens, as suas paixões animais, a *fome branca* tão freqüente, tão humilhante e cruel nas terras africanas”. (p.100) Em seguida, explicava o porquê da perseguição à Estela, pois “nas cidades, onde a afluência da mulher branca está quase regularizada e onde os lares já se constituem segundo um ritual europeu, a situação é quase normal. Mas, no interior, onde a vida é brutal e desconfortável e os instintos dos brancos regressam muitas vezes às formas primárias do gentio, a posição da mulher é, por enquanto, inferiormente animal”. (p.101) Neste excerto tinha-se não só a descrição de uma situação existente, mas, também, uma idéia de que o gentio era primário, ou seja agia por puro instinto e não racionalmente, constituindo família de acordo com rituais que não eram os europeus, logo passíveis de condenação. Acrescente-se que o branco acabava se comportando como “gentio” que tratava a mulher como um animal. Confirmando esta idéia o autor se referiu, em seguida, a respeito de quem assediava sexualmente a Estela, que eram “homens a quem as durezas do mato tinham amoralizado e a quem as pretas tinham habituado a ver na mulher apenas a fêmea complacente”. (p.101)

As citações anteriores eram reveladoras de como o exótico predominava sobre o doutrinário, cabendo aqui duas observações. Em primeiro lugar notou-se que, segundo Rodrigo, o mato em África tornava as pessoas amorais por elas se encontrarem longe da civilização; em segundo, que as pretas, com quem eles de resto se amancebavam, só serviam para satisfazer os instintos sexuais dos próprios. Este reparo de ordem moral, crítico dos usos e costumes dos brancos do interior, em grande parte devido ao comportamento das negras, não impediu que o Estado Novo apregoasse que esta miscigenação era o que tinha permitido a Portugal construir um Império que ia da Índia ao Brasil, provando que os portugueses não eram racistas: o Império era pluricontinental e multiracial.

⁴⁶ GALVÃO, Henrique. *Em terra de pretos (crônicas d'Angola)*. Lisboa: [autor], 1929.

Na continuação da sua viagem, os dois aventureiros acabaram por ir almoçar com um Chefe de Posto do interior. A descrição que o Rodrigo fez deste e das condições em que ele vivia e trabalhava, merece a extensa citação a seguir, que mostra o modo como era exercida a autoridade portuguesa nos rincões do interior angolano: “a sede do posto é uma casa de adobe com telhado de capim. Tem uma varanda em volta e está erguida a um metro do solo, sobre colunelos de pedra, por causa da *salalé*. Com dois barracões que tem à ilhargá constitui todo o povoado, pois a antiga missão religiosa desapareceu, segundo dizem, por causa do clima que é hostil e traiçoeiro.

Nesta casa vive um homem de cerca de trinta anos, emagrecido e gasto, com a pele curtida pela malária e pelo sol, a esclerótica amarela, os malares salientes e os beiços gretados. Já teve duas biliosas e vive só. Passam-se semanas que não vê um branco, recebe correio de três em três meses e mais, ganha uma miséria e é – dizem – um funcionário exemplar!

Este homem tem, sob a sua administração e guarda, uma região quase tão grande como a província do Algarve, povoada por habitantes pobres, a quem a fome visita de vez em quando, e defendida por um clima rigoroso e cruel. É ele quem administra a Justiça, que atrai os indígenas, que os ensina a cultivar, que cobra o imposto, que abre estradas e carreiteiras, que constrói as pontes e os aterros, que faz a escrita do posto – é ele, enfim, o representante e o símbolo da senhoria de Portugal nestas lonjuras incomensuráveis.

De cima mais depressa recebe censuras e apertões que louvores e incitamentos – de baixo surgem-lhe dificuldades de toda a espécie, que tem de dominar, quase sem recursos. O Mundo ignora que ele existe e os seus heroísmos, as suas valentias, a sua coragem persistente não tem formas teatrais que conduzem à glória. É uma ilha. Amanhã, outra biliosa levá-lo-á talvez e o seu lugar está reservado na vala comum dos esquecidos. As próprias coisas que fizer serão florões para adornar a glória doutros mais elevados em hierarquia.

Pois, esta homem espectrificado, que teve uma alegria quase infantil em dar-nos de almoçar, não nos falou senão nos seus projetos de trabalho, das obras que tinha empreendido, no aperfeiçoamento das suas estradas, na disciplina dos seus

indígenas – de todas essas pequenas coisas que são a glória autêntica de Portugal, que explicam a nossa História e que prometem o nosso futuro”. (p.106-108)

Conforme se verificou, este administrador descrito pelo Rodrigo era o modelo do que deveria ser um administrador colonial. Por outro lado, todo o português que exercesse alguma função ao serviço da Nação, qualquer que ela fosse e onde quer fosse, era um legítimo representante de Portugal, dos portugueses e de toda a sua História.

Com o prosseguimento da viagem, Rodrigo continuou a anotar no seu diário tudo o que ia vendo e acontecendo, e fazendo todo o tipo de observações que lhe pareciam importantes. Uma anotação referiu-se à fauna africana, para ele “o esplendor de África reside todo na exuberância maravilhosa dos seres vivos que a povoam”, (p.110) dando como exemplo destes, em seguida, a gazela, o macaco, o elefante e as aves. Na verdade, a fauna africana sempre exerceu um enorme fascínio sobre os europeus, em particular no que diz respeito aos animais de grande porte. Recorde-se que a África é o continente que tem os animais de maior porte da fauna terrestre do globo, sendo por isso, até hoje, o paraíso dos caçadores e a caçada ser um evento que requer preparativos especiais. Só lá é que se encontram os cinco animais de grande porte juntos, a que os ingleses chamam *the big five*, que são o elefante, o rinoceronte, o leão, o búfalo e o leopardo. Esta observação sobre a fauna, articulava-se ao registro, um pouco anterior, de que ele já havia caçado um leão. Esta foi uma clara referência que Galvão fez de si próprio, um caçador que, mais tarde e em colaboração com dois caçadores profissionais, escreveu a obra *A caça no império português*.

Mais adiante, a propósito de ter visto um branco, o Vasco perguntou se ele era inglês, ao que os pretos responderam que era branco, pelo que o Rodrigo anotou no seu diário que “trata-se por consequência de um português. Para os indígenas o branco era só o português. Os outros eram o *ingrez*, o *aremão*, etc”. (p.111) É interessante notar que a literatura colonial registrou esta particularidade, atribuindo-a aos indígenas das colônias portuguesas para quem o branco seria o português que civilizava e evangelizava.

Por sua vez, aproveitando uma parada na viagem, Rodrigo travou conhecimento com os cuanhamas descrevendo-os como “muito mais inteligentes e civilizados que os outros povos vizinhos”, [dominados ainda pelo] “espírito da aventura e da vagabundagem que assinala as raças gentias de mais poder”. (p.113) Tinha-se nesta frase uma interessante dualidade de idéias. A questão da civilização estava presente ao se afirmar que aquela raça era civilizada, mas ela o era em relação aos outros da raça negra e não usando como padrão a civilização européia. No entanto, apesar de serem menos incivilizados, ainda mantinham a característica de serem vagabundos. Esta adjetivação multi-preconceituosa negou o direito às diferenças, justificando as formas de trabalho compulsório defendidas sem péias por Galvão, conforme se verificou quando da análise do seu relatório sobre Huíla.

Seu discurso também destacou o papel dos missionários. No desenrolar do romance a expedição acampou ao fim da tarde ao lado de uma missão, aonde conheceram o padre Mateus que já aí estava há quarenta anos, durante os quais “assistiu e colaborou na evolução que levou a soberania de Portugal a todos os cantos de Angola e que transformou as antigas raças guerreiras e cruéis em povos nacionais e pacíficos trabalhadores”. (p.145)

Continuou então o protagonista da história: “O Padre Mateus não acredita que nenhum outro povo colonizador saiba tratar e fazer-se estimar pelo indígena como o português. Foi ele quem me disse: os nossos vizinhos são povos de mais recursos e não lhes falta nada. As suas missões não são pobrezinhas como as nossas, os meios materiais de atração que dispõem são incomparavelmente mais perfeitos e tentadores – mas eles não sabem!... Apesar de tudo, os indígenas preferem o nosso domínio ao deles, gostam mais de nós. Os próprios que vão lá trabalhar voltam sempre. E nestas regiões fronteiriças já há os que, quando vão ao outro lado, não se dão por cuanhamas, nem muhumbes, nem ganguelas – mas por portugueses!”. (p.146) Logo em seguida, ao ser perguntado por Rodrigo se a catequese dava bons resultados, portanto se ele tinha muitos pretos católicos, o Padre respondeu-lhe que eles “são como crianças grandes – às vezes umas adoráveis crianças – que mal começaram a entrar na idade da razão”. (p.146)

Multifuncional, a literatura de Galvão também ressaltava a questão das Missões portuguesas serem pobres e mal apetrechadas, ao contrário das estrangeiras, o que poderia ser um perigo para a soberania nacional por elas poderem instigar os indígenas contra Portugal, sobretudo nas áreas de fronteira. Este já havia sido um assunto levantado por Galvão quando ele foi governador da Huíla.

Uma segunda idéia de igual relevância era a concepção binária europeus/africanos apresentada ora como civilizados/selvagens ora como adultos/crianças grandes que, desde o século XIX, servia de base para a idéia de *população*.⁴⁷ Esta noção era corrente nos sistemas coloniais, constituindo-se em um importante aspecto para que fossem legalmente institucionalizados os instrumentos que permitiam uma paridade entre hierarquização social e *ordenamento das raças*.

O desenrolar da aventura seguiu narrado pelo Rodrigo, se bem que já não como diário, mas como havia começado no início do romance, a respeito de um episódio em que os dois aventureiros auxiliados por Mandobe, perseguiram um indígena da raça *mucancala* acabando por o apanhar. Ao fazer a descrição deste, Rodrigo disse que ele “era uma espécie de animal bravo”, (p.185) acrescentando que “a sua expressão anatômica oscilava entre a do homem e a do símio”.(p.185) Completando em seguida a descrição do negro, segundo os sistemas classificatórios que articulavam raças e preceitos morais afirmaram: “se realmente é de admitir que o homem descende do macaco e se as certezas científicas de Darwin são mais alguma coisa do que as habituais fantasias duma Ciência, que todos os dias nega o que ontem afirmou para dar lugar a uma nova afirmação, os *mucancalas* representam, dentro dessa verdade, o ser de transição – uma espécie de característico marco miliário do grande caminho que vai do gorila ao homem apurado da Europa”. (p.185) Esta observação, ainda que não fosse apresentada como verdade inquestionável, era típica de uma mentalidade que vinha desde meados do século XIX, própria do darwinismo social, em que o negro estava em uma fase intermediária entre o homem pré-histórico e o civilizado.

⁴⁷ CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: CEAQ/EDUFBA, 2004, p. 107.

Rodrigo continuou a contar a sua aventura que, entretanto, virara desventura por não conseguir alcançar o almejado vélo d'ouro. Quando no seu regresso ao acampamento os dois primos verificaram que tinha desaparecido tudo o que haviam deixado com os auxiliares negros, levou-o à conclusão de que tal acontecera “ou porque os amedrontasse uma longa espera, ou por espírito de rapina, tão vulgar entre o gentio”. (p.235) Esta idéia, amplamente disseminada, de que o negro era “ave de rapina”, foi uma das que mais contribuiu para a criação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, assim como a idéia de que ele era indolente e vagabundo, de resto aliada à anterior, contribuiu para a criação do Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas.

Ressalte-se que, uma vez mais os indígenas foram apresentados como partes de uma população homogênea do continente africano, uma pré-noção ocidental, eurocêntrica, à qual se articulava o racismo. Henrique Galvão construiu, uma vez mais, uma relação unívoca de dominação entre o “nós” (portugueses) e os “outros” (os africanos).

Regressados à Umpata, o Rodrigo conheceu o Álvaro, compadre do seu primo Vasco, o qual lhe resolveu mostrar a sua fazenda, dizendo, a certa altura, referindo-se aquelas terras, que “é um portento como tudo nasce e se dá nestas terras!” (p.248) Esta idéia da fertilidade da terra, que portanto a tornaria uma terra promissora e de futuro, já vinha desde o tempo dos Descobrimentos, sempre documentada nas crônicas dos que acompanhavam as expedições para as registrarem, sendo a mais conhecida delas a carta que Pêro Vaz de Caminha escreveu ao Rei D. Manuel I, quando da descoberta do Brasil. Note-se que, quer no comentário do Álvaro quer na carta de Caminha, o mote foi o mesmo: pode-se plantar tudo o que se quiser que tudo vingará. Por outro lado, dentro deste romance, a intenção daquela observação foi de pura propaganda para atrair emigrantes para colonizarem Angola que, tal como o havia sido Brasil, era apresentada como a terra do futuro.

Uma vez que a procura pelo vélo d'ouro falhara, Rodrigo resolveu estabelecer-se em Angola, pois na verdade, como dissera o Vasco ao referir-se à sua propriedade, “aqui é que está o ouro”. (p.252) Na verdade o que o autor, nas

palavras do Rodrigo, salientou, foi que o Eldorado existia, mas nele não havia ouro. A riqueza estava na terra, até porque esta era perene ao passo que o ouro não o era. No entanto, antes de se estabelecer em definitivo em Angola, o Rodrigo precisava ir à Metrópole para se casar com a sua amada Luisa e trazê-la com ele, para que os dois pudessem construir uma vida nova. Porém, ao chegar a Lisboa ficou a saber que a sua Luisa se casara com outro e, após se refazer do choque, decidiu voltar para Angola e cuidar do seu futuro.

No dia do regresso para Angola, quando o paquete Niassa zarpava de Lisboa,⁴⁸ Rodrigo comentou que nele havia “a unidade espiritual duma Pátria que está na Europa e na África”. (p.269) Logo a seguir acrescentou que “há mais de quatro séculos que as multidões se renovam à beira do Tejo, para chorar por aqueles que vão para a África e (...) aquelas faces descompostas e a grande paisagem dolorosa das lágrimas eram ainda a herança sentimental de quatrocentos anos, através dos quais o sentido dessa unidade de Pátria se tinha formado”. (p.269) Existiam, nestes comentários de Rodrigo, duas idéias que se complementavam: os portugueses desde há quatro séculos que saíam do Tejo para a África, fazendo com isso a ligação entre os dois continentes que formavam uma só Pátria; e ele, Rodrigo, era a continuação natural desse processo iniciado no século XV, mais um dos que “entre gente remota edificaram Novo Reino, que tanto sublimaram”, como disse Camões em *Os Lusíadas*. (Canto I, estância 1) Além disso, também estava presente a idéia gradativamente reforçada de que a Pátria era una e indivisível. Por fim, de novo em terras do continente africano, mas portuguesas, casou com a Estela, que ele havia conhecido quando da sua aventura, e constituiu uma família nova naquelas terras paradisíacas, como se de um novo Adão e uma nova Eva se tratassem.

Como se pôde verificar, este romance tinha uma função lúdica, subsumida em uma propaganda de um projeto ideológico que ressaltava a integração cultural e nacional do Império Colonial Português. Em outros termos: Portugal tinha direito histórico sobre os territórios africanos; o Império era uno (neste sentido a noção de Império se confundia com a de Nação); o mito do Eldorado, tão importante para Portugal e os portugueses, resignificado, apresentava Angola como uma terra de

⁴⁸ É interessante notar que a maioria dos paquetes portugueses tinha nomes que lembravam as colônias, tanto que o Rodrigo fora para Angola num paquete com o mesmo nome da colônia.

futuro, tal como o Brasil o fora quatrocentos anos antes. Decididamente e sem qualquer sombra de dúvida Angola era a nova “jóia da Coroa”.

Partilhando essa mesma perspectiva, em *O sol dos trópicos*, Galvão também ressaltou a importância de um sentimento nacional constituído por uma relação orgânica entre Portugal e o seu Ultramar em África.

Neste romance o protagonista, Venâncio, desiludido com a vida, e sem perspectivas de futuro e decidido a acabar com a vida, resolveu partir para Benguela, pois este era um lugar insalubre e perigoso aonde se poderia morrer por doença ou às mãos dos pretos. Ao lá chegar travou conhecimento com dois *funantes*, homens que faziam comércio com os pretos do mato com o intuito de os enganarem e de enriquecerem com rapidez, que lhe propuseram negócios duvidosos em função de encontrarem um cemitério de elefantes. Venâncio partiu na empreitada com eles, mas sempre reprovando as suas atitudes em relação aos pretos, até descobrir que os *funantes* queriam eliminar quem sabia onde ficava o lugar do cemitério de elefantes, com o que ele não concordava, sendo então abandonado à sua sorte no meio da serra da Chela.

Conforme se pôde verificar, neste romance Galvão continuou a fazer uso do seu conhecimento de Angola, mas agora em vez do protagonista representar aquela raça lusíada, desbravadora e construtora do Império, ele representava os que pensavam que a África era uma terra de desterro sem as mínimas condições de vida, além de mostrar a presença dos que eram os culpados da má fama que a colonização portuguesa tinha, por considerarem que o que interessava era explorar o preto.

Uma vez abandonado ao acaso, Venâncio viu-se obrigado a lutar pela sua sobrevivência até encontrar um preto da raça *mucubal*, o N´Tuba, com o qual estabeleceu uma relação de amizade e de troca de conhecimentos. Venâncio começou a ver a sua vida de um outro modo e desistiu dos seus planos de morrer, decidindo criar raízes na sua nova morada. Com o tempo, o aventureiro vai conhecendo o resto da família de N´Tuba, tornando-se o chefe de todos eles, até se ver envolvido em uma confusão com os *funantes* que havia conhecido, o que o levou a resgatar uma branca, a Marta, com quem se casou e constituiu família.

De algum modo, Galvão sugeriu uma versão moderna, com propósitos bem definidos, da história de Robinson Crusoe, mostrando que qualquer homem pode aproveitar e transformar a natureza em seu benefício próprio. Ao mesmo tempo restaurou o mito do “bom selvagem” de Rousseau, mostrando que os indígenas eram naturalmente bons e que eram os brancos quem os transformavam em seres ruins. Toda esta fábula moderna por ele escrita servia para mostrar que se podia viver perfeitamente em África, mesmo no meio do mato, e que o indígena, desde que bem ensinado e orientado pelo branco, era útil e confiável. Além disso, a fertilidade da terra oferecia tudo o que era necessário para se viver bem. Uma vez mais estava presente a idéia de que a África era um paraíso e que quem para lá fosse poderia começar uma nova vida.

Em seguida, tal como se fez em relação ao romance *O vélo d'ouro*, propõe-se fazer uma análise comentada acerca de como a África e os africanos eram concebidos pelos portugueses, por meio dos diálogos, dos pensamentos e das observações dos personagens que apareceram ao longo do romance. Também serão destacados os pontos relevantes para propagação da ideologia do Estado Novo, cujo intuito foi o de criar uma mentalidade colonial e imperial.

O romance não começa pela ordem cronológica dos acontecimentos, mas sim a partir do momento em que Venâncio foi abandonado sozinho na serra da Chela. Nesse momento, ao fazer a análise da situação em que se encontrava, referindo-se à África, ele, em tom confessional, disse que “sempre a tinha imaginado assim: bravia e emaranhada, coberta de florestas palpitantes, de mistérios, ardente e dominadora”. (p.9) Esta era a imagem mais comum que a maioria dos europeus tinha do continente africano, até porque a grande parte dos livros sobre a África passava essa imagem.

Venâncio começou a relembrar a sua vida e os acontecimentos que o tinham levado àquela situação, criticando o compadrio e as manobras de bastidores que se faziam na política, as quais, de certo modo, o tinham levado a agora se encontrar em Angola no meio da selva. É certo que esta crítica aos políticos presente nas palavras do Venâncio era, na verdade, a voz de Galvão, que tinha um desprezo notável pela maioria dos políticos. Relembrou então a empresa que tinha aberto com

um amigo, cujo futuro se tornara promissor, até ele se ter enfeitado por uma mulher que “era um conjunto estranho, quase paradoxal, de anjo lírio e de mulher ardente”, (p.36) que o levou à ruína e, finalmente, a sua decisão de morrer ou “de estoirar”, (p.46) que foi quando pensou em ir para a África a fim de cumprir essa decisão.

A alternativa de partir para o continente africano se deveria à idéia que o Venâncio tinha deste: “A África era então, para mim, pouco mais que um nome do que um nome a que correspondiam idéias de crueza e barbárie. Meu pai falava-me dela, era eu rapazola, por via de um irmão que lá se finara com febres malignas, e de um parente, missionário, cuja história terrível se contava, acabara às mãos dos pretos. Mais tarde ampliei os meus conhecimentos e impressões sobre o continente negro – nome que só por si era um *papão* de crianças – quando soube o que eram degredados e qual era o seu destino. Lera a História Trágico Marítima, em certo dia de desfastio, e conhecia de vista dois ou três africanistas, que eram magros e enfermiços, e que traziam livôres de bÍlis a nadar nas escleróticas. Quer dizer: Do que lera e do que me fora dito em fugazes conversas, acerca de África, colhera, como impressão geral, a de ser feio continente inóspito e tórrido, onde morria em maus lances ou agressões do clima a maioria dos que o tentavam”. (p.47)

A idéia que sempre existiu sobre a África, no consciente coletivo da grande maioria das pessoas, foi a de que ela tinha um clima inóspito e cruel que dizimava a maioria dos que para lá iam e, ainda, de que era habitada por negros selvagens e antropófagos. De resto Galvão insurgia-se com esta imagem de África pois, dizia que o Brasil também era assim quando do seu descobrimento, só que a grande diferença foi que este começou a ser desbravado e colonizado pouco tempo após a chegada dos portugueses, ao passo que só se começou a pensar seriamente na colonização das colônias africanas continentais a partir de meados do século XIX, e mesmo assim só em Angola. Menos por um impulso crítico do que por desencanto potencializado pela perda do Brasil, para agravar a imagem negativa da África, no caso de Angola, ainda havia que se considerar que, durante três séculos, tinha sido um dos principais territórios de tráfico negreiro, além de ser para lá que iam os

condenados pelos piores crimes ou por razões políticas, portanto era uma terra de degredo.

Aliás, como dizia Eça de Queiroz em uma crônica de 1871 sobre as colônias portuguesas, a Metrópole só enviava para as colônias aqueles que “pelo menos, tenham sondado, com uma navalha de ponta, as entranhas de um amigo querido”.⁴⁹ Por isso era fácil de imaginar, pelo menos na cabeça do Venâncio, que indo para lá encontraria uma morte rápida.

Uma vez decidido a *estoírar*, segundo as suas próprias palavras, ele comprou um bilhete de navio para dez dias depois da tomada da sua decisão, aproveitando este interregno de tempo para ir visitar a sua terra natal na Beira, pois “no fundo, inconfessadamente, esperava uma reação, um abalo que me despertasse, um acontecimento sentimental que me trouxesse novamente o amor pela vida”, (p.49) mas essa viagem às origens teve o efeito contrário e “saí dali mais alagado de pessimismo”. (p.57) Partiu e ao chegar “a terra que avistava do navio não me surpreendeu: calcinada e feia, a torrar sob um calor de fornalha, correspondia a uma idéia feita na minha imaginação”. (p.60) Note-se que o que ele viu correspondia mais ao que ele queria ver, fruto do seu estado de espírito e de uma imagem negativa pré-concebida de África.

No seu primeiro passeio pela cidade de Benguela, após o desembarque, Venâncio reparou que alguns trechos das ruas eram “igual a retalhos portuguesíssimos de muitas cidades e vilas do baixo Alentejo, em Agosto calmoso”. (p.61) Na continuação do passeio “habituei-me rapidamente ao cenário e também não estranhei, durante muito tempo, os negros de pele brunida pelo suor e os brancos indumentados como convinha sob quarenta graus à sombra – únicas notas diferenciais de cenários e de gentes que já vira na Metrópole, e que eu sentia e via tão iguais a mim e a mais cinco milhões, como se os encontrasse em Valença ou Beja”. (p.62)

Note-se que, a exemplo do que aconteceu em *O vélo d'ouro*, o protagonista sentiu-se como estivesse em qualquer cidade da Metrópole, assim como a primeira estranheza em relação aos negros pela sua indumentária, também foi passageira.

⁴⁹ QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre*. QUEIRÓS, Eça de. *Obras*. Porto: Lello & Irmãos, [s.d.]. v.3.

Esta idéia recorrente que Galvão utilizou nos dois romances, como aliás nos seus escritos de natureza política conforme se viu anteriormente, tinha dois objetivos. O primeiro era o de atrair portugueses para as colônias, apresentando-as como muito semelhantes à sua terra natal. O segundo era afirmar, uma vez mais, que não havia distinção entre Nação e Império, já que fosse a Metrópole fossem as colônias, tudo era Portugal. Quanto ao terceiro, expressando como natural o fato de brancos e negros andarem juntos na rua vestidos de maneira diferente, acenava para um único país que acolhia as diferenças e era multiracial.

Como não tinha meios de subsistência, o Venâncio tinha que arranjar um emprego, o que de imediato o fez. Assim foi contratado por um comerciante local para ir até Vila Arriaga, no interior, levar fazenda e bugigangas para os *funantes* negociarem com os indígenas. Uma vez em Vila Arriaga, o Venâncio conheceu dois *funantes*, cujo aspecto físico lhe pareceu “umas vezes troféus expressivos da África em que se morre, outras vezes agentes típicos da África que mata”, (p.79) que lhe falaram “da existência dum cemitério de elefantes – portentosa mina de marfim – capaz de enriquecer uma dezena de homens ambiciosos”. (p.83) A imagem sinistra, tanto física como moralmente, dos que se aventuravam ou viviam no mato, em particular dos *funantes*, sempre existiu e, mais uma vez, ligada a estes por serem quem negociava marfim com os indígenas, enganando e explorando-os despidoradamente.

O próprio Galvão, quando governador da Huíla, distrito onde se passou a história de Venâncio, tentou coibir os abusos destes negociantes faziam. No que diz respeito ao cemitério de elefantes, era uma lenda que sempre correu pela África afora, por causa da riqueza que o marfim representava. Um dos acontecimentos mais excitantes, perigosos e procurados em África pelos europeus, era a caçada, em particular a do elefante, também pelo que representava, quer em termos de prestígio para o caçador, dado o porte do animal, quer em termos econômicos pelas suas presas. Daí a lenda de que havia um lugar onde os elefantes morriam e que tornaria quem o descobrisse, o dono de uma grande fortuna. Esta lenda pertencia, e ainda pertence, ao imaginário português sobre a África, que Galvão como caçador

conhecia muito bem. Por isso incorporou a lenda ao seu romance, procurando cativar o leitor e, sobretudo, mais emigrantes para Angola.

Resolveram então os dois *funantes* oferecer ao Venâncio parceria na empreitada, partindo todos para o interior para *funarem* e procurarem o dito cemitério. Um dia após a partida, na primeira parada para *funarem*, Venâncio ficou de lado a observar os dois negociantes, assim como os indígenas, quando viu aproximarem-se umas pretas que "eram hediondas, com suas tetas flácidas como peúgas no estendal, os cabelos a pingarem gorduras fétidas, as bocas grossas e bestiais, de beijos carnudos e entumescidos". (p.96)

A maioria das descrições dos indígenas, feitas por europeus, sempre mostrou uma imagem animalesca daqueles. Por norma, eles eram apresentados como seres que ficavam entre o macaco e o homem, como se fossem o elo de ligação entre ambos. Daí uma das razões porque se considerava o negro como um adulto infantilizado, pois a sua evolução mental ainda não havia se completado.

A narração retornou ao ponto em que começou e o protagonista deixou de relembrar o seu passado, começando então a contar a sua odisséia para sobreviver só no meio do mato.

Após a primeira fase de reconhecimento do terreno e de adaptação, Venâncio acaba por salvar a vida de um *mukubal*, o N'Tuba, que havia sido atingido por um tiro de espingarda de um *funante* e a quem haviam roubado o seu gado. Ele comentou que "aquela raça" era de homens esquivos e bravios, rebeldes por natureza, que não admitiam se sujeitarem a ninguém, tanto que nem tinham *soba*, viviam do pastoreio e eram nômades, não recenseados e por isso não pagavam impostos.

No que se refere à menção feita sobre os impostos tornou-se evidente a predominância do Galvão administrador sobre o romancista premiado por sua literatura colonial. Quando da sua experiência como governador da Huíla, ele havia insistido na importância que representava o pagamento de impostos por parte dos indígenas. Tanto ele pensava o quão importante isso era, que uma das razões por ele apresentadas para que o indígena fosse compelido a trabalhar foi para que este pudesse pagar os seus impostos. Aqui se tem como este romance, mais uma vez,

servia de propaganda para a política colonial portuguesa, neste caso dando ênfase a como havia indígenas que não cumpriam os seus deveres para com a administração colonial.

De resto, na continuação da narrativa, Venâncio continuou demonstrando o seu conhecimento etnográfico ao falar sobre algumas raças indígenas. Disse ele: “o roubo é para os *mukubais*, uma pratica nobre. O seu afastamento dos brancos – a sua independência – permitem-lhes conservar costumes que em outros tempos eram comuns a todas as raças do sul de Angola. Também os *cuanhamas* e os *muumbes*, antes da ocupação do branco, viviam em perpétuas pugnas que tinham por objetivo o roubo”. (p.150-151) E mais adiante, confirmando esta informação, ao referir-se à vergonha que N’Tuba sentia por lhe terem roubado o seu gado, afirmou: “para ele era tão nobre e gloriosa o ato de roubar, quanto era humilhante e vergonhosa a situação de roubado”. (p.153)

No seguimento da história, Venâncio referiu-se à sua relação de amizade com N’Tuba e à confiança deste nele, dizendo que o indígena “deixara desenvolver-se em si aquela doce torrente de gratidão que tão bem nasce e corre nas almas dos simples e de certos animais”, (p.154) assim como uma admiração pelas suas “sabedorias de civilizado”, (p.154) causadas por “certas pequenas coisas desta medicina comum em que todos somos médicos e que ao bestunto dos negros assomavam como obras máximas de feitiçaria”. (p.154) Neste conjunto de observações estavam reunidas as principais idéias preconceituosas em relação aos africanos: que eles eram tão primários que estavam mais perto dos animais que dos homens em termos de raciocínio; que eram selvagens; e que por serem muito limitados intelectualmente tudo o que não compreendiam pensavam que fosse feitiçaria. Aliás, quanto ao fato de serem selvagens, o narrador não deixou qualquer dúvida quando, para demonstrar que estava agradecido ao indígena, afirmou “maiores serviços correspondentes devia eu ao bom N’Tuba, por via de auxílio que me trouxeram as suas artes de selvagem”. (p.154)

Ainda seguindo este raciocínio, todo ele decalcado em um darwinismo social, de que o preto reage por instinto e não pela razão, Venâncio contou que, quando de manhã ao se levantar encontrava o negro ao lado da fogueira, ele “sorria-me de

longe – num sorriso triste e bom – e levantava-se como os podengos fiéis que, de manhã, saúdam os donos: com alegria sã e amiga”. (p.162) Aqui a comparação vai quase ao extremo, pois comparava o negro a um animal de estimação.

Na verdade estas últimas idéias ora apresentadas estavam bem arraigadas na maioria dos europeus e, no caso dos portugueses, desde longa data, por este terem sido os primeiros a contatar o continente africano durante o processo de roedura do mesmo, dando início ao tráfico negreiro para o Brasil. Aliás, o tráfico e a sua justificação ideológica, ajuda a compreender o porquê do preconceito e da discriminação racial como prefiguração própria do imperialismo dos fins do século XIX.⁵⁰

Um dia N´Tuba desapareceu subitamente, voltando a aparecer mais tarde, mas desta feita acompanhado da mãe, da mulher e de um sobrinho, que no primeiro contato ficaram desconfiados do branco. No entanto, a mãe logo se mostrou receptiva e “entreabriu os beiços hediondos num riso aberto, em que não luziam dentes, e bateu as mãos, grunhindo umas palavras que, naturalmente não entendi”. (p.172)

Convém notar que, todas estas referências ao caráter animal e selvagem do indígena banalizavam as diversidades com a função de salientar a heróica e imperiosa missão dos portugueses emigrarem para a África.

Com o andar do tempo cada vez mais *mukubais* apareciam e havia uma breve hesitação no primeiro contato, “mas logo o gelo se desfazia – e pouco depois, senhorialmente sentado à porta da minha cabana, com os negros acorados em volta, dava audiência”. (p.179) O branco ficava sentado senhorialmente, à porta da sua cabana, com os negros acorados em volta, isto é em posição de submissão, decidindo quem fazer o quê.

Lembrando-se que também este romance de Galvão tinha um claro pendor propagandístico do colonialismo português, não era de admirar que destacasse uma vez mais a inferioridade do africano. Uma estranheza frente a este levava à literatura colonial representações nas quais as diferenças eram sinônimos de desigualdades. Esta característica esteve presente ao longo do desenvolvimento da trama.

⁵⁰ O racismo como prefiguração dos totalitarismo faz parte das análises de ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo...*, op. cit. p.147-338.

Em uma saída para caçar, Venâncio e N'Tuba encontraram um branco velho muito ferido que era carregado por pretos. Enquanto estes explicavam ao N'Tuba o que se havia passado, “apenas compreendi que a história o impressionava e que bulia com os sentimentos dele, tão feridos e susceptíveis, que os beijos lhe tremiam”, (p.185-186) então como ninguém parecia importar-se com o velho “fui-me a ele – ao homem da minha raça – cuidando-o morto ou moribundo”, (186) mas na verdade ele estava vivo e “corria-lhe da comissura dos lábios (...) um fio aguado de sangue”. (p.186). Este excerto serve para melhor se compreender como funcionava a dualidade de critérios em relação à descrição dos personagens nos romances coloniais: os negros eram pretos, já os brancos eram os “da minha raça”; e, enquanto os negros tinham beijos, os brancos tinham lábios.

Esta discrepância tanto na descrição dos personagens como um todo, como das suas características particulares, eram naturalizadas e perfeitamente aceitas, reforçando características raciais e articulando-as a um conjunto de adjetivações que conferiam uma pretensa legitimidade ao mando europeu. O mesmo se poderia dizer em relação ao constante apelo da superioridade do branco sobre o negro, assim como da autoridade daquele sobre este. Tanto assim o era que, no seguimento da história, com o velho ferido, Venâncio pediu ao N'Tuba para o levarem e ninguém o escutou, pelo que “repeti o apelo em voz de comando”,(187) o que fez parecer “que subia em mim o sentimento de autoridade inerente à superioridade da minha raça”,(187) sendo que “os pretos obedeceram”. (p.187) De notar que o que dava a superioridade era o ser da raça branca e não se duvidava que os indígenas obedecessem.

O velho, de nome Mateus, era um caçador que deveria saber do tal cemitério de elefantes. Ele havia sido quase morto pelos dois *funantes* que também tinham largado o Venâncio na serra da Chela. Ao saber que este também fora enganado pelos *funantes*, propôs-lhe sociedade para irem então procurar o marfim e, segundo contou ao Venâncio, enquanto conversavam sobre o assunto, “as pretas catavam-se à chapa do sol”. (p.209) Esta observação aparentemente descritiva de uma situação encerrava dentro uma visão consolidada que o branco tinha de que o negro era um animal, pois só este é que se catava, uma vez que os humanos se coçavam, além

do que os animais quando se catam é para tirar do seu corpo pulgas ou outros parasitas.

Entretanto, N'Tuba, pelo sucedido com o Mateus, calculou que os dois *funantes* estariam por perto e saiu à sua procura, encontrando-os em uma fazenda a jantar com o gerente desta, o Narciso, a sua mulher Marta e mais dois capatazes da lavoura. Realizou então um ataque à fazenda queimando-a, matando um dos *funantes* e capturando a mulher, mas deixando fugir os outros. No entanto, Venâncio só ficou sabendo da história pelo Narciso, duas semanas depois. Também ficou sabendo que a Marta tinha sido levada cativa e oferecida ao Mufangondo, um poderoso proprietário de marfim que era muito rico e respeitado por todos os *mukubais*. O Narciso pediu ajuda ao Venâncio para salvar a Marta, o que este recusou pela amizade daquele com os funantes. No entanto, ficou a matutar no assunto e assomou-lhe “um sentimento de piedade pela criatura da minha cor, que imaginava sofrendo horrores – talvez, também, uns vagos pruridos de dignidade de branco, que se não conformava com a sujeição imposta por negros”. (240-241)

Neste pensamento do narrador nota-se que o problema da cor apareceu de modo explícito articulado a um nítido desprezo pelos seus valores, crenças e costumes, tidos como aspectos próprios de seres desprezíveis. Tanto que a dignidade era uma adjetivação apenas do branco, mais uma razão para ser inadmissível que este ficasse sob a sujeição do negro. Além disso, havia a possibilidade de a branca estar a ser seviciada pelos negros, salientando que estes agiam pelo instinto animal. Portanto, impunha-se dominá-los.

Ao levar em consideração que a supremacia do branco não podia ser ameaçada pelo negro, o Venâncio e o N'Tuba partiram para resgatar a Marta. Uma vez chegados ao “antro do Mufangondo”, (p.288) Venâncio deparou-se com um velho enorme “todo babado por um sorriso hediondo”, (p.288) rodeado “de utensílios bárbaros de aspecto sórdido”. (p.288) Note-se que a maioria das descrições físicas dos negros, do meio onde eles vivem e daquilo que os rodeia, é sempre feita recorrendo a adjetivos e a expressões de caráter pejorativo, com a utilização de um conjunto de preconceitos. Por sua vez, eram dissolvidas as tensões existentes neste *encontro* que era dos que tinham e dos que não tinham cultura, justificando as

mudanças impostas. Consegue então o Venâncio curar o Mufangondo de um problema que tinha na vista, o qual como uma das formas de agradecimento o autorizou a levar a Marta consigo, libertando-a do cativeiro. Uma vez regressados ao povoado onde vivia o Venâncio e estando este já ciente que a Marta afinal não era de fato mulher do Narciso, além de que ela não queria voltar para este, devido ao modo como era tratada, eles decidiram casar-se e constituir uma família nos moldes portugueses.

Do mesmo modo que em *O vélo d'ouro*, o autor, neste romance, deixou a mensagem de que a África, neste caso mais preciso a região da Huíla, em Angola, era uma terra passível de ser transformada. Não só era uma terra de futuro, como também era Portugal, pois pertencia ao Império, que era uno e indivisível. Assim sendo, reforçava que eram os próprios portugueses de Portugal, os principais destinatários destas obras de literatura colonial.

Conforme se pôde verificar, após a análise dos dois romances, estes tinham, a função de distraindo, fazer a apologia do colonialismo e a sua respectiva justificação em valores absolutos. No caso dos romances analisados, eles contavam com um forte apelo institucional, tanto que foram agraciados, respectivamente, no primeiro e no segundo concursos de literatura colonial. Quanto à função doutrinária de ambos, faziam parte de aglutinantes ideológicos como as exposições universais e coloniais. Aliás, a de 1934, na cidade do Porto foi organizada por Henrique Galvão. Os valores que transmitiam, convergiam para a essência da portugalidade, isto é, para a característica específica de Portugal, pequeno como território europeu, mas grandioso enquanto império.

Enfim, esta portugalidade que dizia respeito a um “nós” e ao “outro”, também significava estar consigo próprio. Neste sentido, apresentava-se como grande o regime político português implantado em 28 de maio de 1926, restaurador da ordem, dos valores e da missão histórica de Portugal perante o seu povo e o mundo. Este último ponto é de extrema importância e, nos romances, está bem presente pela caracterização de um nacionalismo exacerbado em torno da constante citação da história do país, recorrendo aos grandes feitos e aos heróis do passado, o qual era característico dos regimes ditatoriais da época. Assim os romances, apesar de

criticarem pontualmente o modo como a política colonial era exercida, não deixavam de apoiá-la, espelhando toda a ideologia própria do regime político vigente.

Em função do exposto convém verificar quais os pontos em comum de ambos os romances e que os caracterizam como exemplos da literatura colonial portuguesa, não só por se referirem ao imperialismo colonial dos fins do século XIX, mas, em particular, por apresentarem uma estética própria. O primeiro ponto em comum é a visão eurocêntrica, cuja premissa principal era a de que os europeus representam a civilização e os africanos a selvajaria. O segundo, imediatamente atrelado ao anterior era o de que carecia educá-los, pelo que a presença branca no território era indispensável para que se cumprisse em um ambiente físico repleto de adversidades, o verdadeiro “o fardo do homem branco”, a qual se tornou o símbolo máximo da colonização.

Um outro ponto é o dos protagonistas serem obrigatoriamente brancos a quem os indígenas se submetiam *naturalmente*, assim como as descrições físicas dos negros serem sempre feitas de modo a identificá-los com animais, selvagens ou domésticos, pelo uso de expressões que revelavam imagens depreciativas. Os indígenas também eram tidos como *crianças pequenas e irresponsáveis*, pelo que necessitam da orientação do branco para aprenderem a se comportar adequadamente, além de pensarem e de se converterem à fé católica. Estes pontos comuns entre os dois romances de Galvão perpassavam por quase todos os romances coloniais, reforçando um saber colonial.

Pelas obras aqui analisadas verifica-se que, em ambas, existia um recorrer constante à História de Portugal, em particular ao período áureo dos Descobrimentos, como forma de exaltar o espírito desbravador e colonizador dos portugueses. Em outros termos: a Era dos Descobrimentos manteve vivas as conquistas dos portugueses reiterando a relevância da gênese do processo que marcou Portugal nos seus encontros com as regiões colonizadas em África.⁵¹ Além da evidente glorificação do passado como forma de exaltar a Nação portuguesa, os

⁵¹ Esta crença explica inclusive a escolha dos Oceanos como o grande símbolo das comemorações da Expo 98. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Brasil – Plataforma Atlântica de Portugal na Europa”. In: *Lusíada* Revista de Ciência e Cultura. Série de Relações Internacionais, Universidade Lusíada do Porto. Porto: Edição do Departamento de Relações Internacionais da Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada do Porto. 2001. p.161-176.

romances tiveram como fim específico o despertar no povo a vontade de emigrar para as colônias em função da celebrada missão histórica aliada ao mito da Herança Sagrada.

Por outro lado, as possessões africanas faziam sempre lembrar a Metrópole pela riqueza da terra e pelo clima. Esta imagem que apareceu repetidas vezes tinha a função ideológica de ressaltar que não importava o continente onde o português se encontrava, Europa, África ou Ásia, ele sentir-se-ia sempre como se estivesse na sua terra de origem.

Um outro ponto importante comum aos dois romances foi a coragem e a determinação com que o protagonista se adaptou e interagiu com um ambiente que, em princípio, lhe seria adverso. Finalmente, as duas aventuras foram narradas com um estilo épico, o que estava de acordo com os fins político e ideológico a que se destinavam.

Há que se ter presente que o romance colonial, pelo fato de ter fins explícitos em termos de justificar a dominação em nome de uma superioridade física e intelectual, sempre foi considerado um gênero menor, quase uma não literatura na medida em que tinha como natureza louvar a metrópole e a colonização, destacando o espírito aventureiro, o heroísmo e o grande espírito de missão. Também reforçava o par dicotômico “Nós” e os “Outros” enquadrando-o em uma perspectiva fortemente maniqueísta.

Quanto à questão do fim a que ele se destinava, há que se levar em consideração a conjuntura histórica em que o mesmo foi escrito. Ancorava-se em um saber colonial, mas apresentava as suas particularidades, não se confundindo com os relatos de missionários (em particular os Memoriais), a literatura de viagem, relatórios, entre outros, de administradores, além de uma antropologia colonial portuguesa que se desenvolveu muito lentamente.⁵²

Na realidade, os romances coloniais em Portugal, durante anos a fio, muito em especial os de Henrique Galvão, povoaram a imaginação de gerações de portugueses, ajudando a manter em Portugal a ilusão da existência de um império centenário, além de uma mentalidade colonial, que até hoje ainda persiste em

⁵² GALLO, Donato. *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Ed. Heptágono, 1988.

muitos portugueses, em particular nas gerações que nasceram até meados da década de cinquenta do século XX. Mesmo quando Galvão passou de arauto do regime do Estado Novo (embora crítico do modo como a política colonial era aplicada) para a oposição frontal e ativa ao mesmo, os seus livros não foram retirados de circulação e continuaram a ser lidos pelos portugueses, pois a sua obra apresentava uma visão própria do modo português de estar no mundo.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos entre 1926 e 1936 apresentaram-se como paradigmáticos para a compreensão do funcionamento dos aparatos administrativo e jurídico, estabelecidos na seqüência da ocupação efetiva dos territórios africanos, como partes constitutivas do império português. Sempre mediados pela relação entre cultura e império foram legalizados os mecanismos de recrutamento e o exercício das formas de trabalho compulsório e da cobrança de impostos.

Nesse contexto as instituições garantiam a difusão de um pensamento constituído por diversas dimensões: sociais, políticas, morais e éticas, entre outras, que expunham a natureza e o sentido da colonização portuguesa naqueles anos.

Por sua vez, a ideologia imperial reiterava uma legitimidade histórica auto-atribuída a Portugal pela sua experiência marítima e pelos Descobrimentos. Também integrava os mitos fundadores da Herança Sagrada e do Eldorado, resignificados em torno de alguns aspectos de clara continuidade. Assim, o português, mais do que um povo eleito era o povo de Cristo que tinha a missão sagrada de levar o cristianismo, pela ação missionária católica a todos os recantos império.

Articulada a uma dimensão heróica estava a busca por um Eldorado que por ser fictício podia ser encontrado em qualquer domínio do império português. Podia se apresentar na forma de ouro, prata e pedras preciosas ou como terra fértil, que retribuiria com ricas colheitas aquele que enfrentasse o “fardo”. De uma ou outra forma, o trabalho recompensaria, ainda mais se fosse realizado pelos selvagens, para salvá-los da indolência e da frouxidão, fazendo que evoluíssem para um dia chegarem a ser homens civilizados. Também se incentivava o espírito aventureiro, desbravador, como qualidades inatas ao colono português.

Esses aspectos, tradicionalmente vinculados a um conjunto de valores considerados próprios de uma “mentalidade” portuguesa, foram apresentados como fundacionais para uma fusão entre Nação e Império, ideologia e uma história que legitimava o Estado.

Nesta pesquisa foi possível compreender que a prática política colocou questões ao pensamento estabelecido, sem acarretar rupturas, tanto que a ideologia imperial se manteve em seus fundamentos e se fortaleceu com o luso-tropicalismo, redefinindo o eixo da discussão da noção de raça para a idéia de cultura.

No entanto, o Relatório revelou um olhar atento em relação a vários aspectos. Não passaram despercebidas as dificuldades para o povoamento branco, a questão da falta de missionários portugueses, a instabilidade das fronteiras, ameaçadas pela Alemanha e pela Grã-Bretanha, nem os percalços (entre os quais o recrutamento, as formas de trabalho compulsório e a cobrança de impostos) e as dificuldades para governar terras distantes do centro do poder imperial. Também registrou a falta de eficiência dos administradores para práticas coloniais específicas em um mundo “não ocidental”. Salientou ainda que os aparatos administrativo e jurídico tinham quadros preparados que se valiam da falta de vigilância e controle das instâncias hierárquicas superiores. Essa foi uma tendência que se agudizou no correr do tempo, levando a desmandos cada vez maiores, um dos quais, o trabalho obrigatório, foi alvo de críticas contundentes de Galvão em 1947, na Assembléia Nacional, em Lisboa.

Nesse sentido, o *Relatório de Huíla*, revelou-se um importante documento, fornecendo um contraponto, interno ao próprio império na conjuntura de 1926 a 1936, que além de conter uma forma de domínio do Ultramar também continha uma visão integracionista de mundo, fundada em uma consciência moral e política própria de Portugal.

A questão era que, enquanto prática política específica era passível de alguma crítica, a ideologia imperial portuguesa (e a literatura colonial registra de forma clara) apresentava-se como verdade inquestionável em três fundamentos: a legitimidade dos Descobrimentos, os portugueses serem o povo de Cristo e a mestiçagem ser constituinte da democracia racial. É sabido, contudo, que esta, como nenhuma outra visão de mundo, tinha hegemonia e isto vale para qualquer império.

Assim, as obras consideradas neste estudo como documentos são culturais. Elas guardam uma relação umbilical com as iniciativas, mecanismos e instrumentos

próprios de um império como sinônimo de “mundo português”. Porém deixaram interstícios para questionamentos, alguns deles relativos às próprias raízes do império e à natureza da dominação. A contestação se fez presente e, de maneiras várias, tanto em Portugal como em Angola (e também em Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé), tendo na obra de Assis Júnior *O segredo da morta* (editado em folhetins desde 1929) ⁵³, um marco de passagem da oralidade para a escrita. Também se fez presente no periódico *O Ultramar* (1882) ⁵⁴ sendo uma voz angolense, ainda que com ambigüidades. Em outras palavras, foi nos desvãos da ideologia imperial que se ensaiou a cultura de resistência.

⁵³ CLARO, Regina. *Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935)*. Dissertação de Mestrado apresentada à área de História Social do Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

⁵⁴ *O Ultramar* No. 1 de 1 de Agosto de 1882. In: BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa, Veja, 1999.

VI. Referências Bibliográficas

Conferências

GALVÃO, Henrique. “Nacionalização de Angola” (conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de Janeiro de 1930); Lisboa: ed. autor

_____ *No Rumo do Império* (conferência proferida no dia da inauguração da 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Porto, Palácio de Cristal – 16/06/34);

_____ *A Função Colonial de Portugal – Razão de Ser da Nacionalidade* (conferência proferida no São João-Cine, do Porto, no dia 16 de Julho de 1934);

_____ *O Povoamento Europeu nas Colónias Portuguesas* (1ª conferência económica do Império Colonial Português, 1936);

Relatórios

_____ Huíla – Relatório de Governo -1929. V. N. Famalicão: Tipografia Minerva, s/d

_____ “Primeira Exposição Colonial Portuguesa – Relatório e Contas”(1934);

Romances coloniais

_____ *Em terra de pretos* (crónicas d’Angola). Lisboa: [autor], 1929.

_____ *O sol nos Trópicos*. Lisboa: Anuário Comercial, 1936.

_____ *O velo d’oiro*. 3. ed. Lisboa: Livraria Popular, 1931.

_____ *Outras terras, outras gentes (viagens em África)*. Porto: Jornal de Notícias, 1941. v. 2.

Outras obras

GALVÃO, Henrique, SELVAGEM, Carlos. *Império Ultramarino Português (monografia do Império)*. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1950. v. 1.

_____ *Império Ultramarino Português (monografia do Império)*. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1951. v. 2.

- _____. *Império Ultramarino Português (monografia do Império)*. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1952. v. 3.
- _____. *Império Ultramarino Português (monografia do Império)*. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1953. v. 4.

Livros e artigos publicados

- ABREU, Márcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Evangelização numa só colônia*. São Paulo: Cebrap, 1995. Mimeografado.
- _____. Geopolítica da mestiçagem. *Novos Estudos Cebrap*, n. 11, 1985.
- _____. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. v.3.
- _____. *Os sentidos do império: questão nacional e a questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- _____. *Velho Brasil, novas Áfricas – Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *Nova história da expansão portuguesa (vol. X) – o império africano (1825-1890)*, Lisboa: Editorial Estampa 1998.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de. *Páginas dispersas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – Cronologia: século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, v.2.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – Cronologia: século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, v.3.
- AMARAL, Ilídio do. Aspectos do povoamento branco de Angola. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.
- _____. Ilídio do. “Partilhas territoriais tradicionais e coloniais na África ao sul do Sara: jogos políticos africanos no rescaldo de Guerra de 1914-18”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*. III Reunião Internacional de História da África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Benedict. *Imaginate Communities*. Londres: Verso, 1983.

- ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ARANTES, Otília B.F.; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARENDT, Hannah. O Conceito de História. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão; (orgs.) *Brasil-Portugal: História agenda para o milênio*. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, FAPESP, ICCTI, 2001.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Brasil – Plataforma Atlântica de Portugal na Europa". In: *Lusíada Revista de Ciência e Cultura. Série de Relações Internacionais*, Universidade Lusíada do Porto. Porto: Edição do Departamento de Relações Internacionais da Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada do Porto. 2001. p.161-176.
- AZEVEDO, José Lúcio de. *Novas epanáforas: estudos de história e literatura*. Lisboa: A. M. Teixeira e Cia. Filho, 1932.
- BALANDIER, G. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo – Revista dos Alunos da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo*, n. 3, 1993.
- _____. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris: PUF, 1963.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, trad. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- BIONDI, Jean-Pierre; MORIN, Gilles. *Les anticolonialistes (1881-1962)*. Paris: Robert Lafont, 1992.
- BIRMINGHAM, David. *Trade and conflict in Angola. The mbundu and their neighbours under influence of the Portuguese, 1483-1790*. Oxford, Oxford University Press, 1966.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa, Vega, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História. 2 v. Niterói: 2002.
- BLOCH, Marc. História e Historiadores, Trad. Telma Costa, Lisboa, Teorema, 1998.

- _____. *Introdução à História*, Trad. Maria Manuel / Rui Grécio / Vitor Romaneiro. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- BOSSA, José Ferreira. Princípios dominantes da política colonial portuguesa em matéria económica no séc. XX. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, 1940. *Anais...* Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940. V. 16, p. 11-52.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português...* op. cit. p.29-216; BARRETO, Luís Filipe e GARCIA, José Manuel (org. e texto) *Portugal na abertura do mundo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1990.
- BOXER, Charles R. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras 2002
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Collin, 2ª ed., 1966, 2v., e *Civilización material y capitalismo*. Barcelona: Labor, 1974, v. I
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- BURKE, Peter. (Org.), *A escrita da História. Novas Perspectivas*. Trad. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAETANO, Marcelo. *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Edições Ática, 1971.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.,
- CAMPOS, Agostinho de. A tradição colonial e a política do império. In: CONFERÊNCIAS DE ALTA CULTURA COLONIAL, 1936, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Conferências de Alta Cultura Colonial, 1936.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & Vainfas, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaio da Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, A. Farinha. (org.). *Questões coloniais*. Lisboa: Veja [s.d.].
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira. As correntes nacionalistas da segunda década do século XX. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 14 (Descobrimentos, expansão e identidade nacional), 1992.
- CASTELO, Cláudia. "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *A igreja e o pensamento contemporâneo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Cadernos para o Diálogo, 1971.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Trad. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2001.
- CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: CEAO/EDUFBA, 2004, p. 107.
- CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira". In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano. Entre intenções e gestos*. São Paulo, Via Atlântica/FBLP, 1999.
- CLARENCE-SMITH, Gervese. *O terceiro império português*. Lisboa: Teorema, 1985.
- CLARO, Regina. *Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935)*. Dissertação de Mestrado apresentada à área de História Social do Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. Organização da Seção dos Congressos. Relatório de seu presidente geral, S. Exa. o Sr. Dr. Júlio Dantas. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, 1940, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940. v. 19: *Programas, discursos e mensagens*.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. (Org.) . *A descoberta de África*. Trad. 2ª ed. Lisboa: Edições 70.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. *África Negra de 1800 a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1985.
- CORREA, António Mendes. O mestiçamento nas colônias portuguesas. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940. v. 14: *Congresso Colonial*.
- _____. *Raças do império*. Porto: Portucalense, 1945.
- COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1998.
- DE CERTAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DAVIDSON, Basil. Os valores coloniais portugueses. In: FERREIRA, Eduardo. *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- DIAS, Jill R. "A sociedade colonial de Angola e o liberalismo português ca. 1820-1850". In: *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 267-286.

- DIAS, Jill R. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870-1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 1, 1984.
- DIAS, Jill R. (org.) *África nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1: *Uma história dos costumes*.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2: *Formação do Estado e civilização*.
- FAGE, J. D. História da África. Trad. Lisboa:Ed. 70. s.d.
- FANON, F. *Em defesa da revolução africana*. Luanda: INALD, 1980.
- _____. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- _____. *Pele negra, máscara branca*. Porto: Editora do Porto, [s.d.].
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era: o colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FIGUEREDO, António de. *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FIGUEREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*. São Paulo: Cia. Edit. Nac., 1966.
- _____. "Historiografia Portuguesa do Século XX", *Revista de História, USP*, v. 20, 1954, pp. 339-349.
- FONTANA, Josep. *História: Analisis del Passado y Proyecto Social*, Barcelona, Crijalbo, 1982.
- FREIRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- FREUDENTHAL, Aida Faria. "Angola". In: SERRÃO, Joel e MARQUES, António de Oliveira. *O império africano: 1890-1930. - Nova História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001. p. 259-468.
- FUETER, Eduard. *História de la Historiografia Moderna*. Trad. Ana Maria Ripuloni. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953, 2 V.
- GALLO, Donato. *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Ed. Heptágono, 1988.
- GARCIA, José Manuel (org. e texto) *Portugal na abertura do mundo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1990
- GUERRA, Henrique. *Angola: estrutura económica e classes sociais*. Lisboa: União de Escritores Angolanos, 1979.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

_____. *África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito, realidade*. Trad. Lisboa: Terramar, 1998.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial*. Trad. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Histoire de l'Afrique Noire: d'hier à demain*. Paris: Hatier, 1972.

LABAN, Michel. *Angola: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991. 2 v.

LeGOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Lisboa: Ed. 70, 2000. 2 v.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

MACEDO, Tânia. *Angola e Brasil; estudos comparados*. São Paulo: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz / Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MARGARIDO, Alfredo. *A literatura e a consciência nacional*. In: FREUDENTHAL, A. et al. *Antologia de poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963)*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1991. v. 1.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1986. v. 3.

MEDINA, João (org.). *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, 1993. v. 13: *O Estado Novo II: oposição e resistência*.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Lisboa: Mondar, 1974.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A Sociedade Angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. "Configurações dos núcleos humanos de Luanda, do século XVI ao século XX". In: ACTAS DO SEMINÁRIO ENCONTRO DE POVOS E

- CULTURAS EM ANGOLA, Luanda: Comissão Nacional dos descobrimentos portugueses, 1995, p. 111-225.
- NETO, Maria da Conceição. "O luso, o trópico...e os outros (Angola c.1900-1975)". Comunicação apresentada na II Reunião Internacional de História da África. In: Estudos Afro-asiáticos.32 R.J.: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Março de 1988, p.231.
- NOA, Francisco. Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária. Lisboa, Editorial Caminho SA, 2002.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVIER, Roland. *A experiência africana. Da pré-história aos dias atuais*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- PELLISSIER, René. La colonie du Minotaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1845-1926). Orgeval, éditions Pélissier, 1978.
- _____. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 1984. 2 v.
- _____. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Estampa, 1987.
- _____. *História das campanhas de Angola: resistências e revoltas (1845-1941)*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1997. 2 v.
- _____. Institutions africanistes portugaises. In: PÉLLISSIER, René. *Le naufrage des caravelles: études sur la fin de l'Empire Portugais (1961-1975)*. Paris: Éditions Pélissier, 1979.
- _____. Observaciones sobre la reciente historiografía de Angola y Mozambique. In: UNESCO. *La historiografía del África Austral*. Barcelona: Serbal / Unesco, 1983.
- PINTO, Alexandre da Rocha Serpa *Como achesse a África do Atlântico ao mar Índico, viagem de Benguela à costa através de regiões desconhecidas; determinações geográficas e estudos etnográficos*. Londres: Ed. Sampson Low, Marston; Searle e Rivington. s.d. 2 vol.
- QUEIROZ, Eça de. Uma campanha alegre. In: QUEIROZ, Eça de. Obras. Porto: Lello & Irmão Editores, [s.d.]. v. 3.
- RIBEIRO, Orlando. *A colonização de Angola e seu fracasso*. Lisboa: Casa da Moeda, 1981.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos 30 – 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- SALAZAR, António Oliveira. *Pensamento e doutrina política. Textos antológicos*. Lisboa: Verbo, 1989.
- SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco. *La Mentalidad Ilustrada*. Madri: Taurus, 1999.
- SANTOS, Maria Emília M. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978.
- SANTOS, Maria Emília M. "A comissão de cartografia e a delimitação das fronteiras africanas". In: HESPAÑA, António Manuel (org.). *As fronteiras da África*. Comissário Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Cordoaria Nacional, 1997.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1995.
- SERRANO, Carlos. *Angola: nasce uma nação – um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SERRÃO, Joel (org.) *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 4v.
- _____. *História Geral de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, António de Oliveira. *O império africano: 1890-1930. - Nova História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001. p. 259-468.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, J. Amado, CARTOGA, F. *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e debates, 1996, 2 v.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*. Porto, Livraria Civilização, 2v, 1966.
- WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914*. Trad. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Revan, 1998.

VII. ANEXOS

A N E X O 1

Alguns dados biográficos de Henrique Galvão:

- Nasceu a 4 de fevereiro de 1895;
- Entrou para a Escola Militar para seguir carreira como oficial;
- Apoiou o golpe militar de 28 de maio de 1926;
- Foi Governador do Distrito de Huila, em Angola;
- Organizou na cidade Porto a 1ª Exposição Colonial Portuguesa;
- Foi eleito deputado para a Assembleia Nacional;
- Ocupou o cargo de diretor da Emissora Nacional entre 1935 e 1940;
- Participou da organização Exposição do Mundo Português;
- Foi nomeado Inspetor Superior da Administração Colonial;
- Em 1947, apresentou na Assembleia Nacional um relatório em que denunciou a situação da mão de obra negra nas colónias;
- Em 1951, apoiou o candidato da oposição, Almirante Quintão Meireles, à Presidência da República;
- Em 1952, foi exonerado do exército, preso e condenado à prisão;
- Após se evadir da prisão asilou-se na Venezuela e posteriormente no Brasil;
- Em janeiro de 1961 sequestrou em alto mar o transatlântico Santa Maria;
- Em novembro de 1961 sequestrou um avião da TAP e lançou sobre Lisboa panfletos contra Salazar e o Estado Novo;
- Em 10 de junho de 1970 morreu com graves problemas mentais na cidade de São Paulo;

Algumas obras importantes escritas por ele:

- Relatório do Huila
- Em terra de pretos (crônicas)
- O véio d'ouro
- O sol dos trópicos
- Da vida e da morte dos bichos
- Terras do feitiço
- A caça no Império Português
- Outras terras, outras gentes (viagens em África)
- Império Ultramarino Português (monografia do Império)

A N E X O 2

REPARTIÇÃO DO GABINETE

CIRCULAR

Aos ara. governadores de districto e chefes de concelho
do districto de Lourenço

Sendo condição necessaria para uma boa administração dos povos indigenas, de civilização muito inferior e differente da nossa, conhecer com exactas minúcias e segurança, os usos e costumes d'esses povos, as suas ideias, crenças, tradições e tendencias e sendo certo que, apesar de muito esforço individual, digno de louvor, e de alguns livros de verdadeiro merecimento, relativos a Angola, ainda hoje não ha todos os elementos necessarios para bem avaliar as organizações politica, civil e social de muitas das populações indigenas que haontam a provincia, julguei do meu dever proceder a um inquerito administrativo sobre o assumpto, formulando o seguinte questionario, precedido d'estas prévias e concisas explicações.

O questionario é a adaptação com ampliações e modificações, de um outro formulado ha muitos annos em relação á provincia de Moçambique, pelo extinto e illustre funcionario colonial Joaquim d'Almeida da Cunha, que ali era secretario geral, e que mais tarde aqui desempenhou identico logar.

E' dirigido, principalmente, ás autoridades administrativas, mas estas devem consultar e ouvir as pessoas de maior experiencia e conhecimento dos usos gentílicos da região, pedindo-lhes informações e mostrando-lhes a vantagem que estes conhecimentos podem ter na administração geral e progresso do país.

Desejo que as autoridades administrativas não protelem a resposta, nem descurem o assumpto, ao qual ligo muita importancia, devendo accentuar que não julgo em estado de bem administrar uma circumscripção indigena quem desconheça os usos e costumes dos povos que tem de dirigir e policiar.

Convém elucidar o meu pensamento, acres-

centando que o desejo de ser informado com a maior brevidade possível, não exclue o cuidado nas informações, nem a vantagem de ouvir sobre ellas varias pessoas.

Os ara. chefes de concelho, residentes, capitães-móres, etc., logo que tenham conhecimento da circular, formulam as respostas aos questionarios que já estiverem habilitados a responder, tratando de rapidamente adquirirem elementos para os outros, interrogando os habitantes civilizados que estacionarem perto da sua residência, os chefes indigenas mais importantes e proximos e quaisquer outros individuos que, desde logo, lhe possam fornecer esclarecimentos uteis.

Precedida assim a primeira resposta a dar ao questionario, será ella enviada ao respectivo governador do districto, com designação precisa das fontes de informação a que recorrem, e os ara. governadores de districto irão enviando as que fírem recebendo, depois de tomar conhecimento do seu conteúdo e de juntar a sua apreciação pessoal, acerca do valor conhecido ou presumível da resposta.

Mas o facto de satisfazer, com promptidão, ao que assim lhes é exigido não dispensa as autoridades administrativas de continuarem o seu inquerito, procurando outras informações, sobretudo quando em visita ou em viagem na sua circumscripção e sempre que tiverem occasião de interrogarem outras pessoas experientes e conhecedoras do assumpto. Não devem ter receio de rectificar ou reformar justificadamente qualquer anterior informação sua, pois comprehendendo muito bem que não será possível muitas vezes não adquirir, desde logo, completa certeza e segurança nas respostas a dar e prefero, agora como sempre, sinceridade activa a circumscripção inactiva.

Os ara. governadores de districto, sobre cujo zelo e exacta comprehensão do assumpto posso certamente contar, poderão, por seu turno, auxiliar e activar o inquerito commettido aos seus directos subordinados, ouvindo informadores de confiança, pedindo directos esclarecimentos, nomeando commissoes, etc., e transmitindo sem demora o resultado das suas averiguações, com opinião motivada sobre o valor d'esse resultado.

Finalmente, posso affirmar que receberei com agradecimento e prazer, quaisquer esclarecimentos uteis sobre o assumpto de todo aquelle que quizer dispor da sua experiencia e dos seus conhecimentos a favor d'estas intenções.

Palacio do governo em Lourenço, 23 de julho de 1906.—Eduardo Augusto Ferreira da Costa, governador geral.

Questionario acerca dos usos e costumes gentílicos
da provincia de Angola

I.—Dos povos em geral

1.º—Quaes são os povos que habitam a circumscripção?

2.º—Usam esses povos de signaes distinctivos de raça? E quaes esses signaes?

3.º—Qual é a indole d'esses povos?

4.º—Em que estado de subordinação e commercio estão para commoços?

5.º—Qual é a sua organização politica? Em que estados independentes se dividem? Ha estados feudatarios ou subordinados a outros? Ha estados federados?

6.º—Quaes são os estados mais poderosos?

7.º—Qual é a situação, extensão e limites d'esses estados?

NR.—Sobre este assumpto apenas se pretende indicações approximadas, definindo a situação e os limites em relação á sede da circumscripção administrativa assegurando as direcções cardinaes, norte, sul, leste e oeste, etc., e a extracção por meio de indicações gerais, como baras de caminho—em typeia, a pé e a cavallo—sendo ser possível designal-as por kilometros.

8.º—Qual a população approximada de cada um dos estados gentílicos?

9.º—Qual a densidade approximada da população e qual a sua principal distribuição? Ao longo dos rios e nas margens dos lagos? Nos altos dos montes? etc.

10.º—Quaes os nomes e as situações approximadas das embalsas ou bonas capitais dos estados?

11.º—Ha entre estados diferentes ligas, ou alianças, obrigando a mutuo auxilio na guerra, facilitando o commercio na paz, etc.? Que especie de documentos servem de prova a esses tratados?

II — Do governo politico

12.º—Qual é o systema do governo d'esses povos?

13.º—Os chefes indigenas são nomeados por eleição ou herança? Como se denominam?

14.º—Ha outras autoridades gentílicas reconhecidas? Qual a sua importancia?

15.º—Os chefes indigenas principaes são assistidos por algum conselho? Como é composto esse conselho? Qual é a sua auctoridade?

16.º—Quaes são os direitos dos chefes indigenas? Sobre a vida dos seus subditos? Sobre a propriedade? Sobre os serviços?

17.º—Quaes são os rendimentos dos chefes?

18.º—Como se procede por morte de um chefe? E sendo a successão hereditaria porque ordem se transmite?

III — Da organização guerreira

19.º—Qual é o systema de guerra empregado por esses povos? Defendem-se em pontos fortificados? Atacam em campo descoberto? Fazem guerra de emboscadas e surpresas?

20.º—Qual é a sua indole guerreira?

21.º—Que especie de armamento usam e como adquiriam esse armamento?

22.º—Como são escolhidos os chefes de guerra?

IV — Dos direitos civis

23.º—Quando é o individuo considerado apto para tratar dos seus negocios?

24.º—Como são considerados n'uma povoação,

tribo ou estado gentílico, os individuos de outra povoação, tribo ou estado?

25.º—Como são considerados os brancos? E os mestiços?

26.º—Quaes são os direitos dos pais sobre os filhos? E os das mães?

27.º—Quaes são os direitos do marido com respeito á mulher?

28.º—E' permitido ao homem ter mais de uma mulher? Na mesma ou em differente cubata?

29.º—O marido dá algum dote ao pai da mulher?

30.º—Qual é a situação da mulher na familia?

31.º—Ha uma idade marcada para o casamento? Dos homens? E das mulheres?

32.º—E' permitido o divorcio? Por que motivo?

33.º—Qual é a situação da mulher divorciada? Volta para o pai? Com que direitos fica sobre os filhos que tem do marido?

34.º—Os filhos menores dos dois sexos ficam em casa dos pais ou vivem em commun? Separados por sexos ou reunidos? E ficando reunidos quando se separam? Chegando á puberdade ou mais tarde?

35.º—Quaes são os direitos dos filhos das differentes mulheres em concorrência uns com os outros?

36.º—Existe o direito da propriedade das terras? E sendo este pertencente ao chefe indigena póde cada individuo dispor da cubata, ou das arvores plantadas por elle?

37.º—E' conhecido e contracto de compra e venda de terras? E das cubatas, etc.?

38.º—Quaes são os direitos do credor contra o devedor?

39.º—Por morte do pai quem herda? Existe o direito da progenitura? A herança transmite-se aos filhos? A' mulher? Aos filhos de irmã? E na falta de herdeiro legitimo a quem?

40.º—Em que situação fica a mulher para com o herdeiro?

41.º—Existe a escravidão local? Em que condições? Que sorte reservam aos prisioneiros de guerra?

42.º—Como se provam os contractos?

43.º—Como se presta juramento?

V — Do julgamento dos crimes e delictos

44.º—Qual o tribunal que julga as questões gentílicas? Como se compõe?

45.º—Quaes são as formalidades dos julgamentos?

46.º—Existe o juramento da causa? Como é prestado?

47.º—Como se procede nos crimes de morte, mutilação, ferimentos, roubo, damno, adulterio, estupro, feitiçaria, traição e em outros crimes?

48.º—Como se cumprem as sentenças?

VI — Dos recursos economicos

49.º—Qual é a principal occupação d'esses povos? o commercio, a agricultura? a criação de gados? etc.

50.º—Qual é o principal artigo de permata?

51.º—Quaes são as culturas dominantes?
52.º—Têm abundancia ou escassez de mantimentos? Costumam armazenar excedentes da colheita? E como procedem e de que recursos lançam mão quando ha escassez de mantimentos, produzida pela guerra, secas, etc.?

53.º—Que especie de gado possuem? Bovino, caprino, ovino? Qual a quantidade approximada? Como e empregam? Na alimentação, no vestuário, como moeda?

54.º—Ha abundancia de aguas? Tiram-na dos rios, lagoas, cacimbas?

55.º—Dedicam-se a alguma industria especial? A' caça e como a exercem? A' pesca e por que meios? Fazem artefactos de olaria, esteiras, canoas ou quaisquer outros objectos para uso proprio ou para venda?

56.º—Como se fazem as transacções? Qual é a moeda corrente?

VII—Das principais cerimoniaes

57.º—Quaes são cerimoniaes empregadas na celebração de tratados ou decalão de assumptos graves entre povos differentes?

58.º—Quaes são as cerimoniaes que fazem por occasião de se declarar a guerra?

59.º—Quaes são as cerimoniaes de investidura dos chefes indigenas?

60.º—Quaes são as cerimoniaes das audiencias dadas pelos mesmos chefes?

61.º—Quaes são as cerimoniaes relativas ao casamento?

62.º—Quaes são as cerimoniaes de divorcio?

63.º—Quaes os usos em pratica no nascimento das creanças? Ha alguma cerimonia na imposição dos nomes? Os nomes dados tem alguma significação?

64.º—Pratica-se a circumcissão? Em que idade? Com que cerimoniaes?

65.º—Quaes os costumes quando as raparigas chegam a puberdade?

66.º—Quaes são os costumes por occasião da morte? Quando é feita a declaração respectiva? Quaes as cerimoniaes do funeral ou do enterro? Ha choro ou luto? Como é feito o enterramento?

VIII—Das crenças e superstições

67.º—Creem n'algum ente supremo? N'algum espirito mau? Têm logares ou objectos sagrados?

68.º—Que ideia fazem da alma?

69.º—Que ideias tem com respeito ao sol, á lua, ás estrellas, ao trovão, ao relampago e raios, ao arco-iris, aos cometas, ao eólio e aos eclipses?

70.º—Têm algumas superstições com relação aos animaes feroces, attribuindo-lhes poderes sobrenaturaes, suppondo-os metamorphoses dos chefes mortos, etc.?

71.º—Porque maneira consideram os curandeiros? Qual é a sua influencia moral na população? Porque nome são designados?

72.º—Porque modo são tratadas as doenças? Conhecem-se alguns dos remedios empregados pelos curandeiros? E quaes são os conhecidos?

73.º—Usam de remedios para livrar de feitiço

dar valor, fazer amar, ter força no tracto conjugal, vencer inimigos, etc.?

74.º—Possuem algumas tradições oraes da historia do passado e da origem da sua tribo? Quaes são, em resumo, essas tradições?

IX—De diversos usos

75.º—Qual é o seu vestuário? Rapam e cabelo, entrançam-no ou dão lhas côrtes variadas? Pintam-se? Tatuam-se, fazendo côrtes e relevo no rosto e no corpo? Usam os beiços, orelhas ou nariz furados?

76.º—Têm algumas danças especiaes? Quaes são?

77.º—Têm instrumentos de musica? Quaes e como são?

78.º—Que formas tem em geral as cabaças? São cylindricas, conicas, de secção quadrada ou rectangular? Assentam sobre o solo ou sobre estacas? De que materias são feitas?

79.º—Qual é, em geral, a forma das povoações? Que logares preferem para ellas? Os altos, ou baixos, junto ou longe dos rios? etc.

X—Da linguagem

80.º—Qual é a lingua ou linguas que falam esses povos?

N.B.—Deve-se acompanhar esta resposta d'um pequeno vocabulario das palavras mais usadas de cada uma d'essas linguas ou dialectos, tendo o cuidado de empregar a sua escripta a orthographia portugueza, conforme essas palavras soem ao ouvido, e accentuando sempre a syllaba tónica. A aspiração pôde ser representada por "h".

Advertencia

Este questionario pôde ser ampliado e desenvolvido, se em qualquer povo occorrerem circumstancias que a'elle não se achem previstas.

Palacio do governo em Loanda, 23 de julho de 1906. — *Eduardo Augusto Ferreira da Costa*, governador geral.

A N E X O 3

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

DECRETOS

De 6 de setembro:

Manuel Sirgado, segundo official do quadro aduaneiro das provincias de Angola e S. Thomé e Príncipe—concedida a medalha de prata de assiduidade de serviço no ultramar, por se achar na condição 1.ª do artigo 3.º do regulamento approved por decreto de 18 de janeiro de 1893.

Da mesma data:

Major de infantaria, Manoel Augusto Mattos Cordeiro; capitão do serviço de estado maior, Eduardo Augusto Marques; de artilharia, José Correia de Mendonça e de infantaria e de estado maior, João Ortúgio Pires—nomeados para fazer

parte da commissão a que se refere o decreto de 16 de novembro de 1905.

Sendo-me presente uma representação de avaluado numero de habitantes da cidade de Louanda sobre a urgente necessidade da criação de mais uma parochia na referida cidade, constituída com territorios desagregados das freguezias de Nossa Senhora dos Remedios e de Nossa Senhora da Conceição, e tendo por matriz parochial a Igreja do Carmo, pertencente á Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia;

Constando do respectivo processo que a mesa administrativa d'aquella corporação deliberou tomar a seu cargo as despezas da fabrica e do culto, e fornecer alojamento para habitação do parochio, e casa para uma escola de instrucção primaria a criar na nova parochia;

Tendo ouvido o governo geral da provincia de Angola, a auctoridade superior eccl-siastica do bispado de Angola e Congo e a junta consultiva do ultramar; e usando da faculdade concedida no decreto de 30 de dezembro de 1852, confirmado pela carta de lei de 1 de julho de 1853;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' criada na cidade de Louanda uma nova freguezia sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, que será erecta na Igreja do Carmo, para esse fim cedida pela Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia, a cargo da qual ficarão as despezas da fabrica e do culto.

Art. 2.º A freguezia de Nossa Senhora do Carmo, criada nos termos do artigo antecedente, será constituída pelos seguintes bairros desagregados da freguezia de Nossa Senhora dos Remedios: Feneço, Nazareth, Bungo, Ingombotas, Mucosques e o pequeno bairro de Sangandombo; passando para esta ultima freguezia uma pequena parte desmembrada da de Nossa Senhora da Conceição e situada entre as calçadas de Alvaro Castellões (Pelourinho) e de Paiva de Andrade (Calçada Velha) até encontrar a Avenida Alvaro Ferreira.

Art. 3.º A freguezia de Nossa Senhora do Carmo será pastoreada por um parochio que perceberá a congrua annual de 350\$000 réis, tendo um sacristão com o vencimento de categoria de 60\$000 réis annuaes.

§ unico. Para auxiliar o parochio d'esta freguezia haverá um coadjutor, com a congrua annual de 350\$000 réis, o qual será obrigado a reger a escola de instrucção primaria que opportunamente será criada, percebendo por esse serviço a gratificação de 100\$000 réis por anno.

Art. 4.º A Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia fornecerá casa para habitação do parochio e para a escola.

O ministro e secretario de estado das negocies da marinha e ultramar, assim o tenha entendido e faça executar.

Pago, em 13 de setembro de 1906.—REI.
Ayras de Ornellas de Vasconcellos.

Atendendo á representação que me foi dirigida pelo governador geral da provincia de Angola

sobre a conveniencia financeira e politica de estabelecer o imposto indigena de cubata na mesma provincia;

Considerando que o imposto indigena, quer sob a forma de contribuição predial, quer como imposto de capitação, está hoje generalizado em quasi todas as colonias ingliezas e francezas da Africa e no Estado Independente do Congo, além de já existir entre nós nas provincias de Moçambique e Guiné, no districto autonomo de Timor, e até no nosso districto do Congo da referida provincia de Angola;

Attendendo a que semelhante forma de contribuição não é tambem nova na mesma provincia onde os sobas e povoações respectivas já pagaram até dizeiros e varias especies de contribuições, incluindo impostos indigenas sobre as cubatas e arimos;

Considerando que o imposto indigena, desde que seja lançado equitativamente e cobrado com suavidade, não sómente se justifica como contribuição directa destinada a cobrir ou diminuir os encargos do Estado resultantes da necessidade do policiamento e desenvolvimento das regiões occupadas, mas é tambem perfeitamente legitimo como tributo significativo da verdadeira e effeciva submissão das tribos indigenas á nossa soberania e como taxa de civilização por obrigar o indigena ao trabalho para obter os recursos necessarios ao seu pagamento;

Tendo ouvido a Junta Consultiva de Ultramar e o Conselho de Ministros;

E usando da faculdade do § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Adicional á Carta Constitucional da Monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' criado na provincia de Angola um imposto sobre todas as casas habitadas por indigenas e denominadas cubatas.

Art. 2.º O valor d'este imposto será fixado trienalmente pelo governador geral, ouvido os governadores dos districtos e conselho do governo.

§ unico. No primeiro triennio, o valor do imposto não excederá 600 réis por cubata, excepto nas cidades de Loanda, Benguella, e villas de Ambriz, Novo Redondo Catumbella, Mossamedes e Porto Alexandre, onde poderá ser elevado até 1800 réis por cubata.

Art. 3.º O imposto poderá ser pago em dinheiro, gado ou generos, conforme as circumstancias das localidades em que elle for cobrado.

O governador geral, ouvido os governadores dos districtos, fixará annualmente a qualidade e o valor do gado ou generos, admittidos ao pagamento do imposto.

Art. 4.º Nas regiões onde não for possível ou conveniente proceder a um arrolamento regular das suas cubatas será o imposto cobrado por meio de um tributo approximadamente equivalente, lançado sobre o chefe indigena da região e pago em gado, generos ou dinheiro.

Pertence ao governador geral, ouvido os governadores dos districtos, delimitar, de anno para anno, as regiões onde continúa a ser permitida

esta forma de lançamento de imposto e o quantitativo de cada tributo.

Art. 5.º O arrolamento das cubatas será feito pelos chefes de concelho ou autoridade administrativa de grau equivalente, e a cobrança do imposto ficará a cargo e á responsabilidade dos chefes indigenas da povoação ou tribo, mediante uma remuneração de 15 a 30 por cento das receitas cobradas, fixada pelo governador geral, ouvido os governadores dos districtos.

§ 1.º O governador geral, ouvido o conselho do governo, poderá determinar que, em certas regiões de facil fiscalização e habitos policiados, a cobrança se faça pela autoridade administrativa.

§ 2.º Nas cidades de Loanda e Benguella, e villas de Ambriz, Novo Redondo, Catumbella, Mossamedes e Porto Alexandre o arrolamento e cobrança serão feitos pelos empregados de fazenda.

§ 3.º Em caso algum será permitida a intervenção dos chamados commandantes de divião e dos outros empregados menores das administrações dos concelhos ou circumscripções equivalentes no arrolamento das cubatas e cobrança do imposto.

Art. 6.º As faltas de pagamento do imposto serão punidas com a prisão ou trabalho compulsivo, nunca excedente a tres mezes, dos devedores remissos e sem desculpa attendivel.

§ unico. São absolutamente prohibidas as represalias violentas contra as habitações ou pessoas dos devedores remissos, salvo quando a recusa ao pagamento do imposto seja collectiva e assumo o caracter de rebelião, assim apreciada pelos governadores de districto ou governador geral.

Art. 7.º Os chefes de concelho e autoridades equiparadas serão os fiscoes do imposto de cubata, sendo punidos com a demissão immediata, além de qualquer procedimento criminal em que incorram, quando se prove terem commettido ou consentido em qualquer extorsão ou violencia.

Art. 8.º Ao governador geral, por intermedio dos governadores dos districtos, pertence a superintendencia sobre todos os serviços relativos ao imposto de cubata, fazendo um ou mais regulamentos locais necessarios á execução d'este decreto, sob proposta fundamentada dos governos districtaes e ouvido sobre ellas o Conselho do governo.

Art. 9.º N'esses regulamentos attende-se-lha, sobretudo, a tornar suave e progressiva a cobrança do imposto, estendendo-o gradualmente e de modo a evitar resistencias tumultuosas ou relutancias de caracter grave.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 13 de setembro de 1906.—REI.—
Ayres de Ornelas Vas concelhos.

A N E X O 4

HENRIQUE GALVÃO
(Antigo Governador da Baía)

"Nacionalização de Angola"

A. 106607

CONFERÊNCIA
REALIZADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
EM 13 DE JANEIRO DE 1930

1930

Edição do autor

MULHERS SENTIDAS:

MENUS SEMINÓRIOS:

Dizem, há alguns anos, um artista da minha geração: «Estão ditas todas as palavras que podem salvar Portugal; só falta uma coisa — salva-lo!»

Parafraseando, neste caso mais restrito que aqui me tras, posso dizer: «Estão escritas e ditas todas as palavras que podem salvar Angola — só falta salva-la!»

Esta frase não é uma condenação de todas as palavras — é apenas uma expressão da repugnância que certas palavras justamente merecem.

As palavras a que me refiro, são as flóres da retórica que constantemente se renovam nos altares dos velhos ídolos e das velhas ideologias, as abstrações com que nós, portugueses, tantas vezes temos evitado as dificuldades dum sentido prático da vida, as palavras opulentes que conduzem às revoltas sem grandeza ou à contemplação beatífica dos mandrilões, as palavras que se exibem e se consomem em banais loguetes de lágrimas, as palavras habilidosas em que se disfarça o horror das responsabilidades, as palavras cómicas das que não sabem agir, as palavras ócas das que não sabem pensar, as palavras, enfim, que apenas são palavras, que apenas são verbo decorativo e sonoro, ou enfiampadas bandeiras dum arsenal de frases.

São palavras que temos encontrado nas crises mais graves da Nação, a ocuparem o lugar das soluções, palavras que nos divoçiam da verdade, da forma real dos acontecimentos e das acções e que fabricaram em Portugal dois Mundos disjuntos: Um, onde tudo anda desarrumado, outro, onde aquêles que não têm coragem, nem energia, nem sangue para arrumar de facto, vão agitar de discursos, com fórmulas que prometem e palavras que tródam.

São as palavras que ainda há pouco levaram o sr. dr. Oliveira Salazar — um dos homens que mais notavelmente tem combatido o veneno de certas palavras — a dizer, num discurso, onde todos nós ouvimos daquelas que unificam e engrandecem: «A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fizeram da vida administrativa do País uma mentira colossal».

Já o tinha sentido há alguns anos esse artista da minha geração que dizia que estavam escritas todas as palavras que podiam salvar Portugal.

É porque realmente nesta frase, que é a ironia amarga dum homem de talento, há o sentimento duma ideia que não podemos perder de vista: Quando um Povo fala demais age de menos; as palavras são um Meio para conduzir e ordenar uma Acção — apenas não a própria Acção para os povos que esqueceram as outras formas de agir.

Nesta frase do artista sente-se que temos realmente vivido uma grande parte das nossas dificuldades, entre as frases petadas do Conselheiro Acácio e os silêncios ócos do Pacheco.

Veio este estorbo, em que consumi tantas palavras a condenar palavras, para justificar o Pensamento a que subordinei esta conferência: Não é justo, não é sério, nem é acciável, que continuemos a falar, que nas frases sonoras dos discursos, quer na linguagem calma das conferências, quer, enfim, por todos os meios que põem em contacto um indivíduo com uma multidão, se as nossas palavras não procurarem conduzir a uma Acção clara, vigorosa, prática e útil, nem outra coisa conseguirem senão exhibir mais um Acção perante aquelles que, mal por mal, devesse preferiam um Pacheco. Esse ao menos estava calado!

Se na conferência que V. Ex.^{ta} vão escutar, tiver a felicidade de realizar, no todo ou em parte, este Pensamento, não terei dado como perdida nem como imponderada, a iniciativa que aqui me trouxe. Se, pelo contrário, apenas conseguir esbrasejar na forma vaga duma intenção irrealizada, para terminar, praticamente, como aquelles que de principio condenei, então desde já me confesso réo de ruim pecado e desde já acompanho, nas mesmas ironias, no mesmo desdém, na mesma maledicência, tantos quantos os que lamentarem o tempo que perderam a ouvir-me.

Vim na intenção de ser sincero e na plena consciência do perigo que a sinceridade por vezes oferece. E se não me anima o desejo inferior de atacar e maliciar, também não me prende a preocupação de evitar as palavras duras onde elas forem justas e necessárias.

E para tanto, na minha posição de homem que não pertence a grupos, partidos, ou clãs, que não é aheito de quaisquer interesses privados, nem Quichote de ideologias transcendentes, não invoco senão aquella qualidade que é comum a todos nós, é com a qual V. Ex.^{ta} e eu nos sentimos muito honrados e muito à vontade: a qualidade do Português!

Justificada assim a hora de palestra que vou tomar a V. Ex.^{ta} é tempo de começar.

É frequente ouvir dizer-se aquelles que se referem a Angola que ela é a mais portuguesa de todas as Colónias portuguesas.

A frase, que cristallizou na forma dum vago logar comum, que a marcha

de certos acontecimentos a que nos vamos referir, pode vir a reduzir a um rótulo sem sentido — ao rótulo dum frasco vazio — significa no entanto, e com exuberantes razões, que durante muitos anos exercemos sobre Angola uma acção nacionalizadora, que produziu resultados e alcançou um fim.

Angola pode vir a ser denominada a mais portuguesa de todas as Colónias portuguesas, porque, de facto, a nossa acção, durante muitos anos, tendeu efectivamente a proporcionar nela os nossos caracteres, a nossa fisionomia e também, os nossos interesses morais e económicos.

Ora, essa acção prolongada, continua, paciente, cujo preço em sangue e sacrificios de toda a espécie, é quanto basta para marcar e afirmar, perante a consciência mundial — se é certo que o Mundo tem uma consciência — a capacidade e as virtudes dum Povo Colonizador, parece ter sido interrompida ou abandonada, pois vemos cair dia a dia, os melhores dos seus frutos, e amontoarem-se, constantemente, certas ameaças, que não são de molde a deixar tranquilos os mais optimistas.

Como vamos demonstrar, o velho logar comum que considera Angola a mais portuguesa de todas as nossas Colónias, já não corresponde, tendo muito relativamente ao puro sentimento de orgulho que criou a frase. Quer dizer: Põe-se novamente — e com a urgência determinada pelo caracter dos acontecimentos desta época de incertezas e de precipitações — o problema da Nacionalização de Angola, como de há muito se vem pondo o da nacionalização do nosso Império Colonial.

Mas antes de avançar mais, para que nos entendamos, para que não cheguemos com palavras incertas a interpretações várias, convém assentar ideias e tratar a questão do abstrato para o concreto.

Entendemos por Nacionalização, a Acção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias, na situação de componentes dum grande Todo Nacional.

Entendemos, por consequência, que esta Acção é continua, persistente como o devem ser os próprios agentes vitais da Nação.

Assim, concluímos que só tem o direito de ter Colónias, aqueles povos que, na ordem internacional, tem uma finalidade a atingir.

Ora, para Portugal, as Colónias são exactamente as determinantes da sua finalidade internacional — finalidade que corresponde na sua História, não ao acaso e às combinações de Poder onde outras Nações coloniais encontraram uma finalidade semelhante, mas sim a uma fase da sua evolução histórica, alcançada inteiramente, dentro das virtudes e da capacidade da Raça.

Reparem V. Ex.^{ta} como a História de Portugal reflecte successivamente, com a formação do Reino, uma finalidade Peninsular; com a luta contra os Mouros, o elemento anti-europeu, luta que é solidamente uma defesa da Europa, uma finalidade Europeia; finalmente, na expansão dos nossos domínios ultramarinos, uma finalidade Mundial.

Foram as primeiras inteiramente alcançadas. Nada nos permite crer que não tenhamos as virtudes de alcançar a última.

Um inglês, que escreveu sobre Portugal um livro, cujas observações são verdadeiramente admiráveis de imparcialidade e acurácia e que não deixou passar em claro, a par com as nossas mais altas qualidades, as nossas menos evidentes defeitos — o sr. Aubrey Bell — no seu livro «Portugal of Portuguese», diz, num capítulo em que se refere às nossas Colónias: «*Contra a idea dos que afirmam que Portugal está morrendo aos poucos, deve opor-se um vigoroso protesto. Se por ventura se fala no futuro de Portugal, não faltam célicos que perguntem: Mas tem Portugal um futuro? Ora o que devemos responder é que Portugal não só tem um futuro, mas também que esse futuro é grandioso.*

«*A sua afortunada posição é a duma Nação, que tendo realizado grandes feitos, outros maiores tem que levar a cabo. E não é de forma alguma «UN PEUPLE QUI S'EN VA», é antes «UN PEUPLE QUI REVIENT».*

«*Efectivamente no século XVI podia dizer-se que Portugal, tendo conquistado o Mundo inteiro, acabou por perder a propria alma. Mas hoje, é um destino inteiramente oposto o que se lhe depára. Que se inicie o desenvolvimento e a prosperidade do País e que a sua expansão se sinta, entre estranhos e ninguém mais poderá contestar que elevar Portugal do estado atónico em que se encontra, até á posição de um País florescente e feliz, é uma empresa que não merece menos honras das que os foram conquistadas outrora pelo Portugal das descobertas e das conquistas».*

Estas palavras são dum inglês que nos observou e nos estudou.

E esse inglês viu melhor do que muitos portugueses, o sentido da nossa finalidade internacional, pois que enquanto muitos de nós ainda não comprehendemos que a verdadeira política nacional, deve correlacionar Portugal e as suas Colónias, internacional e internamente, como um Todo Imperial, ele não só o comprehendu, mas curtiu-a que os portugueses o não tivessem comprehendido.

Aqueles de V. Ex.^{ta} que leram o livro de Aubrey Bell recordam-se decerto das suas palavras, depois de lerem que seria talvez nosso interesse a venda de algumas colónias, o que de resto é uma idea que já encontramos no descriptivo de Oliveira Martins: «*Mas apesar da sua obstinada resolução de não venderem parcela alguma do seu território, os portugueses não pensam imperialmente!*»

Temos, por consequência, uma Missão: uma finalida e Mundial a alcançar na ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro duma concepção Imperial, que não tem o significad militarista, e cujas vezes anda ligado às ideas de imperialismo, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral e económica, entre o Portugal da metrópole e o imenso Portugal do Além Mar.

Esse Pensamento Imperial que se for seu, não só, os motivos de ordem geográfica, mas também por uma acção política que os limites da nossa finalidade europeia tinham imposto, esse Pensamento Imperial que Aubrey Bell

estracha não ter sentido entre nós, é pois, não uma fôça a crear, mas apenas um movimento a proseguir.

E é absolutamente indispensável que prosiga. É a nossa Missão, é o nosso Dever — é ainda o nosso Interesse!

E Missão, Dever e Interesse que tem neste caso um significado que vai mais além das nossas fronteiras metropolitanas, mais além das nossas fronteiras, que não são europeias, mas sim mundiais.

O nosso caso é, guardadas as devidas proporções entre interesses de extensão diferente, o caso da Inglaterra, o caso da França. Simplemente nós, e um pouco a França, ao contrário do Reino Unido, não temos nem uma Política nem um Pensamento Imperial como o tem a Inglaterra.

E por isso mesmo julgamos ingenuamente, muitas vezes, que é apenas dentro do quadro europeu que se jogam os nossos interesses e os nossos destinos.

O antigo Ministro das Colónias da França, Albert Sarraut, numa conferência realizada em Paris em 1924, depois de descrever a surpresa da França em face da atitude da Inglaterra, depois de terminada a Grande Guerra, classifica de candida a aflicção do seu País e a sua surpresa, que não seriam tão grandes se a França tivesse compreendido mais cedo, que os interesses primordiais da Inglaterra, uma vez terminada a guerra, estavam muito menos na Europa do que para lá da Europa. E conclui: «A política geral das grandes Nações, como a Inglaterra, estava parcialmente interessada pela situação europeia, em seguida à guerra, mas essa política foi e ha de ser sempre dominada pelas preocupações predominantes dos seus interesses fora da Europa.»

Esta devia ser também a nossa situação. Simplemente, nós temos os interesses, mas não temos as preocupações.

Isto não quer dizer que não tenhamos uma Missão Europeia e uma Missão Continental a cumprir. Têmo-las, evidentemente, mas essas mesmas estão condicionadas pela nossa posição de Nação Colonial.

De facto, a falência da Europa perante a América, exige uma reorganização espiritual e económica da Europa, que se fará pela constituição dum novo continente económico Euro-Africano, em opposição ao continente económico Americano. A nossa posição geográfica e a extensão dos nossos domínios em África, marcam-nos um lugar privilegiado nessa obra, mas um lugar que não é, evidentemente, posição dourada para exhibir grandezas passadas, mas sim lugar de acção e emprego das nossas energias ráticas do presente, como parcela dum Todo Europeu.

Finalmente, temos um território continental em crise, um Passado de heroísmo e Civilização a honrar, um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão, a defender e manter, e seis milhões de almas que precisam viver, não degradadas à condição servil duma Colónia de mestigos, mas reerguidos ao nível moral dos homens europeus. É a nossa Missão Continental.

Tinha sobejas razões o escritor inglês para estranhar que em Portugal se não pensasse dum modo Imperial!

Ora, esta idéa imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos e que é a própria razão da existência de Portugal como Nação, é uma idéa de Todo, de unidade inalterável. Nesta unidade se compreendem todos os territórios extra continentais como parcelas indissociáveis da Nação.

Afastar-se de nós a extensão dos Oceanos e a sua dispersão por 4 partes do Mundo — é necessário que os apertunhem o génio português (que não é uma abstracção sem uma utopia, mas também um Todo cujas parcelas andam desagregadas) pela acção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias na situação de componentes dum grande Todo Nacional.

Numa palavra, e regressando ao nosso ponto de partida, é necessário cuidar da nacionalização das nossas Colónias.

É o nosso Dever, é o nosso interesse — é ainda, como acabo de demonstrar, o nosso Direito.

Contra a idéa, que depois de alguns anos certos povos que não têm colónias, e outros que as têm, mas cujas cubiças estão longe da sociedade, vem debruçando, de que só os povos excepcionalmente dotados podem ser colonizadores — dou ao termo dotados um significado essencialmente material — contra esta idéa que é uma ameaça de expoliação, nota Lucien Romier, no seu livro «*Nations et Civilisations*» — um livro luminoso e profundo, na opinião de Ferrero: «*Os europeus emigrantes ou colonizadores, que espalharam no Mundo o prestígio da sua Civilização, foram precisamente aqueles que tinham partido das regiões menos favorecidas da Europa.*»

A Colonização do Brasil é, de resto, um exemplo fraterno, que nada leva a crer, nem nada permite supôr, que não possa repetir-se no presente ou no futuro, porquanto, Angola, ainda há muito poucas annos — ia dizer há pouco mais dum ano — era uma repetição viva desse exemplo.

Um País pode perder as suas Colónias porque estas se separam da Metrópole, para formarem um novo Estado independente, como succedeu com os Estados Unidos e o Brasil, ou porque elas passam para a posse de outro país, como succedeu com a parte do Congo que nos pertencia, a Índia, o Sudoeste alemão, etc.

Ora, entre os vários agentes que podem conduzir à perda das colónias, põem-se em primeiro lugar os agentes externos ou internos de descolonização. Assim como na fisiologia animal, a doença procura, para se instalar, os organismos em estado de menor resistência, também na fisiologia política das Colónias, as idéas de cubiça ou de separatismo, encontram terreno fácil de instalação, onde esse estado de menor resistência, a que a desnationalização conduz, estiver declarado.

Realmente, uma Colónia cuja estrutura política, moral e económica, cujos caracteres nacionais, numa palavra, se vão perdendo ou se perderam, tende naturalmente a desligar-se ou a ser desligada da Metrópole: — Em primeiro lugar,

porque se torna muito mais acessível à cubija dos estrangeiros e aos seus agentes invasores; em segundo lugar, porque o próprio facto da desnacionalização se faz geralmente acompanhar de duras irritações e manifestações de ódio contra as Metrópoles, a quem facilmente se começa a atribuir a responsabilidade de todos os males. É um estado de espirito que, quando não leva à espoliação, conduz necessariamente ao separatismo.

A profunda desnacionalização da Índia Inglesa (e o caso da Inglaterra é muito sub-generis em matéria de Política Colonial) não se tem manifestado apenas pelo desejo expresso da independência; acompanham-no frequentes vezes manifestações violentas que resultam de duras campanhas de ódio.

De resto, é natural que assim seja! A reacção é directamente oposta à acção.

Todavia, parece não ter havido entre nós a noção da importância que tem para os nossos interesses económicos, para o nosso prestígio de Nação Colonial, para a solidez da nossa soberania, a nacionalização das nossas colónias. Ou se adotam fórmulas improvisadas e desarrumadas de tipo «*uma bola e força*» ou se entende simplesmente que o significado da nossa missão civilizadora é diferente ou alheio ao sentido duma nacionalização profunda.

Mas contra o erro de muitos que entendem que civilizar é uma acção puramente material e internacional, subordinada ao figurino em voga na época mais alta e imperiosa que uma idea nacionalista, devemos nós reagir vigorosamente. Esse é o erro premeditado de aquelles que pretendem que só as Nações ricas e materialmente poderosas, tem possibilidades colonizadoras.

São de Lucien Romier estas palavras de concisão lapidar: «*Dentro de cada Estado as aristocracias e as burguesias, unidas para a defesa, nos conflitos que exceedem as rivalidades das Nações ou dos Impérios, dividem-se quando se trata de escolher uma Civilização. Este é o drama profundo do nosso Século e o immenso risco que o futuro oferece. Estão desunidas as duas idéas de Nação e Civilização. É necessário que os novos europeus trabalhem para as reunir*».

Portugal que é uma Nação no sentido mais rigoroso do termo, e que, como Nação, se encontra muito mais afastada do drama que Lucien Romier refere, do que algumas das mais poderosas e civilizadas nações da Europa, cuja unidade nacional tantas vezes vemos ameaçada, é certamente na nacionalização dos seus domínios, que encontrará os mais úteis e nobres agentes duma Civilização que o honre.

Nacionalizar, mesmo nesta época vertiginosa, e exactamente porque ainda ninguém pode prever a que fim nos leva a sua vertigem, não pode de modo algum significar uma diminuição das nossas possibilidades de civilização — muito pelo contrario.

Ora, temos nós cuidado da nacionalização das nossas Colónias?

Evidentemente que não.

Se algumas, como Angola, chegaram a ser Colónias bem portuguesas, se nelas se manifestou profundamente uma acção nacionalizadora que, de facto, prolongou Além Mar o espirito português, é porque reconhecer que isso de *deu* «*porque calhou*», «*porque sim*» e não porque uma doutrina, uma idea dominante, ou uma acção premeditada da Metrópol lá tiveram condão.

E tanto assim é, que temos colónias onde não calham e é possível acontecer o que presentemente está acontecendo em Angola.

Estamos à mercê dos caprichos do Acaso, apenas defendidos por virtudes colectivas — as virtudes que nacionalizaram a Angola de ontem — mas sem doutrina, sem método, sem espírito, isto é, sem capacidade de durar e de resistir.

E o Acaso não pode, de modo algum, ser-nos favorável, uma vez que não falta por esse Mundo quem hábilmente o anda a preparar em seu favor, nem dentro das nossas colónias quem intensamente o consinta.

Pierre Daye, o jornalista belga do «Congo et Angola» lamentando a falta duma doutrina colonial na Bélgica, que estabeleça directivas fixas no seu sistema de colonização, atribui essa falta à inesperienza colonial do seu País e aconselha que se utilize a experiência dos outros povos.

Em Portugal, onde as directivas também não existem, a justificação não colhe. Temos uma experiência de «stout», qualidades afirmadas, capacidade reconhecida, temos, numa palavra, em desordem mas efectivamente, todos os elementos necessários a uma obra sólida de colonização.

E apesar disso, a obra que a Bélgica está fazendo no Congo é internamente nacionalizadora — a desordem que estamos consentindo em Angola é nitidamente desnacionalizadora, como adiante vamos demonstrar.

Mas não precipitemos a exposição. Não quiz, por enquanto, sendo afirmar duma maneira geral, a importância que para nós reveste a nacionalização das Colónias como necessária à marcha da nossa Missão Imperial, à defesa da nossa soberania, ao prestígio da nossa finalidade mundial e ao futuro dos nossos interesses económicos, porquanto na acção de nacionalizar considero aspectos políticos, morais e económicos, e repito a concepção balofa do Fascismo sem sentido, no qual alguns patriotas-poetas se consorcem. O Passado existe para que o honremos e não para que o andemos a explorar constantemente, como passa-culpa de certos delírios e fraquezas.

E uma vez afirmada essa importância, vejamos, com a rapidez imposta pelos limites da paciência de V. Ex.^{ta} e pelo tempo de que razoavelmente posso dispor para dela abusar, os mais claros agentes de desnacionalização que ameaçam as Colónias, antes de referirmos o caso especial de Angola.

São de ordem externa e interna. Têm um o aspecto de fatalidades sociais, são outros para as consequências dos nossos erros e da nossa incuria.

Entre os que têm o aspecto de fatalidades sociais citarei, como um dos mais frisanotes, o próprio carácter da Civilização europeia, em cuja obra temos uma colaboração secular.

A Civilização Ocidental, como lord Cromer, o «consul inglês no Egito», já tinha notado há vinte anos, *debaix-se sem esperança na impossibilidade total e quasi orgânica de se fazer abster. E por consequência, a negação do Imperialismo. Há mais de três séculos que o espírito Ocidental, apenas produz doutrinas críticas e revoluções cujo fim tem sido exaltar todas as energias activas dos indivíduos e dos povos. Não é uma Civilização capaz de fixar povos e integrá-los como parcelas do seu Te lo — é uma Civilização que liberta povos, isto é, desnacionalizadora.*

Reparem V. Ex.^{ma} no que diz Ferrero, na sua *«Unité du Monde»*, a este respeito: *«A Cultura do Ocidente é um poderoso veículo do espírito crítico e revolucionário, que na Ásia e na África, vai minando os Estados e os Impérios fundados pelo Ocidente. Sempre que um povo se ocidentaliza, revolta-se contra o Ocidente»*.

Realmente, quantos exemplos: Ontem o Brasil, a América do Norte, mais recentemente o Japão, hoje a China e o Egito, amanhã a África do Sul, o Canadá, a Índia! Todos receberam ou estão recebendo da Europa, o espírito de revolta contra ela, como preço das riquezas que lhe deram.

É uma fatalidade política que não está na nossa mão eliminar. A torrente é muito forte, para que qualquer Nação colonial possa ter a pretensão de a dominar. Refreia-se, compensa-se, mas a sua acção está ligada ao próprio espírito da Europa.

Não é este, por certo, o agente de desnacionalização que mais gravemente nos ameaça. Este é daqueles cujos efeitos, por mais contrários que sejam aos interesses políticos dos povos, honram, porque subentendem uma obra realizada, quasi uma grande finalidade alcançada.

Ameaçadores, graves, inquietantes, são aqueles que nos levam a honra e os haveres, que nos minam e nos consomem, para um dia se aposentarem do que não sabemos defender — e só porque o não sabemos defender.

Dizem que eram de ordem interna e externa. São também políticos, morais e económicos.

Na impossibilidade de os tratar aqui detalhadamente, nos seus inúmeros aspectos e consequências, abordarei apenas alguns dos mais característicos e impressionantes, na ordem geral, porque todos os demais aparecem infelizmente no caso particular de Angola, que em seguida tratarei.

Entre os primeiros, temos na ordem interna, a forma de Governo e a sua orientação administrativa, na ordem externa, a acção política dos agentes que nos podem conduzir ao separatismo e a acção politico-económica dos que tendem a absorver as nossas colónias.

Vejamos o regimen de governo, e não esqueçamos que por de principio, como finalidade de nacionalização, a conversão das Colónias em parcelas dum Todo Nacional.

O *leader* do partido conservador inglês — e o exemplo da Inglaterra é neste caso duma notável utilidade — lord Hugh Cecil, num livro recente *«Conservatism»*, em que expõe e defende as idéas do seu partido em face dos grandes problemas do Império, quando se refere ao *self-government* das Colónias inglesas, entende que a autonomia colonial, tendendo a converter os domínios, mais à situação de aliados independentes, do que à de componentes duma grande Unidade Nacional, comporta perigos sérios de desnacionalização.

E de facto, são as Colónias inglesas, as que tendo gozado de maior autonomia, aquellas que se encontram mais perto do separatismo.

Nas Colónias portuguesas é o regimen de Altos Comissários que tem correspondido ao *self-government* das Colónias inglesas. E se bem que, juridicamente, a autonomia dada durante algum tempo à Colónia de Moçambique, e

ainda hoje à de Angola, não seja tão larga como aquela de que gozaram algumas Colónias inglesas, o que é certo é que, praticamente, os resultados, sob o ponto de vista da desnacionalização não são menos graves. Simplesmente, na Inglaterra, a desnacionalização, das suas Colónias resulta, sobretudo, da forma como ela tem excitado as energias activas dos povos que domina — excitação que se deu à margem dum concerto correspondente de elementos nacionalizadores — enquanto que nas Colónias portuguesas o mal resulta, sobretudo, da má administração, criando e agravando constantemente um estado de divórcio entre governantes e governados.

O regimen de Altos Comissários que, teoricamente, nos fascinou pelo aspecto de facilidade que dava a certos actos administrativos, é sempre perigoso quando as Metrópoles não exercem, de facto, sobre as Colónias, uma hegemonia política, moral e económica, que compense em agentes morais de ligação, a liberdade administrativa que se lhes dá.

Em Portugal não havia, como ainda não há, uma Doutrina ou um Pensamento Colonial.

Nestas condições, era evidente que a liberdade administrativa só poderia conduzir a isolar ainda mais da Metrópole, as Colónias a quem essa liberdade fosse concedida.

Esta situação, que, teoricamente, era de prever, agravou-se p prática da forma que V. Ex.^a muito bem sabem: Com uma administração que, em Angola, se pode muito bem definir através da sua instabilidade, ausência de idéas, crises, e que apenas manifestou um caracter uniforme, contínuo e activo, no delírio de personalidade que tem sido o factor comum dos seus Altos Comissários.

Se a autonomia administrativa ofereceu, de facto, riscos de desnacionalização — o perigo torna-se, evidentemente, muito mais grave se a administração é instável, desorientada e não tem rumo, como tem sucedido com a administração de Angola nos últimos anos, ou se nos seus processos auxilia concomitantemente essa desnacionalização, como tem sucedido de há uns tempos para cá.

Entre os agentes externos que exercem uma influencia activa sobre a nacionalização das Colónias, quero assinalar um, que sendo, de facto, altamente nacionalizador, pode num futuro, alias muito distante, vir a ser mais um elemento de desnacionalização. Refiro-me a um aspecto da politica missionaria da S.^a Sé, a quem, de resto, a obra mundial da Colonização, deve os mais notáveis serviços. Desenvolve-o Maurice Pernot, num livro publicado em 1934 sobre «A S.^a Sé, a Igreja Católica e a Politica Mundial».

«Que se trate de Colónias, de países de protectorado, ou de regiões independentes, a Igreja Católica tira das rivalidades entre os Estados que procuram entender a sua influencia pela acção dos seus missionários, o melhor partido possível, esforçando-se por conciliar os seus interesses espirituais com os interesses politicos dos Estados soberanos, protectores ou mandatários. Mas esta colaboração com os Estados, não é senão um meio, uma necessidade temporária, da qual a Igreja anseia por libertar-se.

«E esta tendência é visível, não só nos esboços tentados no sentido de internacionalizar mais completamente as congregações missionárias, como também nas medidas tomadas para transportar e controlar em Roma, certas obras nacionais da Inglaterra e da França, como a «*Catholic Extension*» e a «*Propagation de la Foi*».

É que a Igreja prevê, num futuro mais ou menos próximo, o fim das Colónias, dos protectorados, dos mandatos e zonas de influência.

Destes instrumentos de domínio ou de penetração, mais ou menos legítimos nos seus princípios, mais ou menos justificados pelos resultados obtidos, serviu-se ela largamente para levar a bom termo as suas próprias empresas. Mas os princípios da sua doutrina e a natureza da sua missão, impõem-lhe vistas mais altas e fins mais vastos. Todos os povos, no seu ponto de vista, têm direitos iguais à independência e à autonomia; estes direitos virtuais transformam-se em actuals, desde que um povo se torna capaz de os exercer com proveito.

O sistema administrativo da Igreja é pois baseado na hipótese dum progresso contínuo ao qual correspondem uma autonomia e uma responsabilidade cada vez mais extensas.

Quer dizer, a Igreja, por meio da sua organização missionária, prevê a constituição das Colónias em Estados independentes, porque esse é o seu interesse espiritual. Evidentemente, por mais respeitáveis que sejam, como de facto são, os seus intuitos, podem vir a exercer no futuro uma acção desnacionalizadora, oposta ao interesse político dos Estados.

No entanto, a sua acção, cujos resultados práticos estão ainda muito distantes, e que é uma acção altamente civilizadora, opõe-se ainda hoje o próprio espírito nacional dos missionários, tão forte, ou mais, que o seu sentimento religioso.

Ao mesmo tempo, a Igreja, aparentemente contra a sua própria finalidade, mas de facto porque ainda não pode libertar-se duma colaboração com os Estados, com cujos interesses políticos precisa conciliar os seus interesses espirituais, atribui as missões e o governo espiritual de cada região, aos religiosos da Nação que nela dominam ou exercem uma influência.

A sua acção pararia a ser nacionalizadora, como realmente o é num grande número de casos, se não se desse frequentemente este facto: Não ter a Nação interessada pessoal missionário em quantidade suficiente e ser obrigada a aceitar religiosos de outros países, com o seu espírito nacional.

E quem terá a ingenuidade de pensar hoje, que os Estados, assim como utilizam o espírito nacional dos seus missionários nas Colónias em que dominam, o não hão de utilizar nas colónias que cubriam?

Minhas senhoras e meus senhores: Angola está pejada de missionários estrangeiros: belgas, alacianos, alemães, franceses, etc.

A população missionária mundial, que era em 1905 de 8.320.000 almas, aumentava em 1918, para 10.645.000 e em 1923 para 12.961.000. Ao mesmo tempo, como se não fossem a 4.ª Potência Colonial do Mundo, o número de missionários portugueses decia de ano para ano, a ponto de ser hoje insignifi-

Enquanto nós cuidamos assim dos nossos mais sagrados interesses, reparem V. Ex.^{as} no sentido e no resultado do recente debate no parlamento francês, acerca da entrada das congregações religiosas. Enquanto nós parecíamos ignorar o valor da influência de missionários nacionais e nos deixávamos arrastar por um furor anticlerical inferiormente primitivo, que nos dispersava em fantasias do género da que criou as Missões laicas, na França livre pensadora e Patria espiritual dos homens de 89, num Parlamento onde não podia dizer-se que as forças religiosas tivessem a melhor representação, a questão colonial determinava, apesar de feroces oposições, a entrada das Congregações religiosas.

Tive a honra de governar o distrito da Huila, onde estão instaladas oito missões religiosas. 85 % do seu pessoal é estrangeiro. A Missão de mais recente criação — a do Cuanhama — a 30 km da fronteira do antigo Sudoeste Alemão, no território onde ainda há alguns anos os alemães pretendiam afirmar a sua influência, e onde hoje nada nos prova que tenham desistido do seu intento, tem, entre o seu pessoal, dois alemães. Nenhum dos missionários é português.

Tôdas as diligências que fiz — e não foram poucas — para pôr com pessoal português as missões religiosas existentes, e outras que tinha planeado crear, fracassaram inteiramente... porque não havia missionários portugueses!

Do outro lado da fronteira Sul de Angola, tinha a União Sul Africana, com pessoal nacional e bem apetrechada, contra a nossa missão portuguesa, servida por pessoal estrangeiro, as missões do Tondoro (em frente do Cuangar), Ishangana (em frente do Dirico), Andara (em frente do Mucuma).

Estas Missões dispunham de catequistas indígenas, que vinham frequentemente ao território português — e certamente, não para pregar aos nossos indígenas o amor de Portugal.

Podem V. Ex.^{as} avaliar o espírito nacionalista de que estarão animadas as populações indígenas das regiões fronteiriças do Sul de Angola!

* *

Como agente externo de desnacionalização, na ordem geral, antes de tratar do caso especial de Angola, referir-me hei ainda a certas acções das cubieças que pesam sobre as nossas colónias e cujas intrigas se desenvolvem, sobretudo, na Sociedade das Nações.

Tem servido de pretexto a questão do trabalho indígena.

Entre 54 nações (salvo erro) que se fazem representar em Genebra, apenas 9 tem colónias.

E estas 54 nações oferecem este espectáculo curioso: 43, em nome de princípios de humanitarismo, de doutrinas mais ou menos discutíveis e sem confirmação que valha, e de ideologias complicadas, confundem, ou permitem que se confunda, a questão do trabalho indígena. Do outro lado, 9 nações coloniais, em dificuldade para conciliar as suas doutrinas europeias com os seus interesses económicos, fazem a política das habil-lades, das fórmulas e das combinações.

Porquê o interesse das primeiras e porquê a pouca clareza das segundas? É por acaso possível considerar praticamente organizações de trabalho, seja de indígena, de europeus, de americanos, ou de esquimotos, tanto à margem das questões económicas dependentes do trabalho, como as que tem sido consideradas?

Não tem uma discussão desta natureza, uma discussão em que os argumentos mais encarniçados são exactamente aqueles que não tocam colónias, todo o aspecto dum plano de destruição económica em plena actividade?

Não é já, pela parte que nos toca, o último Código de Trabalho indígena publicado — esse documento transigente, opiado, castrado do mais elementar sentido das realidades — uma das vitórias fáceis desta campanha de destruição?

Que obscura intriga se passa pois no seio da Sociedade das Nações e no rumo que estão levando as questões coloniais?

A resposta não é difícil, sobretudo depois de observadas as tendências doutrinaárias e políticas dos paladinos que nos agridem: Por um lado, a Rússia, evidentemente, dentro do seu plano macabro de destruição da Civilização europeia, por outro lado as cubieas dos povos sem colónias e anelões de expansão, por outro lado ainda — quem sabe? — talvez as combinações de algumas nações coloniais, que, se pretendem novas zonas de inflação e ocupação, ou querem apenas defender as suas colónias, por um conselho contra as nossas.

Em qualquer das hipóteses — hipótese é neste caso qual um eufemismo — ameaça-nos um internacionalismo económico e político, o primeiro plutocrático e proletário, o segundo criado e alimentado na Sociedade das Nações, que são nitidamente inimigos duma nacionalização das Colónias.

Todos sabemos a forma sangrenta como a U. S. A., muito recentemente, reagiu contra maneios de agentes russos dentro das suas fronteiras. Entre nós, ainda há pouco mais de dois anos, foram deportados com residência fixa, alguns indígenas letrados que forneciam elementos a certos delegados na S. N. que mais violentamente nos atacaram.

Qual é a expansão e intensidade dum movimento desta natureza nas Colónias portuguesas? Não o sabemos, nem nada temos organizado para o saber. Apenas podemos verificar que é real e vapor que, dada a facilidade de operar e a nossa magnífica boa fé e substância de espírito defensivo, as nossas colónias não serão excecionadas, por graça de Deus!

Além disso, ninguém ignora os sonhos imperiais da África do Sul nem o seu plano de expansão, as diligências alemãs cada vez mais instantes e vigorosas, os interesses belgas, cada vez mais misteriosos, tantas forças, cubieas, planos, tão caracteriadamente ofensivos, e aos quais nós só poderemos corresponder com uma nacionalização interna, fecunda e pertinente do nosso Império Colonial. Essa será a nossa força defensiva, mais que qualquer outra, e dentro dela, uma vez estabelecida, nada nos impedirá de irmos code os outros blocos, senão na mesma galopada vertiginosa e puramente material em que as Nações ricas se consomem, pelo menos, na marcha segura e muito honrosa que a nossa tradição de colonizadores indica.

É tempo de tratar o caso especial de Angola. Perdêem-me V. Ex.^{as} se nesta primeira parte me alonguei. Sirva-me de desculpa o pouco que cabei para não ser ainda mais longo.

E novamente regressamos ao nosso ponto de partida, ao meu velho lugar comum: «Angola a mais portuguesa de todas as Colónias portuguesas!».

Tinha eu dito que esta frase consoladora já não corresponde, sendo muito relativamente, ao puro sentimento de orgulho que a criou. De facto assim é — e o advérbio relativamente reflecte apenas a situação de outras Colónias mais desnacionalizadas, esse Moçambique por exemplo, onde, segundo refere um jornal da manhã, até as legendas cinematográficas já são escritas em inglês.

Um passo mais nesta incerteza e neste engano d'alma que todo consente, e chegaremos a esta situação: Potência colonial de direito, País com colónias para os outros de facto — Potência sem potência!

Mas não divaguemos.

Angola, que foi a mais portuguesa de todas as colónias portuguesas, é hoje simplesmente uma das menos estrangeiras das nossas colónias.

A sua nacionalização que depois de 1820 se deveu, em primeiro lugar, ao nacionalismo económico em que durante tantos anos viveu, agente este que podemos considerar natural visto que estava no próprio carácter da época, e em segundo lugar, e mais recentemente, à acção política de Paiva Couceiro e Eduardo Costa no Governo Geral, e de homens como João de Almeida nos governos subalternos, era ainda notável e interessante em 1910, apesar da Conferência Internacional de Berlim — e talvez um pouco por causa dessa conferência.

Quando refiro o estado de nacionalização, considero os pontos de vista político, moral e económico, porque sob todos eles a nacionalização de Angola era evidente.

Mesmo sob o ponto de vista económico, a tendência de nacionalização do comércio angolano, é notável no período que vai de 1910 a 1916.

Depois da guerra avoluma-se a onda do internacionalismo económico e político e, com as suas arremetidas coincide a fase — hoje mais do que nunca profundamente sensível — mais desordenada, instável e atroz, da nossa administração colonial: A fase de todas as experiências, de todas as fantasias, a mais rica em palavras e promessas, a mais desarrumada em idéas e continuidade.

Ao mesmo tempo, pelo Ministério das Colónias, que poderia em grande parte corrigir os males da instabilidade das pessoas, estabilizando processos e idéas, passavam mais de cinquenta Ministros. E só este número indica que a situação de Angola não era senão um reflexo da situação do Torreão do Paço.

Onde não há administração, não há espírito nacional não — a desordem administrativa e a incapacidade de governo, são os primeiros agentes de des-nacionalização.

Em resumo: Exactamente quando os agentes externos de desnacionaliza-

ção, pelas suas forças políticas e económicas, organizavam uma ofensiva, cujas posições bastante claras, não eram de molde a permitir dúvidas nem optimismos, os agentes internos de defesa que a nacionalização de Angola poderia criar, eram repellidos pela instabilidade e desarrumação administrativa, com todas as suas consequências.

Isto não são palavras vagas as quais falta uma base. Percorramos a galeria dos governantes de Angola desde há 14 anos, sensivelmente, porque a época é tão precipitada e veloz em acontecimentos, que não tem grande interesse para o estudo presente, os que ficam mais para trás. Percorramos ainda a obra de cada um dos governantes, e lancemos depois, sobre obras e pessoas, um golpe de vista geral.

Por mais que nos detenhemos, só vemos pessoas transitórias, nomes que não se esquecer, figuras que háo de passar, apesar da personalidade brilhante de algumas. Sobre as pessoas, dominando-as de alto, iluminando-as, não descontinamos um Pensamento, uma Ideia, uma Acção, capaz de se prolongar umas para as outras, capaz de se impor aos dissídios pessoais e aos interesses dos grupos, um Pensamento, uma Ideia, uma Acção, enfim, dignos duma personalidade como Angola, ou dum País que é a 4.^a Potencia Colonial do Mundo!

Entretanto, dirá muita gente, Angola tem avançado, tem progredido; a Angola de hoje, com as suas estradas magnificas, a sua população indígena dominada e pacificada, a sua produção acrecida, desbravada em muitas regiões, ocupada, prometedora, exuberante, é bem diferente da Colónia quasi misteriosa que era há pouco mais de vinte anos.

É certo. Mas para explicar o fenómeno, reproduzo a seguinte passagem do livro de Pierre Dage acerca do Congo: «O Progresso excede-nos e a grande maioria das realizações são puramente empíricas, sem método nem senso. O Progresso resulta, por um feliz acaso, da exploração dum sóo maravilhoso».

Realmente, Angola possui todos os elementos necessários para ser uma grande Colónia Portuguesa — apenas lhe tem faltado uma Administração.

Mas vejamos em que base fando esta certeza da progressiva desnacionalização de Angola e como ela se manifesta nos campos político, moral e económico, quer sob a acção dos agentes internos, quer quando dominada pelos agentes externos, compreendendo uma fase que vai de 1914 a 1928 e, maisadamente, a fase actual, não só porque são as circunstâncias actuais as que mais interessam a quem não quer perder o sentido das realidades, como ainda porque esta fase excede realmente todas as marcas do concebível e do verossímil, não sendo portanto justo confundir-la com outras, de que discordo, mas que respeito.

São indices da acção desnacionalizadora que se vem exercendo em Angola de há uns anos para cá:

Sob o ponto de vista político e moral: O estado de espirito dos colonos

relativamente à Metrópole, manifestado em múltiplas emergências. Não dou nenhuma novidade a V. Ex.^{ta}, nem faço uma revelação sensacional se disser que os sentimentos manifestados por uma grande parte dos Colonos em relação à Metrópole, traduzem muito mais a existência real dum ardente de revolta que o sentimento afectivo por uma Pátria distante.

E já que tocamos no assunto, vem a propósito fazer algumas considerações sobre uma questão que devemos começar a tratar de frente, desassombradamente, já que ela tantas vezes aflora nas intrigas dos Gabinetes e no desespero dos Colonos.

Mi dizia o velho Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal: «Onde as verdades falecem, os enganos prevalecem».

Refiro-me à questão das tendências separatistas que, ultimamente, e sobretudo durante a chamada «greve do Comércio», se boquejou em Angola e nos cafés de Lisboa. Repito: Puchamos a questão de frente, para que rigorosamente a possamos compreender, em lugar de a boquejar nos cafés, com os olhos arregalados e falas de pessimismo, deixando-a correr à revelia, sem o amparo que é necessário dar-lhe.

Existe uma questão de separatismo em Angola?

Não existe, estou plenamente convencido.

O que existe, de facto, é uma desnacionalização lenta, que pode conduzir a uma questão de separatismo, ou, por via reflexa, a uma situação de absorção.

O descuido que tem havido na organização dos agentes de nacionalização, descuido de que é necessário exceptuar o grande Minista que foi João Belo, o abandono a que os Colonos de Angola tem sido votados, a má administração, todas as abundantes e, infelizmente, justas razões de descontentamento daquelles que trabalham em Angola contra aquelles que os tem administrado, tem originado, em certas horas mais amargas de crise, um sentimento de revolta que, por vezes, se manifesta com vagas e raras ameaças de separatismo. Estas ameaças, que são uma reacção basídenta, mas que ainda não constituem uma idéa, virão, naturalmente, a constituir-se amanhã, se não mudarmos de rumo e se não introduzirmos, praticamente, na nossa política de Administração Colonial um alto Pensamento Português.

A ameaça de alguns esturrados que, de resto, seriam incapazes de ir além das palavras — honra lhes seja! — é todavia um evidente sintoma de desnacionalização.

Temos, por consequência, que não existe uma idéa de separatismo, mas que é chegado o momento de evitar a todo o transe que ela se venha a formar.

Sob o ponto de vista económico, tomo como índice de desnacionalização, as indicações estatísticas relativas ao Comércio Geral e verificadas nas Alfândegas da Colónia. Dizem esses números que a posição da Metrópole no Comércio de Importação de Angola, que em 1906 se definia por 70 % da importação geral, era em 1920 de 62,5 %, em 1922 de 61,5 %, em 1924 de 52 %, em 1926 de 53 %, para 1927 ocupar apenas 29 %.

Li algures, na saudável exposição dum optimista, que a importação do estrangeiro se referia a mercadorias que Portugal não podia fornecer e que a

nessa posição na importação de Angola era, por consequência, uma fatalidade imposta pelo próprio progresso da Colónia. O ponto de vista, que não invalida o facto duma desnacionalização económica, só por forçado colonialismo se pode tornar a sério, porquanto as estatísticas de Angola dizem ainda que certas mercadorias, cuja importação se fazia quasi exclusivamente de Portugal, passaram em grande parte a importar-se do estrangeiro. Com excepção dos vinhos e azeites que, todavia, accusam uma quebra ligeira, verifica-se a desnacionalização do comércio das restantes — algumas duma forma impressionante:

Assim, Angola importava de Portugal, em 1918, 75 % das perfumarias que consumia; em 1927, apenas importou 31 %; 96 % das conservas alimenticias recebidas em Angola, em 1918, eram portuguesas; em 1927, apenas 63 %, tinham a mesma origem. 72 % do cimento utilizado em Angola era nacional, em 1926; em 1927, só 2,4 % o era. Nas carnes preparadas há uma diferença de 94 para 56 % na cerveja de 87 para 12 %, nos tecidos de algodão de 97 para 37 %.

Em resumo: Portugal batido nos seus próprios mercados coloniais, na razão desoladora desta progressão, que de ano, para ano o vai afastando de Angola, chega, no campo económico, ao ano de 1928, a um período crítico da sua hegemonia sobre a Colónia.

Com Colonos moralmente abandonados, os seus interesses espirituais de Nação indefesos, a sua actividade comercial batida, Portugal por pouco mais se faz lembrar em Angola do que pelos agentes que em Angola mais cêditos lhe tem feito perder: os de ordem administrativa.

Abstrahido mesmo dos deveres elementares de patriotismo que pesam sobre cada colono de Angola, é certo que as suas palavras, quando atingem a nossa soberania, são injustas, pois a elas se pode victoriosamente opor a razão dos sacrificios de toda a espécie que a Metrópole tem feito pela sua Colónia. Mas, praticamente, e porque para o nosso sentido das realidades importa muito mais defrontar factos do que discutir theses, o que é certo também é que desses sacrificios, uns, como por exemplo os de soberania, foram esquecidos, outros, os financeiros, apenas serviram de pretexto para mais recriminações, desconcertamentos e revoltas. Os primeiros caíram, como tantos homens e tanto sangue generoso, na vala comum em que o tropel das energias novas sepulta as que morreram — embora tenham morrido com grandeza; o exemplo repete-se todos os dias — é da própria esolúcia das sociedades modernas. Os segundos, ninguém sabe ao certo para que serviram; sabe-se apenas que as várias administrações de Angola os inutilizaram como se inutiliza a água que cai nos areais.

Desta forma, Angola, por gradações sucessivas, em progressão brusca, caiu naquella estado de menor resistência que favoreceu, não só a desarramação interna, mas sobretudo as cubiças externas.

Contra as ameaças que, veladamente ou a descoberto, desde o Palácio de Ginebra a algumas chancelarias, em certas intrigas e certas lavandarias pacíficas, na forma de algumas ideologias novas e de muitas cubiças velhas, dia a dia, os acontecimentos nos vão demonstrando avolumar-se e nos vão revelando aspectos que fazem lembrar fases sucessivas dum plano em execução, Angola

desnacionalizada, pouco mais terá que defender amanhã do, que interesses locais facilmente adaptáveis a qualquer estado de coisas.

Moral, Económica e Politicamente, é uma Colónia em via de completa desnacionalização — aquela que era tão abditamente a mais portuguesa de todas as Colónias portuguesas! A não ser que sigamos o critério, que não é raro, de entender que não há desnacionalização de Angola enquanto lá existir uma guitarra e um português que cante o Fado!

Uma vez chegados a este ponto, atingido em 1928 um estado crítico de desnacionalização que, demais a mais, coincide com uma fase muito grave de aflicção económica e financeira, tudo fazia prever que a política de Angola converteria por uma nacionalização *à outrance*, nacionalização em que a própria crise económica podia ter, resolvendo-se, a sua parte muito interessante de colaboração.

Evidentemente, ninguém esperava nem podia esperar que a fisionomia de Angola se transformasse rapidamente. Todos os ferros do passado se liquidem, e a liquidação de Angola tem o seu peso. Mas o que era legítimo esperar, e com abundantes fundamentos, era que a acção administrativa que lá se exercesse, tendesse a reestruturar-nos, na ordem moral, política e económica, a melhor e mais rica das novas Colónias:

A esta orientação, que parecia claramente indicada pelas circunstâncias, responde uma nova fase da administração de Angola, que é, quanto a nós, a própria negação da necessidade de a nacionalizar.

Analisemo-la rapidamente — e rapidamente para que esta palestra não perca o caracter objetivo que lhe queremos imprimir e não se apresente a ninguém como um propósito de demolição, que não temos, por mais patriótico que este propósito seja.

De resto, os agentes dessa demolição é a própria administração de Angola que os tem fornecido. E com tanta arte se tem havido, que dispensa auxílios estranhos.

Vejamos: Pelo que diz respeito ao arrumo da administração e ao critério rigorosamente nacionalista que a deve dominar.

Não é necessário ir procurar elementos for das páginas desoladas do Boletim Oficial, que fala a linguagem da própria Administração, nem tentar formar opinião na opinião dos que de lá veem, e que poderia parecer suspeito, para concluir o desarrumo da administração e a falta de um critério nacionalista.

Nos 11 meses que decorreram de Janeiro a Dezembro, verificam-se, pela leitura dos Boletins, os seguintes indícios demonstrativos de que affirma e cujas conclusões na ordem administrativa deixo à apreciação de V. Ex.ª:

a) — Não foi tomada uma única providência administrativa que, pelo menos, manifestasse a intenção de contribuir pa a a nacionalização de Angola. Em compensação teve ocasião de recluir vários que são verdadeiros agentes de desnacionalização.

b) — Não foi tomada nenhuma medida por via da importância (e por medidas de importância entendendo todas as que se destinam a exercer uma acção

geral e profunda na vida da Colónia) que não tivesse que ser em Boletins sucessivos, e mais de uma vez, alterada, emendada, refundida, retificada, esclarecida ou suspensa. O facto verifica-se 48 vezes nas páginas do B. O., no espaço de 11 meses!

Nalguns casos, como sucede com o diploma que regula o provimento de funcionários, a retificação estabelece doutrina inteiramente oposta à primitiva. Um dos Boletins, o número 13, foi, três meses depois de publicado, inteiramente retificado numa nova edição.

Finalmente, para que seja possível concluir com absoluta nitidez e certeza sobre este ponto da ordem na administração, apenas os seguintes factos, igualmente verificáveis nas páginas do Boletim: Em 11 meses (Janeiro a Novembro do presente ano) passaram pelos 11 distritos de Angola, 50 Governadores e Encarregados do Governo — apenas 50! — a média de um Governador por cada dois meses de governo!

Apesar disto, Benguela ainda não tem Governador, e na Lunda, o mesmo homem, foi sucessivamente, o que também é verificável no Boletim, Governador efectivo, Governador interino, e Encarregado do Governo. Não pode descer mais porque veio a falecer no México.

Quanto a Administradores de Circunscrição, havia em Janeiro deste ano, pertencentes ao quadro administrativo, efectivos, mais que os suficientes para as 72 circunscrições de Angola. No entanto, de Janeiro a Novembro, foram requisitados da Metrópole e nomeados interinamente para o cargo de Administradores de Circunscrição 35 indivíduos, encontrando-se na situação de adidos um grande número dos efectivos.

E dentro destes 35, apenas quinze têm conservado o mesmo lugar durante os 11 meses.

Creio que não é necessário acrescentar mais nada, nem fatigar mais a paciência de V. Ex.^{ma} para dar a nota do quão se a administração de Angola.

Pelo que diz respeito ao estreitamento das relações económicas entre Portugal e a Metrópole: Como (ainda pela leitura dos boletins) nada se fez para o promover, as relações comerciais com a Metrópole tendem a ser cada vez mais tensas. De facto, os boletins mensais da Direcção Geral de Estatística, accusam nos meses de Maio a Outubro uma diminuição importante na quantidade de mercadorias exportadas pela Metrópole para Angola, diminuição que lá é sensível nos meses de Janeiro a Maio. A agravar o mal, aparecem certas alterações introduzidas nas pautas de exportação, que ninguém pode explicar a que tenderam, mas cujas consequências para a nacionalização do Comércio angolano são fáceis de prever...

E este facto da fragilidade das relações comerciais com a Metrópole, é tanto mais lamentável quanto é certo que algumas iniciativas particulares trabalham por intensificá-las. Refiro-me à Companhia Nacional de Navegação que, segundo os jornais tem relatado, aumentou as suas carreiras e melhorou consideravelmente os seus serviços, integrando-se, segundo parece, na sua função de agente material de ligação entre a Metrópole e as Colónias.

Pelo que diz respeito às cautelas na colaboração prestada por estrangeiros, o caso actual de Angola é o de um País onde parecem ser possíveis todas as invasões.

Partiu-se do princípio, aliás não demonstrado, que era indispensável atrair a Angola capitais estrangeiros em abundância. Julgaram-se conjurados todos os perigos que a sua inflação poderia causar, com a estafada sentença que considera os capitais agentes de trabalho e de interesse, sem Pátria nem Nação, ou, mais palavra, internacionais.

A mim quer-me parecer, que exactamente porque o capital é um agente de produção sem Pátria nem espírito nacional, é que ele oferece o perigo de se entregar facilmente, uma vez que lhe convenha, aos interesses, ambições ou projectos, de qualquer Pátria suficientemente poderosa ou hábil para os utilizar politicamente.

Mas encaremos, no caso de Angola, um aspecto geral da colaboração de capitais estrangeiros e alguns aspectos particulares das suas consequências. Uns e outros evitam mais longas divagações.

É o dinheiro com rótulo belga, o que se está estabelecendo em Angola com mais intensidade e ocupando, por meio duma inflação a que certos portugueses emprestam facilmente o disfarce dos seus nomes, os pontos fulcrais duma futura prosperidade de Angola: O Enclave de Cabinda, o Porto do Lobito, a Cidade do Lobito, as Companhias concessionárias dos melhores terrenos de Angola, etc, etc.

Do dinheiro, da organização técnica, da experiência industrial dos belgas, nada, até hoje, em resultados ou promessas víveis de resultados, nos permite supôr que resulte um benefício para a economia da Colónia e, muito menos, uma vantagem para Portugal.

Ao mesmo tempo, sabe-se que os capitais belgas, tem no Congo belga um grande papel nacional a desempenhar, e em condições de proveito em nada inferiores àsquelas que podem encontrar em Angola. A ocupação económica do Congo belga é, em relação à sua extensão e à sua riqueza, ainda hoje, pouco mais do que incipiente, por mais notável que seja, como de facto é, a obra de ocupação já realizada. A política colonial belga, cuja forma imperial se vem acentuando de ano para ano, tende a concentrar no Congo uma massa de capitais e de homens cada vez mais densas e elevadas. E é forçoso reconhecer que, tanto os seus capitais como os seus homens, não tem faltado ao apelo — e isso mesmo explica a rapidez do Progresso alcançado.

Nestas condições é legítimo perguntar: Que espécie de capitais são aquelles que os belgas pretendem empregar em Angola?

Capitais de produção? — Mas então porque motivo não procuram esses capitais tantas empresas promettedoras que o Congo belga ainda oferece?

Capitais políticos? — E porque não, se é como fixadores de interesses políticos que a sua entrada em Angola se nos afigura explicável?

Responder-nos-hão — já antecipadamente o respondeu Pierre Daye — a Bélgica não tem ambições territoriais e está como nós ameaçada por cubiças

de Nações poderosas, com as quais não entraria em competição numa futura partilha de Angola.

Suponhamos que assim é e seja-me concedido ainda perguntar: Não se defenderia a Bélgica das cubieças que ameaçam o Congo, auxiliando aquelas que pesam sobre Angola? E não podem muito bem, muito logicamente, esses capitais que se dizem belgas e que não acodem às necessidades de colonização do seu País, esses capitais internacionais, sem Pátria, servir politicamente, qualquer outra Nação, para a qual Angola se tenha posto como uma risca de hipótese de expropriação?

A minha hipótese pode parecer complicada, mas é — quanto a mim, que sou um novo de frágil experiência e de vistas curtas — a única que me explica um certo número de acontecimentos confusos que se estão dando em Angola.

Ao mesmo tempo que as empresas chamadas belgas se multiplicam em Angola, é interessante notar que os capitais ingleses, cuja cooperação na Colónia, de que são os principais importadores, e exportadores seria até certo ponto explicável, se desinteressam depois de cuidadosamente terem realizado vários estudos e observações.

Mas suponhamos ainda que a minha hipótese é aventureira e não se confirma. Aceitemos que são realmente belgas estes capitais caprichosos que preferem as dívidas de Angola a algumas centenas virgens do Congo. Suponhamo-lo. Nesse caso mesmo, há por ventura o direito de depor nas mãos de estrangeiros vizinhos, ou de quaisquer outros, as melhores posições económicas de Angola, apenas porque se convencem que os capitais portugueses são débeis e creducos? Não será isto um negócio muito mais vantajoso e revoltante que o da venda pura e simples da Colónia?

E contudo isso fez-se e continua a fazer-se. Passemos aos aspectos particulares deste caso e vejamos o que se tem passado com o porto e os terrenos do Lobito, onde as tendências de desnacionalização deveriam impor, mais que em qualquer outro ponto da Colónia, um alto critério nacionalista.

Apesar da clareza e da indiscutível razão com que o antigo Alto Comissário sr. Norton de Matos tinha defendido os interesses nacionais em portos portugueses de Angola, garantindo a sua posse directa e exploração pelo Estado, não se hesitou em atacar rudemente esta doutrina — a única aceitável perante os direitos da nossa soberania — por manobras sucessivas que tocam todo o aspecto de fuses dum plano preconcebido.

A primeira tentativa fez-se com o Dipl. Legislativo n.º 16, que entregava ao Caminho de Ferro de Benguela, por meio dum alteração na composição do Conselho de Administração, o porto do Lobito. Surgiram os primeiros protestos e, por intervenção patriótica do Ministério das Colónias, anula-se a disposição e publica-se nesse sentido um novo Dipl. Legislativo — o N.º 173 de Setembro de 1929. E tudo estaria bem se no novo diploma, por meio d'outra habilitação, se não conservasse uma porta aberta ao perigo que justamente se queria evitar. Nesse diploma admiu-se a exploração do Porto, por meio de contracto de

prestação de serviços com uma entidade particular, que nem sequer é, obrigatoriamente, portuguesa!

Se a primeira tentativa se pode considerar um lapso, uma ingenuidade governativa, que significa a segunda, em que, preconcebidamente, se insiste no mesmo erro?

Hoje é possível, com a simples aprovação do Governo Geral, entregar a exploração do Lobito a qualquer entidade estrangeira. E podemos acrescentar: Não só é possível, como foi esse o desígnio de quem legislou, conforme claramente o demonstra, não só a insistência na disposição desnacionalizadora, como também a verdadeira ocupação do Lobito por empresas estrangeiras.

Em Angola, por consequência, não só não existe um critério nacionalista na governação, como — o que é mais grave — existe, de facto, não sei se em intenções, mas decerto em resultados, um propósito descaradamente desnacionalizador.

Mas esta é apenas uma parcela do plano de ocupação. Há outras que a completam: Os portugueses foram, praticamente, postos em condições de não poderem obter qualquer pedaço de terra do Lobito. Ao mesmo tempo era feita, em condições especiais e absolutamente ilegais, uma concessão por venda de 22 talhões em bloco a uma companhia que se diz portuguesa mas cujo capital é todo estrangeiro.

Não se fez ainda a portugueses uma única concessão por venda. Todas tem sido por alforamento, isto é, em participação com o Estado.

A estrangeiros — continuo a não me afastar das páginas do Boletim Oficial — têm-se vendido, sem reserva alguma de direitos e contra a lei expressa.

Aos portugueses, desde 1932, que se proibia em absoluto a aquisição de qualquer talhão. Agora, depois de se terem deixado formar e apetrechar devidamente os grupos estrangeiros que pretendem o monopólio de toda a terra do Lobito, são-lhes oferecidos, com a base de licitação de 15 contos, para alforamento, ao mesmo tempo que se dão por venda e sem arrematação, a mil escudos, aos estrangeiros, como sucedeu com os 22 talhões que referi.

Estes factos criaram uma confiança tal, entre os monopolizadores do Lobito, que foi possível aparecer recentemente um requerimento duma Companhia Predial, cujos capitais são totalmente estrangeiros, em que é pedida a concessão, para e simples de todos os terrenos vagos do Lobito, desde a ponta da Restinga até às plantações do Cassoquel, a preços que variam entre 2 e 50 réis cada metro quadrado, e a utilização gratuita de pedreiras, subleiras, barreiras, areias, florestas e outras quaisquer fontes de materiais de construção de que a Companhia necessita, sem restrições de qualquer espécie ou taxa de qualquer natureza. A Companhia compromete-se tão sómente a construir seis casas por ano e isto mesmo conforme as necessidades de alojamento; os talhões que não ocupasse seriam por ela vendidos a quem quisesse instalar-se no Lobito, como sucedeu com aqueles que foram concedidos para instalação da fábrica de cerveja, e que a Fogering vendeu em Bruxelas por 2.800.000 francos.

Um requerimento desta natureza, insistente, abusivo, que em qualquer outra Colónia seria considerado como uma ofensa ou uma manifestação psicológica de megakimono, só se explica pelas facilidades que o estado de desnacionalização de Angola, tem criado a quantos a querem retalhar em seu proveito.

Mas adiante: pelo que diz respeito a política de fronteiras, faz-se uma ideia do que se passa em Angola, conhecendo o que se passa no Zaire, onde uma Comissão, de que fazem parte vários países e em que Portugal adquire, faz estudos sobre a navegabilidade do rio Zaire.

Muito recentemente o ilustre Colónel sr. Coronel Borna Machado, com a sua indiscutível autoridade, veio revelar-nos que duas comissões estrangeiras, da Pedra do Fecho e Borna para Lusaka, estudam modificações no rio Zaire, sem intervenção do Governo português — modificações que, tudo leva a crer, serem altamente lesivas dos nossos interesses.

Isto só é possível numa Colónia, que não se defende — uma Colónia onde uma sucessão de acontecimentos desnacionalizadores, permite criar aos estrangeiros que estão em país conquistado.

Nas fronteiras Sul e Leste temos a emigração e a desnacionalização indígenas. Dirigem-se os primeiros para as Minas de Tsumeb e os segundos para as Minas de Katanga, em comitivas intermináveis, que a administração actual agrava, aumentando o imposto indígena.

A questão indígena que há muitos anos, como V. Ex.^a sabem, é delicadíssima no Sul de Angola, com o último agravamento do imposto, o estado de abandono em que se encontra a Inconfidência do Cubango e a acção ofensiva exercida pelas missões Sul Africanas, acabará por resolver-se com a fuga dos últimos indígenas que nos restam.

Seria muito longo descrever a V. Ex.^a a situação política do Sul de Angola e não cabe isso nos limites desta conferência. De resto, exponho-a com todos os detalhes e todas as razões de sobralho, no meu relatório do Governo, cuja publicação está por dia.

Em poucas palavras, a situação é a seguinte: Enquanto do outro lado da extensíssima fronteira a União se preocupa muito mais em estabelecer uma ocupação política activa, do que uma ocupação administrativa e económica, nós apenas estabelecemos, teoricamente, uma ocupação administrativa e, praticamente, uma porta aberta e convidativa a todas as acções exteriores: Transformando o Cubango em posto de castigo para os funcionários, só para lá vão os piores em estrutura moral e competência; desguarnecida a fronteira de autoridades portuguesas, estão as populações indígenas à mercê da acção nacionalista das missões da U. S. A.; agravado o imposto ao indígena, fugem-nos os últimos que ainda tinhamos no Cubango.

A população de homens válidos, entre 18 e 60 anos, nesta região iminente do que a Metrópole, é hoje inferior a 9.000 almas.

Como a este abandono corresponde do outro lado, uma ocupação política que sabe o quer e para onde vai, não é arrojado nem fantasioso afirmar, que :

nossa soberania e qualquer coisa de tão vago, como os elementos que a representam e defendem.

Por esta fronteira descem as Minas de Tsumeb, todos os anos, clandestinamente, não só os indígenas da Huila, mas também alguns milhares que vem dos pontos mais afastados da Colónia.

As autoridades só têm conhecimento da sua emigração quando os não encontram à data do pagamento do imposto.

Desta forma, a situação moral que nos está sendo criada no espírito do indígena, é degradante e perigosa, pois corre já entre eles que somos *eslavos* dos ingleses, convicção que estes alimentam, aproveitando, entre outros pretextos, o da desvalorização da moeda angolana. Ainda há pouco tempo, tive conhecimento que uma autoridade inglesa da fronteira tinha rasgado, diante dos indígenas, dinheiro português, como demonstração da sua incapacidade de compra. O afan com que os comerciantes do lado de cá procuram o dinheiro inglês, mais os convence da nossa escravidão, pois no seu critério, a escravidão é uma consequência fatal da pobreza.

Toda esta acção se desenvolve, sem a menor resistência, sem o obstáculo de quaisquer providências por parte do Governo Geral, que delas tem completo e detalhado conhecimento — pelo menos, desde o tempo em que governei a Huila.

Mas há nesta questão outro aspecto grave. Estes indígenas, que todos os anos vão a Tsumeb perder a sua robustez física e as suas afilidades nacionais, quando um dia regressam a Angola, sem um *pony*, miseráveis como foram, trazem, de par com os objectos mais inúteis e ridículos, armas boas e munições, cujo uso lhes é proibido em Angola e que eles escondem. Dada a sua des-nacionalização, a convicção que tem da nossa inferioridade em face dos ingleses da U. S. A. e as condições de vida que lhe foram criadas pelo último agravamento do imposto — e aqui convém lembrar o exemplo de 1915 — não é aventado prever que esses homens armados, venham a constituir amanhã um exercito inimigo, instalado dentro do nosso próprio território. Ninguém acreditava na hipótese em 1915, e todos estamos lembrados das consequências do nosso otimismo.

Observemos ainda a acção da actual administração de Angola dentro desse agente perigoso de nacionalização das Colónias que é a Colonização por famílias emigradas da Metrópole.

Existiam em Angola um Serviço de Colonização, uma organização, importantes verbas dispendidas — havia sobretudo uma legião de Colonos avariado por promessas, palavras pomposas e optimismos exaltados, cuja situação não era risosha, mas que constituíam, de facto, pelo número, uma vitória da Colonização branca. Eram maus os serviços, sem dúvida, era lentíssima e desarrastada a organização, tinha-se gasto mal muito dinheiro, e lo houvera sentido das realidades sem bom senso na tentativa realizada pela administração anterior, e

resultados eram contrageberos — tudo isto era muito verdade! — mas nem por isso deixaram de existir algumas centenas de famílias que tinham os seus direitos, centenas de famílias atraídas por um apelo do Estado e que, além de interessar-se pela Colonização de Angola, eram credoras dum certo número de impensas e direitos, que estavam por saldar.

Que se fez? — Extinguiram-se os Serviços, abandonaram-se os Colónos, muitas destruíram-se o que estava e não se substituiu por coisa alguma.

Da tentativa infeliz de Colonização iniciada pela administração anterior, passou-se a negativa formal da conveniência de colonizar — pois em lugar de se fazer de mais uma coisa melhor — fez-se apenas mais uma ruína. Mais uma das coisas que Angola lhe fica devendo.

Qual será o estado de espirito actual dessas famílias, a quem se prometteram mundos e fundos para estabelecer em Angola um prolongamento de Portugal e que hoje são apenas mais unidades trágicas de miseráveis, a juntar a muitas outras que por lá andavam já, vítimas também de mais antigas tentativas de colonização infelizes? É fácil de supor: Mais descontentes, mais revoltados, mais descrentes, que em relação à Metrópole, à sua terra, se sentem, mais na posição de exilados ou perseguidos, do que na situação de colaboradores da sua grandeza.

Como se a onda desnacionalizadora não fosse bastante forte para actuar por si e, como se a sua acção não tivesse produzido já lamentáveis consequências, aparece em certa altura o projecto da formação duma milícia, organizada nos moldes fascistas, a que se põe o nome de *Associação dos Lusitanos de Angola*, e à qual não faltava, sem o aspecto teatral, nem a exaltação ridícula, que as mascaradas desta natureza sempre têm. Noutros quaisquer condições, o gracioso projecto seria inofensivo, destinado como estava a ser sepultado pelo riso das massas — o eterno coverto destas fantasias em Portugal. No estado actual de desnacionalização em que se encontra Angola, entre uma população branca de 40.000 almas descontentes, que se queixam do abandono e da administração, uma Associação desta natureza, por mais cómoda que seja para a segurança do seu Condestável, não pode ter por efeito senão a organização de forças dispostas de descontentes, que imediatamente assumem formas políticas, ainda que tal se pretenda evitar.

Consta-nos que a intenção e os trabalhos preparatórios para a organização desta Associação, foram documentados pelo Governo Geral de Angola. É possível, simplesmente, não é a muitos de V. Ex.^{ta}, nem a mim, que de lá regressamos há pouco tempo, que esse documentado pode tranquilizar. De resto o caso tem uma confirmação insuspeita. Encontra-se em dois artigos assinados por dois altos funcionários de Angola e publicados no dia 13 de Novembro no diário de Lourenço «*A Província de Angola*» sob a epígrafe «*Defesa Militar das Colónias*».

Mas não interessa entrar em detalhes, que nada acrescentariam ao significado do acontecimento. Interessa apenas considerar os seus efeitos prováveis e o quillate do critério nacionalista sob o qual Angola se ergue.

Enfim, resumindo: Desarrumada a Administração, ocupadas por estrangeiros as melhores posições económicas de Angola, — aquelas, que portugueses

desbravaram e valorizaram à custa de tantos sacrifícios — desnacionalizada uma grande parte da população indígena e descontente a quasi totalidade da população branca, enfraquecida a expansão missionária portuguesa, abertas as fronteiras a todos os abusos e acções exteriores, ameaçada a nossa soberania, abalada a economia da Colónia, assaltada de novo por uma crise grave, pergunta-se se não é oportuno, urgente e inadiável, considerar o problema da Renacionalização de Angola, entre os problemas que de alto dominam o futuro da nossa mais vasta e importante Colónia?

Angola está a braços com mais uma crise e novamente se põe a necessidade dum novo auxílio a prestar pela Metrópole — de mais um sacrifício financeiro a adicionar a outros, que nos últimos anos tem tomado 800-000 contos.

Ora, no sacrifício que novamente se pede há que considerar o seu alcance — e este depende essencialmente das garantias de nacionalização, de bom senso, de tato e de equilíbrio da administração que o for utilizar. Doutra maneira será mais água derramada no arrol que tantos sacrifícios já inutilizou, sacrifícios que a Metrópole só tem o direito de fazer, uma vez postas e asseguradas duas condições prévias:

1.ª — A de não destruir o seu próprio equilíbrio financeiro, nem negar as directivas da política financeira que lá condaria.

2.ª — A duma Administração Colonial capaz de não deixar perder o seu sacrifício.

Qualquer apelo feito na inobservância destas condições, por mais humanamente que corresponda ao sentimento de adição que as crises provocam, não me parecei conforme, nem com os superiores interesses duma Nação, que temos de considerar no Todo em que está constituída, nem com a Razão, nem com esta Idéa Imperial, em volta da qual é necessário que se unam todos os naturais dum País, que a Política interna, sangrentamente, tem dividido.

É necessário que dum sacrifício feito pela Metrópole, além de tudo o mais, resultem, não só os efeitos materiais que uma administração desarromada, não pode alcançar, mas ainda os efeitos morais, que levem os Colonos e os nativos a compreender e a sentir, a protecção, o auxílio e o interesse da Metrópole — também os não poderá alcançar uma administração desnacionalizadora.

Ora, minhas senhoras e meus senhores, se a primeira condição — a da Metrópole auxiliar Angola, sem quebra material nem doutrinária para a situação financeira em que a sua própria prosperidade assenta, conforme politicamente o entende o sr. dr. Oliveira Salazar — se encontra assegurada pelas directrizes, que o mesmo senhor estabeleceu na política financeira do País, a segunda condição está, como V. Ex.ª acabou de ver, muito comprometida. Nem nacionalizadora, nem arrumada.

Minhas senhoras e meus senhores: Importa antes de concluir, visto que fiz uma análise da Administração de Angola sob o ponto de vista da sua nacionalização, não me restringir apenas à crítica e annunciar, segundo a ordem

dessa mesma crítica, a acção que me parecia ser legítima esperar, duma administração que as circunstâncias que enumerei determinavam que tendesse a restituir-nos, na ordem moral, política e económica, a melhor e mais rica das nossas Colónias.

Sem querer dar a impressão de mais salvador verbalista de Angola, para o que me falta experiência e competência, é minha impressão pessoal que esta acção se deveria exercer:

1.º — Por meio duma Administração arrumada (notem V. Ex.ª que não digo genial) e subordinada a um critério rigorosamente nacionalista. Quer dizer — uma administração que não se contentasse com executar ao Acaso e que se prestasse a pensar, com firme espírito de finalidade, nos vários problemas de que depende a prosperidade de Angola, uma Administração que pensando, acima de partidos, grupos, ou classes, subordinasse o seu pensamento a estas idéas nacionalistas, estas idéas que não são minhas nem doutro qualquer, mas que são as idéas colectivas de todos nós e a herança espiritual de alguns séculos de nacionalidade.

2.º — Por uma sólida e inteligente coordenação entre os interesses económicos da Metrópole e os de Angola.

Nada, mais eficientemente que uma estreita ligação económica, pode contribuir para a nacionalização de Angola — e até para a defesa dos interesses espirituais de Portugal na Colónia. Por um lado, a prestação dada aos nossos produtos de exportação, por outro lado, um aperfeiçoamento das indústrias metropolitanas, com uma garantia de mais amplos mercados, que permitam às nossas indústrias, entrar na competição mundial de preços, pelo menos nas mercadorias que mais nos interessam, por outro lado ainda, o enriquecimento da nossa frota Colonial — enfim, por meio de todos os agentes comerciais e industriais tendentes a aproximar os interesses das duas economias e a coordenação, creio que teríamos encontrado, não só uma das soluções interessantes dos problemas económicos metropolitano e angolano, como também o agente mais eficaz da nacionalização de Angola.

3.º — Pelas cautelas observadas na colaboração a receber dos estrangeiros.

Des factos que enumerei, acerca da intervenção dos capitais estrangeiros em Angola, não pode concluir-se, nem a xenofobia insidiosa, mascarada com empolados protestos de falso patriotismo, nem a necessidade, de levantar em volta da Colónia uma muralha da China, dentro da qual possamos viver a doce tranquillidade dos Mandarins.

De modo algum: São até frequentes os casos em que os capitais estrangeiros nas Colónias, se podem transformar em poderosos agentes de nacionalização. Temos, mesmo em Angola, o exemplo da acção exercida pelo Caminho de Ferro de Benguela, em cujo percurso se formaram povoações portuguesas, apesar das dúvidas e dos protestos que, no tempo de Teixeira de Sousa, a sua construção provocou. Mas há que distinguir: Há capitais que vão empregar-se em Empresas novas, desbravar terrenos virgens, colaborar realmente numa obra de Colonização — e há capitais que procuram apenas, sem riscos nem sacrifícios, poderem-se de posições que outros criaram, ou com lances políticos mas, —

menos complicados, ou na simples intenção de realizar um negócio, ainda que para tal haja que arruinar os nacionais. Estes capitais não vem colaborar nem mesmo colonizar — vem apenas exercer uma competição desleal. São eles que vem desnacionalizar Angola e abalar a sua economia — é deles que temos o dever de defender-nos sem incorrer em pecado de xenofobia.

Não me parece suspeito um capital estrangeiro que amanhã queira instalar-se em Angola para explorar (sem exclusivos, evidentemente), a cultura da borracha no Cubango, a fibra do hibondeiro, etc. Mas tenho todo o direito de me acasalar contra o capital que pretende assenhorear-se de posições económicas que os portugueses desbravaram e valorizaram, ou dum porto magnífico e prometedor como o do Lobito, bem como do capital, que na sua administração, põe de parte, ou relega para situações inferiores o trabalho português.

Na situação política internacional de Angola, no período crítico de nacionalização que está atravessando, mais se impõem as cautelas que referi. Quanto maior for o estado de desnacionalização duma Colónia, maior é a sua permeabilidade a uma acção política dos capitais.

4.º — Pelo estabelecimento duma Ordem, dum Critério e duma Idéa na política de fronteiras em Angola. As acções exteriores que conduzem à desnacionalização dos nativos, é preciso opôr testamente, uma acção vigorosa de atracção e nacionalização, não só por meio duma política hábil do imposto, como pela forma do contacto social com a população branca, educação cívica e religiosa, prestígio das autoridades, etc.

5.º — Pela subordinação da Política Indígena a princípios e pensamentos nacionais.

6.º — Pelas medidas tendentes a atrair e fixar famílias portuguesas de Colonos.

7.º — Finalmente, por meio de todos os actos de Governo, que mesmo com o carácter meramente simbólico, conduzam ao exaltamento de Portugal e a corroborar a indissolubilidade que une Angola à mãe Pátria, uma vez que não tenham o aspecto doentio e regressivo da exaltação balofa e sem significado de que nos últimos tempos se tem abusado.

A esta acção local deve corresponder uma acção de interesse, alta, quasi absorvente, da Metrópole pelas suas Colónias e, nomeadamente, por Angola. A idéa de que no desenvolvimento e prosperidade de Angola, está um dos eixos da reorganização económica de Portugal, parece-me que deve ser sentida lá e cá. E creio que é prestar um bom serviço ao País, cujas forças morais é necessário levantar, leva-lo à convicção de que a coordenação da política económica das Colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a restauração do nosso bem estar e, mais ainda, da nossa Missão Imperial.

Ao mesmo tempo que é necessária em Angola uma intensa propaganda de Portugal, exercida pelos meios práticos que o carácter da época impõe, torna-se

indispensável em Portugal uma propaganda de Angola, de todas as nossas Colónias, tão ignoradas, tão esquecidas pela maior parte dos portugueses.

É que papel importantíssimo poderia representar nessa obra, que não é senão um movimento indispensável para alcançar a nossa finalidade internacional, o ensino Superior em Portugal, hoje tão vago, tão falto de sentido nacional, tão inútil para a formação duma mentalidade portuguesa!

É esse o movimento, minhas senhoras e meus senhores, que há de vir reerguer horas de pessimismo como esta e permitir que um dia, que não vem talvez distante, pois há gerações novas que despertam, ideais velhos que rejuvenescem, energias sãs que querem orientar-se, seja enfim justificado e consolador este nosso optimismo de meridional, que no fundo, é, afinal, um optimismo de saúde moral. Assim nós sabemos, ou antes, assim quisamos, na posse e consciência daquela vontade colectiva com que as nações se encaminham para os seus destinos, olhar com firmeza e entusiasmo para o nosso.

Lembram-me agora outra vez aquelas palavras que o inglês Aubrey Bell, o homem que tanto nos conheceu, deixou no seu «Portugal of Portuguese».

«*Contra a Idéa dos que affirmam que Portugal está morrendo aos poucos, deve opor-se um vigoroso protesto... Que se inicia o desenvolvimento e prosperidade da Nação, o que a sua expansão se sinta entre estranhos e ninguém mais poderá contestar que eleva Portugal até à posição dum País floritente e feliz, é uma empresa que não merece menos louvores dos que os que foram conquistados outrora pelo Portugal das descobertas e das conquistas.*»

Basta apenas que todos os portugueses queiram sinceramente acreditar nas palavras desapaixonadas deste inglês!

Tenho dito.

Lisboa, 13 de Janeiro de 1930.

A N E X O 5

NO RUMO DO IMPERIO

Ar. 123412

DR. ARMINDO MONTEIRO
ILUSTRE MINISTRO DAS COLÔNIAS

A Exposição Colonial de Porto era a glorificação da obra portuguesa construída para além do mar.

Iniciada e seguida pelas frequentes visitas pessoais e até muitas vezes em viagens anuais; e depois quasi sempre de falta de privacidade e de continuidade na duração superior; a grande jornada a pouco a pouco converteu-se de viagem e, mais ainda, de refúgio para a vida dos colonos fôra longa via de martírio e de luctuosos; com períodos de desolamento antagónicos que longamente empanturravam o futuro e futuro apenas de apagação desolante, reflectindo todos os quadros das e todos os defectos logísticos — a colonização portuguesa tem de ficar como uma das mais nobres e vastas realidades do tempo moderno.

Podem, mas por este lado livro — que, por isso, vassal iminente, se dedica a exaltar o esforço do colonizador, a fructificação de seu trabalho para a obra.

trabalho de Tupperia — em colaboração com algumas fa-
lacias: dize-me que uma vez de coração, de, com
equilíbrio financeiro e com direção econômica,
fizemos tudo o que está a ser feito — e que por-
denhamos de fato a economia para fazer, o equilí-
rio a lei de cada dia e alternadamente com o
de a ordem das coisas, das?

Américo D. Santos

AO MINISTRO DAS COLÓNIAS
DO GOVERNO DA NAÇÃO

HOMENAGEM DA LITOGRAFIA NACIONAL
DO PORTO, NO DIA DA INAUGURAÇÃO
DA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA
PORTO, PALÁCIO DE CRISTAL -- 16-8-1934

REP. LEG.

HENRIQUE GALVÃO

NO
RUMO
DO
IMPERIO

A

HERANÇA que os homens da minha geração receberam, em matéria colonial, como em tantos outros capítulos da actividade nacional, não foi invejável.

Do fundo do barranco, aberto em 1820, pelo contágio de ideologias, que a inferioridade dos homens permitiu que se substituissem ao Ideal claro e limpo da nacionalidade, tinham, para trás, com anos de política torpe, para a frente todas as dúvidas e incertezas que acometem as gerações diminuídas na sua confiança, na sua fé e na sua força.

Não era invejável a herança.

O rápido clarão de epopeia acendido pelos soldados d'África em Coolela, Chalmité, Cazoangongo, Cusumeto — Mousinho, Caldas Xavier, Couceiro, João de Almeida, Antonio Ennes — tinha esmorecido com a morte d'uns, o exílio d'outros, o triunfo da mesma política, que já antes deles, estilhaçava o país entre o Terreiro do Paço e S. Bento.

Nós viemos ao mundo num país pequeno, e na descendência inglória da Saldanha, da Costa Cabral — da Patuleia.

Os outros, os maiores, nem os entendíamos, sendo como sombras

em que os nossos pais e avós faziam decisões de amor e por aí
lugos de fúria e secas de correntes.

Portugal — na concepção mais ampla — estendia-se de Welaga
até Quito. Na realidade, pouco mais além do que os confins do
Tamariz do Rio.

E todos nós ignorávamos, inclusive, a heróica teimosia com
que em escassos milhares de «aventureiros» — por assim se julgarem
esses homens — sem estímulo, sem amparo, sem amor, continuavam a
defender, em mais três partes do mundo, o soberano e os bens morais
e materiais do Portugal.

A origem pode parecer exagerada, porque os anos passaram,
e a memória dos homens é frágil, quando as situações mudam para
melhor — mas, essencialmente, era assim.

Não tinhamos rumo nem, de momento, nenhuma finalidade a priori
na ordem internacional.

Praticamente tinhamos abandonado o «colúrio» — oficialmente aquilo
que nem em teoria se considerávamos.

Foi assim desde 1620 até 1910 — inclusive quando João de Bandeira
e António Correia, genericamente, se batiam pelo verdadeiro sentido
da nacionalidade — mesmo quando a geração heróica da ocupação mui-
to ilustre fôra homens de e a política tinha deixado encostar ou desvanecer
— porque o Estado, e o Estado sucessor da sua alta missão, demor-
avam um e apenas se serviam das armas para os explorar em triun-
fos políticos que não para os secar.

Foi assim muito tempo depois de 1910, quando a desorganização
geral, o desordenar sistemático e as ideologias sangrentas de «classe»
seminhadas fizeram do conflito um movimento de boxeo, nindo mais
forte e desenhado. No lugar dos conscienciosos políticos e reformistas

encardeceram-se as ortodoxas, as incompetentes e as inoperantes. A paisagem, repito, pode parecer exagerada — mas façamos um esforço de memória e recordemo-nos: Não tendo era assim.

Só têm o direito de possuir Colónias aqueles povos que, na ordem internacional, têm uma finalidade a alcançar.

E nós, embora durante um momento—que, todavia, durava há cem anos—tínhamos esquecido as Colónias, que para Portugal são os determinantes da sua finalidade internacional—finalidade que corresponde na sua História, não ao Acaso e às combinações do Poder, onde outras nações coloniais encontraram finalidade semelhante, mas sim a uma fase da sua evolução histórica, fortemente acionada pelas virtudes e pela capacidade da Raça.

É realmente tempo de arrepiarmos casaca e reconquistarmos o prestígio e o terreno perdidos!

Notemos como a História de Portugal reflecte successivamente: com a formação do reino, uma finalidade peninsular; com a luta contra os Mouros—luta que é nitidamente a defesa da Europa contra o elemento anti-europeu—uma finalidade europeia; finalmente com a nossa expansão ultramarina, uma finalidade mundial.

As primeiras foram inteiramente alcançadas.

Há uns anos apenas, mas com o vigor de quem sabe querer e renova de entre cinzas, estamos francamente no rumo da última.

Mas prolegâmas: Um inglês, que há mais de um século

escreveu sobre Portugal um livro admirável de imparcialidade, e que soube descontinuar, no período decadente que estamos recordando, as virtudes que os nossos defeitos políticos paralisavam — o sr. Aubrey Bell — no «Portugal of Portuguese» dizia, em capítulo referente às nossas colónias:

«Contro o ideia dos que affirmam que Portugal está morrendo aos poucos, deve spor-se um vigoroso protesto. Se por ventura se fala no futuro de Portugal, não falem críticos que perguntem: Mas tem Portugal um futuro? Ora o que devemos responder é que Portugal, não só tem um futuro, mas também que esse futuro é grandioso. A sua posição é a duma Nação, que tendo realisado grandes feitos, outros maiores tem para levar a cabo. E não é, de forma alguma, «un peuple qui s'en va», é antes «un peuple qui résiste».

Este inglês, mais clarividente do que a maioria dos portugueses, profetizava, com razão, o próximo advento duma era de ressurgimento, de reintegração, de elevação. São ainda do mesmo capítulo as seguintes palavras:

«Efectivamente, no século XVI, podia dizer-se que Portugal, tendo conquistado o mundo inteiro, acabou por perder a própria alma. Mas hoje é um destino inteiramente oposto o que se lhe depára: Que se inicie o desenvolvimento e prosperidade do país e que o seu expansão se cinto entre estranhos, e ninguém mais poderá contestar que elevar Portugal do estado atónico em que se encontra, até á posição de um país florescente e feliz, seja uma empresa que não mereça tantos louvores como os que foram conquistados outr'ora pelo Portugal dos descobertas e conquistas».

Nestas palavras dum inglês, que os portugueses do seu tempo não compreenderam, estava o programa que a Nação, em 1926, se decidiu firmemente a cumprir.

Já nesse tempo, em que seria apupado e escarneado como ridi-

TIMOR
EXPOSIÇÃO
COLONIAL

Tiwor.
am
934.

culo, o político que ingenuamente pronunciasse a palavra Império, Aubrey Bell, se surpreendia:

« Apesar da obstinada resolução de não venderem parcela alguma do seu território, os portugueses não pensam imperialmente ».

Perante os acontecimentos políticos e a obra nacional que conduziram á realização da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa—hoje que trinta anos são passados—Aubrey Bell não teria que extranhar a ausência dum Pensamento Imperial na Política da Nação, porque, de facto, estamos outra vez no rumo do Império.

Realmente temos uma Missão, uma finalidade mundial a alcançar na ordem internacional.

É o seu cumprimento desenvolve-se dentro duma concepção imperial—velha de séculos na História portuguesa—que não tem o significado militarista que tantas vezes anda ligado ás idéas imperiais, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral, espiritual e económica, entre o Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de Além-Mar.

Esse pensamento imperial, que se formou, não só por motivos de ordem geográfica, mas também por via duma acção política que os limites da nossa finalidade europeia impuzeram, esse pensamento imperial que Aubrey Bell extranhava não ter sentido entre os portugueses da sua geração—não é pois uma força que se criou agora, nova e pujante, mas simplesmente um movimento grandioso a prosseguir, após um marasmo secular de duas gerações inferiores.

É prosseguir-lo é a nossa Missão, é o nosso Dever — é ainda o nosso Interesse!

Isto não quer dizer que não tenhamos também missões europeia e continental a cumprir. Temo-las, evidentemente, mas essas mesmas estão condicionadas pela nossa posição de Nação Colonial.

De facto a falência da Europa perante a América, exige uma reorganização espiritual, política e económica da Europa, que se constituirá possivelmente, por meio dum novo continente económico euro-africano, e opôr ao continente económico americano. A nossa posição geográfica e a extensão dos nossos domínios em África, marcam-nos um lugar de relevo nêssa obra de alcance eminentemente europeu — lugar que não é, evidentemente, pouco confortável para exhibição de grandezas passadas, mas sim campo de acção e de emprego das nossas energias réticas do presente, como parcelas dum todo europeu.

Finalmente, temos um território continental a elevar; um passado de heroísmo e civilização a honrar; um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão a defender e manter — e seis milhões de almas que precisam viver, não degradadas à condição servil duma Colónia de mestiços, mas sim reerguidas ao nível moral dos homens europeus.

É a nossa missão continental.

Tinha sobejas razões o escritor inglês para estranhar que em Portugal, há trinta anos, se não pensasse de modo imperial!

Esta idéa imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos, e que é a própria razão da nossa existência como Nação, é uma idéa de Todo, de Unidade inalterável. Nesta Unidade se compreendem todos os territórios continentais e ultramarinos, como parcelas indissociáveis da Nação.

É contra a idéa que, modernamente, certos povos que não têm colónias — e outros que as têm — defendem, clamando que só os povos

PAVILHÃO
DE MACAU

Desenhado por J. de Almeida
em 1912

excepcionalmente dotados podem ser colonizadores (dou ao termo «dotado» um significado puramente material), contra essa idéa que nasceu e vive dum propósito de expoliação, há que opôr, vigorosa e serenamente os resultados admiráveis da nossa obra, através de tudo e de todos os tempos — mesmo quando não tínhamos dinheiro, nem um pensamento colonial no governo, nem a atenção da Metrópole pelas suas colónias. A obra dos últimos cinquenta anos, por exemplo.

Contra essa idéa ainda nota Lucien Romier, no seu livro «Nation et Civilisation» — um livro luminoso e profundo, na opinião de Ferrero:

«Os europeus emigrantes ou colonizadores, que espalharam no mundo o prestígio da sua civilização, foram precisamente aqueles que tinham perdido as regiões menos favorecidas da Europa».

Voltando ao ponto de partida: Os homens da minha geração nasceram na ignorância, no esquecimento, ou na desoladora indiferença de tudo isto. Nasceram léra do rumo do Império — por consequência, transviçados, perdidos, deslocados do trilho nacional secular.

Os seus entusiasmos foram cultivados com ideologias políticas de baixo estôfo, os seus heroísmos dispendidos em contendas fratricidas de rua, a sua cultura amanhada no pessimismo das críticas, as suas asas cortadas cárces por uma organização de burocratas.

Quando os ocupadores da África voltaram e permitiram que se visse mais longe e mais alto — nós apenas sabíamos dar palmas e vivas, como os dávamos no teatro, nos touros e nos comícios.

A desordem política, sucedendo à interioridade política, apenas agravou este estado de coisas — e descíamos mais.

Mau tempo para encontrar o rumo do Império!

Mas a decadência tinha atingido profundidades tão vis, após esse século desaustinado de caminhada para o abismo, que a reacção era inevitável.

Há sempre, nos povos como nos homens, forças latentes de renascimento, que acabam por tornar-se activas quando uma violência maior ou mais longa as suscita.

Não vale a pena fazer a história de acontecimentos de ontem. A memória dos homens é frágil, mas todos nos recordamos.

Portugal reagiu.

Como essa reacção foi, por assim dizer, animal — reacção contra uma dor e uma vergonha, contra uma violência e uma condenação injustas, teve um período de incerteza. Sabia o que não queria — mas não tivera tempo de pensar sensatamente no que queria.

Por fim apareceu o Chefe que se esperava e que havia de garantir a continuidade e eficiência do movimento inicial, do impulso ascendente.

E a Ordem e o Equilíbrio, começaram a organizar-se nas ruas, nas organizações e nas espíngas, como um ar puro e novo que limpa e recompõe.

E mal ela se consolidou — ou não fôsse a Ordem a base indispensável de qualquer movimento sadio — a palavra Império ressurgiu, natural, automaticamente, como o fruto que volta à árvore que se podou, que se limpou, que voltou a ter saúde.

Primeiro como uma palavra — logo a seguir como um programa e uma régua (Acto Colonial); e imediatamente nas realizações que, de

facto, conduzem, com desembaraço, com actividade, com serenidade, aos nossos objectivos imperiaes.

E assim tornamos a encontrar o rumo do Império.

Não há colónias prósperas sem Metrópole forte; não há pensamentos altos sem a saúde organizada.

O restabelecimento duma politica colonial entre nós é a consequência da reforma duma politica nacional na Metrópole. Dentro do novo estado de cousas, medram facilmente, com o vigor das vegetações espontâneas, todas as virtudes, todas as energias, todas as empresas de ordem e alcance nacionaes.

O rumo do Império encontrou-se no rumo da Ordem e do Equilibrio metropolitanos.

É esta é uma verdade, que a bem do bom senso, do método e do mais elemental sentido de proporções, é necessário que os colonialistas fixem: O progresso das colónias dependerá estreitamente da saúde e robustez da Metrópole, como o valor dum Todo depende do valor de cada parcela—e sobretudo, do equilibrio, organização e prosperidade do elemento coordenador.

Deve-se por consequência ao actual chefe do governo—que, por singular coincidência foi também o Ministro que subscreveu o primeiro diploma em que a palavra Império se instalou na linguagem official, como o reflexo dum pensamento de governo (Acto Colonial)—e ao actual Ministro das Colónias, o animador e o realizador que tem cumprido o programma que a palavra do Acto Colonial formula, com vigor,

continuidade e energia que são únicas nos últimos cem anos de administração colonial — a nossa reintegração plena no rumo do Império.

É aqui convém esclarecer que estas palavras de rigorosa justiça, não esquecem, nem diminuem a obra formidável realizada nas colónias portuguesas, por portugueses, nos últimos quarenta anos.

Pelo contrário: Se foi possível voltar ao rumo do Império após cem anos de iconoclastia nacional — isso deve-se aos poucos milhares de portugueses, que conservando integras as virtudes do nosso génio colonizador, souberam, sem o empenho ordenado do Estado, sem o estímulo animador da população metropolitana, contra a política inferior dos grupos que dominaram o Terreiro do Paço, conquistar, ocupar, povoar e civilizar, com o ritmo e a maravilhosa expansibilidade que, nas mesmas infelizes condições, já dois séculos antes tinham feito no Brasil uma obra notabilíssima, as nossas colónias de hoje.

Simplemente uma obra desta natureza, não sendo regida e dominada por um forte pensamento imperial instalado no Governo da Nação — não pôde manter-se. Feito dum esforço teimoso, que se exerceu, ora contra as dificuldades naturais do ambiente, ora contra os obstáculos absurdos dum poder central, inferior à compreensão da verdadeira utilidade pública, — isto é, sem direcção, sem elemento coordenador — estava destinada a diluir-se, sem conseguir alcançar as alturas dum objectivo final.

E não seria mais que uma página vibrante de História — que a página seguinte trancaria, talvez miseravelmente.

É no regresso ao rumo imperial, onde o sentido e as ideias de unidade nacional têm um significado e dispõem duma acção, em que o Estado se eleva á altura dos objectivos nacionais, que esse esforço admirável e a obra que d'ele resultou, se salvam, se utilizam e se consolidam.

De facto — e novamente entramos no domínio de acontecimentos muito recentes, que a frágil memória dos homens todavia alcançou — a obra militar e administrativa dos heróis da ocupação e da sua escola, ameaçava ruína quando o Acto Colonial se publicou.

A desorganização metropolitana prolongava-se nas Colónias e o desórden na administração tinha-se constituido como regra.

Instabilidade de governos, loucuras orçamentais, improvisações administrativas, mistérios de contabilidade, enfim, a paisagem doentia que a Metropole exhibia há cem anos, transformava-se em sistema no mecanismo da administração colonial.

É só quando um alto pensamento volta a dominar o Estado, a obra que à sua margem tinha sido erguida, encontra a solução e a salvação.

Consideremos agora que este movimento para o bom caminho — para o nosso rumo histórico — se produziu numa época calamitosa de crise mundial e no momento preciso em que a regra internacional é o transvio, a confusão, a perda de rumo. Consideremos que essa crise nos tocou fortemente, ajustando aos males próprios criados pelos nossos erros e pecados de cem anos, fatalidades sob as quais vergamos como os outros. Consideremos que o exemplo que nos vem de fora é mais uma dificuldade, mais um fustôr de desanimo e descrença. Consideremos finalmente que a unidade imperial que procuramos, e que condiciona a nossa missão histórica, se vai ganhando sucessiva e metódi-

cemente, enquanto os povos que já o tinham alcançado ou pareciam ir alcançá-lo, se debatem contra sintomas evidentes de desagregação e desequilíbrio.

E se meditarmos imparcialmente sobre tudo isto, com a coragem, a força e o patriotismo de polgarinos ao nível donde se enxergam objectivos da Nação, que os objectivos dos homens e dos políticos não podem empanar, havemos de concluir, com sadio orgulho e justificada confiança, como programa de acção, como disciplina de pensamento, como lei de movimento, o que aquêle inglês, Aubrey Hall, já tinha descoberto, numa época em que os homens da minha geração pareciam esmagados pela herança recebida:

« . . . e ninguém mais poderá contestar que elevar Portugal do estado anaque em que se **encontra**, até á posição de um país florentino e feliz, seja uma empresa que não mereça tantos louvores como os que foram conquistados outr'ora pelo Portugal dos descobertos e dos conquistados ».

Essa frase, há trinta anos, era retórica—fazia sorrir. Hoje, perante o caminho já ondado no rumo do Império, é uma ordem—obriga a agir.

A sua realidade presente constitui a glória do actual Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar.

As palavras precisam ser ilustradas pelos factos. Tanto abusamos delas, que facilmente julgamos quaisquer outras tão prostituídas e desacreditadas como tantas que dolentemente acompanharam o ritmo letárgico, dos nossos movimentos de 1820 a 1927.

E os factos, na sua crua singeleza, dizem-nos que, enquanto durante um século se improvisou, conduzindo-se o país para fóra do

seu rumo imperial, em quatro anos, de ordem, de elevação e de obediência a uma ideia nacional, realiza-se no Ministério das Colónias, a obra da qual se pode fazer uma ideia pelos capítulos seguintes:

I — OBRA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA:

- a — Acto Colonial.
- b — Realização da Ideia Imperial pela Carta Orgânica do Império.
- c — Reforma Administrativo Ultramarino.
- d — Conferência de Governadores (Conferência Imperial).
- e — Propaganda da política imperial através das seguintes iniciativas: Viagem do Ministro das Colónias a Paris; Reforma da Agência Geral das Colónias; Viagem do Ministro às Colónias; Publicações da Agência Geral das Colónias; Criação do Órdem do Império; Criação do Arquivo Histórico Colonial; Criação da Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo; Criação do Boletim da Legislação Ultramarina; Criação da revista «Mundo Português»; Vinda à Metrópole de Companhias indígenas.

II — OBRA FINANCEIRA

Equilíbrio dos orçamentos 31/32, 32/33 e 33/34; Reconstituição da ordem financeira geral (Decretos 19.381, 19.477, 20.260, 21.054); Liquidação do passado.

III — OBRA ECONÓMICA

I — PROTECÇÃO AO COMÉRCIO

- a — Aproximação Comercial das Colónias entre si.
- b — Aproximação Comercial da Metrópole e das Colónias.

- c — Criação do Crédito Industrial em Moçambique.
- d — Reforma dos Estatutos do Banco de Angola.
- e — Realização do princípio de que a economia de cada colónia deve bastar para as suas próprias transferências.
- f — Leis de transferências de Angola, Moçambique e Timór.
- g — Fundos Cambiais de Angola e Moçambique.
- h — Reconstituição do Banco Nacional Ultramarino.
- i — Nacionalização da moeda de Moçambique.
- j — Nacionalização da moeda da Companhia de Moçambique.

II — PROTECÇÃO À AGRICULTURA E À COLONIZAÇÃO

- a — Prémios à cultura do algodão.
- b — Concessões de terras para pecuária (Dec. 21.155).
- c — Alcool Carburante.
- d — Florestas de Angola (Dec. 21.260).
- e — Protecção à Agricultura de S. Tomé.
- f — Protecção aos géneros Coloniais.
- g — Organização das actividades Coloniais.
- h — Criação do Sindicato de Pesca de Mossamedes.
- i — Criação do Grémio do Milho Colonial.
- j — Empreendimento de reconstrução económica para Cabo Verde.

III — PROPAGANDA

- a — Exposição Colonial de Paris.
- b — Feiras de amostras de Luanda e Lourenço Marques.
- c — I Exposição Colonial Portuguesa.
- d — Criação das Casas da Metrópole e do Ultramar.
- e — Pequenas manifestações da Agência Geral das Colónias.

IV — OBRA JUDICIAL

a — Suspensão das remessas de degredados para Angola.

b — Degredo nas Colónias (Dec. 21.852)

O que acaba de lêr-se não são capítulos dum programa que se promete — são realizações dum programa que se cumpriu e se vai desenvolvendo, por caminho firme, a um destino claro.

Não é retórica — é Acção.

Não é, evidentemente, tudo o que há a fazer — é uma parte.

Mas é uma parte grandiosa, digna de Portugal, e que só não convence aqueles que ainda julgam que os governantes, os preconceitos da política, os movimentos dos partidos — os meios de Governo, afinal — são os próprios fins de Portugal.

De resto, esta série de medidas, porque são um programa de Acção realizado, produziram resultados.

Não se limitaram a passar pelo Diário do Governo como prova de existência dum Ministro na pasta das Colónias. E não é porque a injustiça corrente dos homens — lá a dizer «natural» finge não reconhecer tais resultados que eles são menos claros, menos reais e menos proveitosos para todos nós.

Tomemos um ponto de referência próximo:

Há meia dúzia de anos negava-se em toda a Europa a nossa capacidade colonizadora. Há meia dúzia de meses, o actual rei da Bélgica, soberano duma grande potência colonial, citava a política do Ministro das colónias portuguesas como um exemplo.

Um ano antes o Ministro das colónias francezas declarava publicamente: Os portugueses são mestres de colonizadores.

Há meia dúzia de anos toda a Europa ignorava a nossa epopeia e a contribuição portuguesa para a civilização mundial. Ainda não há muito tempo, Lyauté — o maior realizador de entre os coloniais vivos e uma das mais legítimas glórias da França colonial, discursava nos seguintes termos :

« Por todas as partes do mundo de Alem-mar por onde andei, sempre que via uma fortaleza, uma ponte e um velho caminho e perguntava quem os tinha construído, respondiam-me : foram os portugueses. Faço votos para que, se um dia, pelo poder dos tempos, Murrocos vier a estar sobre a protecção dos chinos ou dos esquimãos, estes encontrem em toda aquela região traços franceses, iguais aos que os portugueses deixaram pelo mundo inteiro ».

Há meia dúzia de anos, as nossas colónias eram servedouros de dinheiro. Hoje todos elas têm os seus orçamentos equilibrados e a sua mecânica financeira em ordem.

Há meia dúzia de anos a desordem assolava umas colónias e espreitava outras. Hoje são exemplo de ordem para qualquer país colonial.

Há meia dúzia de anos a crise ameaçava aniquilar o nosso domínio colonial. Hoje as colónias portuguesas, estão tão enérgicamente defendidas contra a crise, que qualquer colónia estrangeira invejará os nossos feitos.

Há meia dúzia de anos a nossa situação internacional era a de tolerados. Os ministros portugueses passavam despercebidos em Paris como em todo o mundo — eram bem os representantes dum país sem crédito nem prestígio. Há dois anos apenas, no encerramento da Exposição Colonial de Paris, realizada na Torre de Bronze, o Sr. Dr. Américo

Monteiro foi, entre todos os representantes de países estrangeiros, o único convidado para acompanhar o Marechal Lyautoy na cerimônia de arrear a bandeira francesa, o ponto final do domínio do Vietnã.

Não é necessário ir mais além.

Mas é preciso não esquecer, todavia, a lição que este penoso regresso ao rumo do Império nos põe diante dos olhos, ao meditar num paralelo de acontecimentos ocorridos a tão curta distância.